

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil

EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LI - N° 120

QUINTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p>MESA</p> <p>Presidente José Samey - PMDB - AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho - PSDB - AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos - PFL - MT</p> <p>1º Secretário Odair Soares - PFL - RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros - PMDB - AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias - PPB - MS</p> <p>4º Secretário Emanoel Amorim - PMDB - RO</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>Antônio Carlos Valadares - PSB - SE Eduardo Suplicy - PT - SP Ney Suassuna - PMDB - PB Emilia Fernandes - PTB - RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</p> <p>Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma - PSL - SP</p> <p>Corregedores - Substitutos: (Eleitos em 16-3-95)</p> <p>1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS 2º Senador Joel de Holland - PFL - PE 3º Senador Lúcio Alcântara - PSDC - CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95)</p> <p>Nabor Júnior - PMDB - AC Waldeck Omellas - PFL - BA Emilia Fernandes - PTB - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - ES Lauro Campos - PT - DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elio Alvarenga - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes Jose Roberto Amuda - PSDB - DF Wilson Kleinbom - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoléão</p> <p>Vice-Líderes Edson Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafetalha</p> <p>Vice-Líder Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júlia Marisa</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
--	--	---

<p>EXPEDIENTE</p> <p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Tipografia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF).</p>
--	--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 2ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 03 DE JULHO DE 1996	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Aviso de Ministro de Estado Nº 68/96, de 27 de junho do corrente, do Ministro da Aeronáutica, referente ao Requeri- mento nº 504, de 1996, de informações, do Sena- dor Romero Jucá	11420
1.2.2 – Ofício de Ministro de Estado Nº 578/96, de 25 de junho do corrente, do Ministro do Planejamento e Orçamento, referente aos Requerimentos nºs 343 e 344, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda	11420
1.2.3 – Comunicações da Presidência Recebimento do Ofício nº S/67, de 1996 (nº 1.994/96, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão rela- tiva à solicitação do Governo do Estado de Pernam- buco para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor de vinte e cinco milhões, setecen- tos e noventa e quatro mil reais, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR	11420
Adoção, pelo Senhor Presidente da Repú- blica, da Medida Provisória nº 1.463-2, de 28 de junho de 1996 e publicada em 29 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o reajuste do salário mí- nimo e dos benefícios da Previdência Social, alte- ra alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União. Designação da Comissão Mis- ta e estabelecimento de calendário para tramita- ção da matéria.....	11420
Adoção, pelo Senhor Presidente da Repú- blica, da Medida Provisória nº 1.464-10, de 28 de junho de 1996 e publicada em 29 do mesmo mês e ano, que acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....	11421
Adoção, pelo Senhor Presidente da Repú- blica, da Medida Provisória nº 1.465-4, de 28 de junho de 1996 e publicada em 29 do mesmo mês e ano, que acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências. De- signação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....	11421
Adoção, pelo Senhor Presidente da Repú- blica, da Medida Provisória nº 1.510, de 28 de junho de 1996 e publicada em 29 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a ratificação da recriação dos Fundos que menciona, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....	11422
1.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR JEFFERSON PÉRES – Conclama- ndo os Srs. Congressistas a se empenharem nas votações das matérias constantes da exten- sa pauta da convocação extraordinária, para jus- tificar o recebimento de subsídios extras.....	11423
SENADOR BERNARDO CABRAL – Elo- gios à atuação do Ministro Adib Jatene. Defesa de entidades do setor da saúde à aprovação da CPMF.....	11423
SENADORA JÚNIA MARISE, como Líder – Correções de declaração contida no pronuncia- mento do Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato, em Belo Horizonte, de que não faltam vagas nas universidades públicas brasileiras.....	11427
SENADOR HUMBERTO LUCENA – Home- nagens à memória do ex-Ministro Renato Archer, destacando sua trajetória política.....	11428
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADA- RES - Justificando emenda de sua autoria ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1996, que dispõe sobre o serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências.....	11429
SENADOR FRANCELINO PEREIRA – An- seios da sociedade brasileira pela aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto do novo Código de Trânsito.....	11431
SENADOR RAMEZ TEBET – Homenagens ao professor J. Barbosa Rodrigues, no transcurso dos seus 80 anos e pela contribuição dada ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul.....	11433
SENADOR ESPERIDIÃO AMIN – Pedido de vistas do processo que autoriza o Estado de São Paulo a emitir títulos para resarcir-se do pa- gamento de precatórios.....	11433
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGA- LHÃES – Chamando a atenção do Ministro dos Transportes para as péssimas condições das es- tradas federais na Bahia.....	11434

1.2.5 – Requerimentos

Nº 645, de 1996, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo intitulado **Agora, a CPI dos corruptores**, publicado à página 6, seção Opinião do jornal **Estado de Minas**, do dia 27 de Junho de 1996.....

Nº 646, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro Extraordinário da Reforma Agrária informações que menciona.....

1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 151, de 1996, de autoria do Senador Odacir Soares, que autoriza a abertura de linhas de créditos especiais destinadas à concessão de financiamentos a serem utilizados por pessoas físicas no processo produtivo.....

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/68, de 1996 (nº 1.993/96, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Goiás para que possa assumir a totalidade da dívida do Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás – BD – GOIÁS (em liquidação ordinária), perante o sistema BNDES, no valor de oitenta e sete milhõeis, seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e oito reais e noventa e nove centavos, considerada a data base de 30 de novembro de 1995.....

Recebimento de Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos favorável à solicitação contida no Ofício nº S/66, de 1996, do Banco Central do Brasil, no sentido da retificação da alínea g do artigo 2º da Resolução nº 52, de 1996. **Aprovada a retificação.**

Recebimento do Ofício nº 2.003/96, de 3 do corrente, do Banco Central do Brasil, solicitando alteração no Parecer nº 614/96, de 12.06.96, daquele Órgão, contido no Ofício nº S/52, de 1996, relativo à emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo – LFTP, cujos recursos serão destinados ao reembolso da sexta parcela e pagamento da sétima e oitava parcelas, bem como dos complementos da primeira à oitava parcelas de precatórios judiciais.....

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1994 (nº 119/91, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Convenções nºs. 163, 164, 165 e 166, da Organização Internacional do Trabalho. **Discussão adiada** para a sessão de 14.08.96, nos termos do Requerimento nº 647; de 1996, tendo usado da palavra os Srs. José Eduardo Dutra, Edison Lobão, a Sra. Emilia Fernandes, os Srs. Lúcio Alcântara, Romeu Tuma, Humberto Lucena e Sérgio Machado.....

11435

11435

11436

11436

11436

11437

11437

Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1995 (nº 106/91, na Câmara dos Deputados), que ratifica o texto da Convenção nº 167 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. **Discussão adiada** para a sessão de 13.08.96, nos termos do Requerimento nº 648; de 1996, tendo usado da palavra os Srs. José Eduardo Dutra, Antônio Carlos Magalhães, a Sra. Emilia Fernandes, os Srs. Edison Lobão, Sérgio Machado, Humberto Lucena e Sebastião Rocha.....

11441

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1996 (nº 200/95, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, em Brasília, em 7 de março de 1995. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final.....

11445

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1996 (nº 202/95, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, de 1993, assinado em 2 de fevereiro de 1994, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final.....

11445

1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1996. **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 649, de 1996. **À promulgação.**

11446

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1996. **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 650, de 1996. **À promulgação.**

11446

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Recebimento de solicitação do Senhor Presidente da República no sentido do cancelamento da urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1996, passando a matéria a tramitar em rito normal.....

11447

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Êxito dos dois anos do Plano Real. Aumento de investimentos estrangeiros no País.....

11447

SENADOR EDUARDO SUPlicY, como Líder – Ofício encaminhado por S. Exa. ao Presidente da República, mostrando as desigualdades socio-econômico no Brasil, apontadas no Relatório de Desenvolvimento do Mundo de 1996, publicado pelo Banco Mundial.....

11450

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Audiência de S. Exa. com o Ministro Extraordinário da Reforma Agrária para solicitar providências no sentido da liberação de recursos pelo Incra, para realização de assentamentos no Pará. Exposição do professor Seixas Lourenço, na Comissão

Amazônia Úrgente, sobre o trabalho que vem realizando na Secretaria da Amazônia.....	11454	SENADOR <i>ROMEU TUMA</i> – Resultados do I Simpósio e Mesa de Negociação sobre Automóveis – Controle de Fronteiras, Prevenção e Recuperação – dentro do Encontro de Empresas de Seguros e Resseguros do Mercosul, realizado em Assunção, em 15 de maio do corrente.....	11475
SENADOR <i>MAURO MIRANDA</i> – Aumento de investimentos nacionais e estrangeiros no Estado de Goiás.....	11456	1.3.5 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão	
SENADOR <i>LAURO CAMPOS</i> – Análise das dificuldades do governo para a administração do Plano Real.....	11457	1.4 – ENCERRAMENTO	
SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Comentários a pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso a rádio no Rio Grande do Sul, sobre a criação de um banco pelo Mercosul, visando financiar os projetos daquela região e que o Estado tem condições de ser a sede financeira da entidade.....	11461	2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSSÃO ANTERIOR	
1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação		Do Sr. Bernardo Cabral, proferido na sessão de 28.06.96 (replicação).....	11477
SENADOR <i>GILBERTO MIRANDA</i> – Contribuições para o debate da reeleição presidencial. Avaliação do desempenho do Governo Fernando Henrique Cardoso.....		3 – RETIFICAÇÃO	11478
SENADOR <i>LÚCIO ALCÂNTARA</i> – Análise dos resultados da Conferência Habitat 2, em Istambul.....		Resolução nº 52, de 1996.....	
SENADOR <i>CASILDO MALDANER</i> – Necessidade de se repensar o papel das Forças Armadas no País. Amadurecimento de proposta do serviço civil obrigatório. Interiorização do País.....	11463	4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	11479
SENADOR <i>JOEL DE HOLLANDA</i> – Inauguração no Tribunal de Contas da União da sala Ministro Luiz Galotti, de uso exclusivo dos advogados.....	11467	5 – MESA DIRETORA	
	11469	6 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL	
	11470	7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
		10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		12 – MISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SESSÃO BRASILEIRA)	

Ata da 2^a Sessão Deliberativa Ordinária em 3 de julho de 1996

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura

Presidência dos Srs. Levy Dias, Antonio Carlos Valadares e Ney Suassuna

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, COMPARECERAM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valladares – Artur da Távola – Bello Parga – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezzerra – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Élcio Álvares – Emilia Fernandes – Eptácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francilino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Íris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Eduardo Dutra – José Eduardo Vieira – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – Júnia Marise – Lauro Campos – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Simón – Ramez Tebet – Regina Assumpção – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Totó Cavalcante – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 68/96, de 27 de junho de 1996, do Ministro da Aeronáutica, referente ao Requerimento nº 504, de 1996, de informações, do Senador Romero Jucá.

As informações prestadas pelo Ministro encontram-se à disposição do requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

O requerimento vai ao Arquivo.

OFÍCIO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 578/96, de 25 de junho de 1996, do Ministro do Planejamento e Orçamento, referente aos Requerimentos nºs 343 e 344, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda.

As informações encontram-se à disposição do requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/67, de 1996 (nº 1.994/96, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Pernambuco, para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor de vinte e cinco milhões, setecentos e noventa e quatro mil reais, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.463-2, adotada em 28 de junho de 1996 e publicada em 29 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social,

altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	
Carlos Bezerra	Ney Suassuna
Humberto Lucena	Fernando Bezerra
PFL	
Francelino Pereira	José Bianco
Waldeck Ornelas	Odacir Soares
PSDB	
Geraldo Melo	Lúdio Coelho
PSB	
Ademir Andrade	Antônio C. Valadares
PPS	
Roberto Freire	

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
José Carlos Atelua	Vilmar Rocha
João Mellão Neto	Saulo Queiroz
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN)	
Sandro Mabel	Oscar Andrade
Bloco (PPB/PL)	
Valdomiro Meger	Odelmo Leão
PSDB	
Nelso Otoch	Ildemar Kussler
PDT	
Matheus Schmidt	Sílvio Abreu
PSB	
Fernando Lyra	Alexandre Cardoso

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-7-96 - designação da Comissão Mista;

Dia 4-7-96 - instalação da Comissão Mista;

Até 4-7-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 13-7-96 - prazo final da Comissão Mista;

Até 28-7-96 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.464-10,

adotada em 28 de junho de 1996 e publicada em 29 do mesmo mês e ano, que "acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	
José Fogaça	Carlos Bezerra
Fernando Bezerra	Flaviano Melo
PFL	
João Rocha	Odacir Soares
Bello Parga	Jonas Pinheiro
PSDB	
Beni Veras	Jefferson Péres
Epitacio Cafeteira	Esperidião Amin
PPB	
Romeu Tuma	PSL

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Régis de Oliveira	José Carlos Coutinho
Paulo Bauer	Cláudio Cajado
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN)	
Geddel Vieira Lima	Max Rosenmann
Bloco (PPB/PL)	
Ibrahim Abi-Ackel	Jarbas Lima
PSDB	
Jovair Arantes	Zulaiê Cobra
PC do B	
Sérgio Miranda	Aldo Rebelo
PPS	
Sérgio Arouca	Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-7-96 - designação da Comissão Mista;

Dia 4-7-96 - instalação da Comissão Mista;

Até 4-7-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 13-7-96 - prazo final da Comissão Mista;

Até 28-7-96 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.465-4,

adotada em 28 de junho de 1996 e publicada em 29 do mesmo mês e ano, que "acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Carlos Bezerra	PMDB Ramez Tebet
Humberto Lucena	Casildo Maldaner
Freitas Neto	PFL Bello Parga
Vilson Kleinübing	Júlio Campos
Beni Veras	PSDB Carlos Wilson
Sebastião Rocha	PDT Darcy Ribeiro
José Eduardo Dutra	PT Benedita da Silva

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Magno Bacelar	Bloco (PFL/PTB) Rogério Silva
José Carlos Aleluia	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN) Sarney Filho
De Velasco	Eudoro Pedroza
Eraldo Trindade	Bloco (PPB/PL) Agnaldo Timóteo
José Thomaz Nonô	PSDB Nelson Otoch
Fernando Gabeira	PV Gilney Viana (cessão)
Sandra Starling	PT Nilmário Miranda

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-7-96 - designação da Comissão Mista;

Dia 4-7-96 - instalação da Comissão Mista;

Até 4-7-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 13-7-96 - prazo final da Comissão Mista;

Até 28-7-96 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.510, adotada em 28 de junho e publicada em 29 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a ratificação da recriação dos Fundos que menciona, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Jáder Barbalho	PMDB Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
Jonas Pinheiro	PFL Hugo Napoleão
José Alves	PSDB João Rocha
Beni Veras	PTB Jefferson Péres
Regina Assumpção	PSB Emilia Fernandes
Ademir Andrade	Antonio C. Valadares

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Ciro Nogueira	Bloco (PFL/PTB) Jonival Lucas
Antônio Geraldo	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN) Rogério Silva
Pinheiro Landim	Bloco (PPB/PL) Laire Rosado
Odelmo Leão	PSDB Gerson Péres
Roberto Brant	PDT Sílvio Torres
Serafim Venzon	PSB Sérgio Carneiro
Sérgio Guerra	João Colaço

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-7-96 - designação da Comissão Mista;

Dia 4-7-96 - instalação da Comissão Mista;

Até 4-7-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 13-7-96 - prazo final da Comissão Mista;

Até 28-7-96 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Coutinho Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Humberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, por cessão do Senador Ney Suassuna.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, pedi a palavra, apesar da minha quase afonia, porque desejo fazer um registro:

O Congresso Nacional inicia hoje, de fato, o período de convocação extraordinária. Foi estabelecida uma pauta muito extensa, em que há algumas matérias de grande relevância, outras nem tanto.

A imprensa, sempre muito crítica em relação a este Poder, muito mais do que em relação aos outros, começa a chamar a atenção para o custo dessa convocação - cerca de R\$9 a 10 milhões - e para o quanto cada Parlamentar receberá.

Sr. Presidente, realmente é uma quantia significativa em termos de Brasil. Queiramos ou não, o que cada Deputado ou Senador perceberá este mês será o equivalente a 12 anos de trabalho de um operário de salário mínimo.

Pois bem, Sr. Presidente, esse pagamento será plenamente justificado se os Congressistas fizermos por merecê-lo. Creio que se nós, ao final desta sessão extraordinária, tivermos aprovado os projetos mais importantes, do ponto de vista do interesse nacional, inclusive o projeto altamente moralizador referente ao famigerado IPC, acho que teremos merecido o que vamos ganhar.

As matérias a serem apreciadas são tão importantes que não tem preço esse trabalho, mas o meu receio é que, ao final de um mês, ou quatro semanas de reunião, pouca coisa tenha sido votada.

Já vejo que na pauta das próximas sessões não há qualquer matéria realmente importante agendada. Faço votos para que os Srs. Senadores e Deputados se compenetrem da sua responsabilidade e se empenhem em justificar esta convocação extraordinária, este ônus à Nação.

Se isso não acontecer - e peço a Deus que aconteça - , não poderemos nós queixar-se, ao final de julho, começo de agosto, a imprensa, mais uma vez, nos crucificar e esta Instituição cair ainda mais na estima da sociedade brasileira.

Era o registro e a formulação de votos que julguei necessário deixar na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, por cessão do nobre Senador Lauro Campos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ao longo da minha vida pública tenho sido um espectador a observar o quanto é difícil a tarefa daqueles que escolhem servir ao povo, através de um mandato, ou participar de um Ministério ou de uma Secretaria de Estado.

O homem público, neste País - não sei, Sr. Presidente, se o mesmo ocorre em outras nações -, corre um risco muito grande quando enfrenta, dentro do mesmo setor em que ele pratica o seu exercício, as ambições e as invejas de tantos que, não tendo o mesmo mérito, passam a trabalhar pela desclassificação profissional desse cidadão e, às vezes, até pela sua desclassificação de ordem moral.

Isso é comum quando se nota uma fase, que se convencionou chamar na linguagem política de "queimação" ou de "fritura" do homem público, em que, vez por outra, aparecem aquelas notinhas plantadas em jornais - às vezes, em colunas sociais; outras vezes em colunas mais sérias, plantadas até por quem exerce o poder, sempre nos arraiais do poder -, que vêm desmoralizando quem tem a coragem de servir à sua Nação.

Sr. Presidente, faço questão de ocupar hoje a tribuna para analisar o que vem acontecendo com um homem da maior inteireza de caráter e de vertigem moral, cujo nome profissional é respeitado no mundo inteiro. Refiro-me ao Ministro Adib Jatene.

Quando os seus familiares saíram do Acre para São Paulo, dois amazonenses fizeram amizade com a família Jatene: Almino Affonso, que foi Vice-Governador de São Paulo - hoje, Deputado Federal - , e eu, através do seu irmão advogado Carmo Jatene, que foi tesoureiro do Conselho Seccional da OAB de São Paulo.

O convívio com Adib Jatene foi cada vez mais gratificante, e entre mim e ele nasceu uma amizade

que se pautou sempre por uma admiração recíproca - suponho que até mais da minha parte, pelo seu talento e pela sua estatura, do que da sua. Mas, de qualquer forma, há entre nós dois essa forma de admiração.

Quando era eu Ministro da Justiça, nunca me faltou a solidariedade de Adib Jatene. Hoje, quero trazer-lhe a minha. Tudo isso, Sr. Presidente, vem em derredor da forma pela qual S. Ex^a tem enfrentado a adversidade no Ministério da Saúde.

Há dias, ouvia pela televisão e via as linhas que se erguiam pedindo aos Congressistas que derotassem a CPMF. Não quero nem discutir o fato dessa contribuição, até porque quando o eminentíssimo Senador Antonio Carlos Valadares apresentou sua emenda constitucional, eu, como relator, a ela dei parecer favorável.

Quero deter-me sobre a atuação de um homem que, se não tivesse a personalidade forte que tem, hoje estaria sofrendo o vendaval de uma adversidade que é toda plantada.

Com isso, Sr. Presidente, desejo, primeiramente, ver que nem tudo está perdido. Recolho uma publicação feita na imprensa local, de responsabilidade das seguintes entidades: Academia Brasileira de Ciências; Associação Brasileira de Estudo de Álcool e Outras Drogas; Associação Brasileira dos Portadores de Síndrome de Talidomida; Associação dos Pacientes Renais Orônicos; CEBRID - Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas; Conselho Federal de Farmácia; Federação Rio Grandense de Associações Comunitárias e de Moradores de Bairros; Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; Sociedade Brasileira de Investigação Clínica; Sociedade Brasileira do Sono; Academia Nacional de Medicina; Associação Brasileira de Farmacêuticos; Associação Brasileira de Psiquiatria; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; Confederação das Misericórdias do Brasil; Conselho Federal de Medicina; GAPA-MG; Sociedade Brasileira de Cardiologia; Sociedade Brasileira de Pediatria; União Brasileira de Cegos; Associação Brasileira de Combate ao Câncer; Associação Brasileira de Ostomizados; Associação Brasileira de Síndrome de Rett-Abreit; Associação Médica Brasileira; Conselho Brasileiro de Oftalmologia; Federação Brasileira de Hemofilia; GIV-SP; Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Unidade de Dependência de Drogas - UNIFESP.

Esta publicação, Sr. Presidente, patrocinada pelas entidades de maior relevo no cenário da Medi-

cina do Brasil, traz no fundo uma absoluta solidariedade ao Ministro Adib Jatene, dizendo que "Palavras não curam a doença. Contribua com a vida". E eles estão defendendo a CPMF. Declaram que, apesar dos esforços do Ministério da Saúde, vêm encontrando a resistência de velhos e permanentes inimigos, que enriquecem às custas da pobreza e da doença dos brasileiros.

Tenho uma publicação, Sr. Presidente, que me chegou às mãos, mas, lamentavelmente, não se faz publicidade disso às largas, a mancheias.

Na página 15 desta publicação "Subsídios à votação da CPMF", há a seguinte indagação no inciso III: "O que o Ministério da Saúde vem fazendo pela saúde da população?" Isso na gestão do Ministro Adib Jatene. E a resposta é a seguinte:

"Em 1995, foram realizadas pelo Ministério da Saúde, entre outros:

- disponibilização de algo em torno de 200 milhões de doses de diferentes vacinas, que, seguramente, permitem continuar impedindo a ocorrência anual de aproximadamente 3.530 casos de paralisia infantil, 153.400 casos de sarampo, 6.100 casos de difteria, 70.000 casos de coqueluche e 2.000 casos de tétano, além de grande número de óbitos por essas e outras doenças, tais como a hepatite B e a meningite;

- mais de 700 mil doses de soros hiperimunes, que impediram que mais de 5.000 pessoas morressem por picadas de cobra, 2.500 por picadas de escorpião e 1.000 por picadas de aranhas venenosas, para citar apenas alguns;

- 124 tipos de medicamentos, que devolveram a saúde ou reduziram o sofrimento de milhares de pessoas com tuberculose, hanseníase, leishmaniose, esquistossomose, malária, diabetes e hipertensão arterial, entre outros;

- programas de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de lixo) em 598 Municípios, abrangendo 977 localidades, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, para a prevenção de doenças de veiculação hídrica, tal como a cólera, além de 147.930 melhorias habitacionais para prevenção de doenças, tal como a doença de Chagas."

A propósito, estou citando esses quatro números, porque o meu Estado, o Amazonas, tem sido contemplado na luta contra a paralisia infantil, contra

o sarampo, a difteria, a coqueluche, a meningite, contra picada de escorpião e de aranhas venenosas, contra a hanseníase e a leishmaniose.

Isso, Sr. Presidente, obrigaria, pelo menos aqueles que conhecem a região Norte, a saber o que é uma dedicação neste campo.

O Sr. Jefferson Péres - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Ouço o aparte do nobre Senador Jefferson Péres, com muito prazer.

O Sr. Jefferson Péres - Nobre Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a assoma à tribuna para fazer justiça a um homem injustiçado, que é o Dr. Adib Jatene. Não tenho com S. Ex^a a relação de amizade que V. Ex^a tem, mas isso não importa. Basta o meu convencimento. O Ministro Adib Jatene vem sendo apedrejado, até ridicularizado por uma suposta inação à frente do Ministério, e por sua determinação na busca da aprovação do CPMF. Escondem ou esquecem o que o Ministro, apesar da carência de recursos, já conseguiu em um ano e meio à frente daquela Pasta; não falam da ação silenciosa dos agentes de saúde, ação que já fez cair a mortalidade infantil nos Municípios mais pobres do Nordeste; não falam na ação redutiva das endemias como a malária e outras - como V. Ex^a acaba de frisar, inclusive em nosso Estado; não falam na redução dos números de fraudes nos hospitalais, apesar da carência de recursos humanos e financeiros do Ministério. Só falam que o Ministro seria um obstinado - como se isso fosse um pecado - na busca de recursos, porque S. Ex^a, realmente, deles não dispõe. Eu, Senador Bernardo Cabral, na votação em primeiro turno da CPMF no Senado, abstive-me porque, em princípio, sou contra a criação de mais um tributo. Logo em seguida, apesar de não me conhecer, o Ministro telefonou-me, oferecendo-se para vir a meu gabinete. Veio sozinho - e impressionou-me ver um homem da estatura do Ministro Adib Jatene, cirurgião consagrado, nome nacional, sozinho, sem aparato, sem assessor - e passou quase uma hora fechado comigo em meu gabinete. S. Ex^a me expôs os números da saúde. Convenceu-me. No segundo turno, votei a favor. Portanto, fico profundamente indignado com injustiças, seja com um gari, seja com um Ministro de Estado, um homem como o Ministro Jatene. Tenho muito medo que S. Ex^a deixe o Ministério injustiçado, amargurado com a vida pública. V. Ex^a, que nada tem a pedir ao Ministério da Saúde, que não precisa do Ministro Jatene para nada, fala em justiça e lhe dou os parabéns por isso.

O SR. BERNARDO CABRAL - Senador Jefferson Péres, sei que V. Ex^a não priva da amizade do Ministro Adib Jatene, mas tenho a alegria de privar da sua desde a época da juventude. Portanto, quem conhece o passado de decência de uma pessoa muito facilmente se junta a ela. É o que fazemos; nos juntamos à decência, à dignidade do Ministro Adib Jatene. Atiram-lhe pedras que por certo S. Ex^a deve estar juntando uma a uma para depois fazer uma tribuna altíssima e olhar para esses que estão destrambelhados vida afora a atirá-las para dizer que ele venceu o bom combate.

A minha presença tem essa conotação que V. Ex^a deu, e que também retribuo a V. Ex^a: defender o homem que, com dignidade, abraça uma causa porque sabe que ela é correta, séria, decente, digna e não tem medo de olhar para frente. Aqueles que têm dignidade e fazem dela bandeira desfraldada aos sabores de todas as intempéries vão olhando para trás sem ter medo de caminhar para frente.

Agradeço o aparte de V. Ex^a. É evidente que ele já está incorporado ao meu discurso.

Quero acrescentar mais dois dados e mostrar o que fez o Ministro Adib Jatene: na suplementação alimentar, expansão dos 120 Municípios conveniados em 1994 para um total de 872 Municípios, aproximadamente, com o programa "Leite é Saúde"; que ele criou em 1995; as campanhas de informação, educação e comunicação em saúde para combate à AIDS, a implantação de equipes de agentes comunitários de saúde em 1.088 Municípios, conforme registrava e comprovava o eminente Senador Jefferson Péres, num total de 40 mil agentes. Por aí se vê como se viabiliza o acesso à informação e cuidados básicos de saúde.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Com muita alegria, eminente Senador Antônio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Senador Bernardo Cabral, como é de costume, V. Ex^a só traz a esta Casa assuntos da mais alta importância e do interesse da Nação. Realmente, um deles é o referente à situação de caos por que passa a saúde no Brasil, pela falta clara, transparente de recursos, como foi amplamente evidenciado e demonstrado pelo Ministro Adib Jatene, todas as vezes em que aqui esteve, tanto no Senado Federal, como na Câmara dos Deputados, fazendo um relato pormenorizado da situação caótica de sua Pasta. Casas de saúde estão sendo fechadas neste instante, centenas e centenas de brasileiros estão sendo jogados

ao esquecimento. Há marginalização nesse setor justamente porque as casas de saúde não estão querendo mais assinar convênios com o Governo Federal, dado os atrasos freqüentes no pagamento da remuneração desses hospitais. Enfim, creio ser preciso que a Câmara dos Deputados se debruce sobre a matéria da forma mais urgente possível - já que desde o ano passado essa proposição está em andamento no Congresso - e vote, de logo, nossa proposta de reforma constitucional, que teve a assinatura de V. Ex^a e o apoio de 58 Senadores, numa prova evidente de que os Senadores da República estão mais do que conscientes do papel que desempenham na melhoria das condições de vida da população, inclusive prestigiando o setor de saúde, que está abandonado. Agradeço a V. Ex^a, já que o seu tempo já está esgotado.

O Sr. Roberto Freire - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Agradeço a V. Ex^a. Peço permissão ao eminentíssimo Presidente, porque não poderia deixar de ouvir nosso Colega Roberto Freire, Senador de hoje e Prefeito de amanhã, em sua manifestação.

O Sr. Roberto Freire - Muito obrigado. Parece-me que V. Ex^a está antecipando o que vai acontecer em 3 de outubro. Gostaria de esclarecer alguns pontos, Senador Bernardo Cabral, relativos à CPMF. Hoje, vi algumas notícias na imprensa de que o PFL estaria condicionando a votação dessa contribuição provisória - que seria de muito bom aporte de recursos para a questão da saúde brasileira - a algumas questões já resolvidas, inclusive quando esse imposto foi implantado no período do Governo do Presidente Itamar. Posso falar sobre isso porque fui o autor da emenda constitucional que o criou naquele período. E mais: não se trata de uma vinculação ao limite de três salários, com isenção do imposto. Esse imposto não é pago por quem ganha até dez salários mínimos, os dez salários de contribuição da Previdência. Isso ocorreu quando da sua implantação, e é claro que iria continuar, porque há uma compensação na contribuição previdenciária. Há incidência na movimentação financeira, mas há a compensação na contribuição previdenciária, que vem com o acréscimo do que será tirado quando da movimentação. No caso das poupanças, também foi fixado que não haveria a incidência ou haveria compensação.

O SR. BERNARDO CABRAL - Exatamente.

O Sr. Roberto Freire - Portanto, é desnecessária essa reivindicação do PFL. O que talvez fosse interessante, em função de que 0,25% pode ser um

valor alto numa economia não-inflacionária - é verdade, pois o custo do dinheiro poderia ser mais alto do que a inflação, poderia haver problema de remuneração, e eu apresentei inclusive emenda neste plenário a respeito -, é que esse imposto pudesse ser compensado com a diminuição de outros impostos para que tivéssemos, inclusive, uma melhor racionalidade. Como esse imposto é não-sonegável - ele tem essa grande vantagem; quaisquer outros impostos, inclusive os declaratórios, podem ser facilmente sonegados -, talvez fosse o caminho até para uma modernização do sistema tributário. Queria agradecer a V. Ex^a por este aparte e mais ainda por estar antecipando nossa vitória.

O SR. BERNARDO CABRAL - Quem agradece sou eu e espero que a profecia - ainda que não tenha esse dom - se realize, para alegria dos seus companheiros aqui.

Sr. Presidente, vou concluir o meu raciocínio. O que levou o Ministro Adib Jatene a propor essa contribuição? Como titular do Ministério da Saúde, ele notou a inexistência de recursos no Tesouro Nacional e, a partir daí, estudou duas circunstâncias. A primeira foi em conjunto com as seguradoras, e uma proposta de legislação foi elaborada, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e encaminhada pela Presidência da República, como projeto de lei, ao Congresso Nacional.

O segundo caso, para o qual quero chamar a atenção de V. Ex^a - homem que entende da matéria econômico-financeira, porque é da sua atribuição -, é o seguinte: o Ministério da Saúde fez solicitação de empréstimo a agências multilaterais de crédito, desenvolvendo um projeto, que denominou Reforsus, para a viabilização de recursos de investimento no valor de US\$650 milhões, negociando-o com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O que esse projeto visa, Sr. Presidente? A reversão do quadro de grave sucateamento e perda de qualidade dos serviços de saúde e, a partir daí, a reforma e modernização das Santas Casas e grandes unidades públicas de emergência.

E aqui quero dar uma notícia, Sr. Presidente: o board do Banco Mundial aprovou recentemente o empréstimo, devendo o mesmo ser assinado nos próximos dois meses. Ora, V. Ex^a e a Casa sabem que o Banco Mundial não daria o seu *nihil obstat* a um empréstimo desses se não fosse - e tenho a coragem de afirmar - a presença do Ministro Adib Jatene no Ministério da Saúde.

A contribuição chamada CPMF, Sr. Presidente, foi escolhida por quatro motivos - vou citá-los e en-

cerrar a minha manifestação: primeiro, a rapidez de aporte de recursos a partir do momento de sua implantação; segundo, a existência de uma rede de arrecadação que, inclusive, já tem prática no seu recolhimento; terceiro, o fato de não ser regressiva, na medida em que mais contribui quem mais tem; e, finalmente, o fato de não ser baseada na declaração do contribuinte, o que evita sonegações e alcança aquela porção da economia informal intocada por tributos de qualquer natureza.

Concluo, Sr. Presidente, deixando em alto e bom som a minha solidariedade integral a um homem público do caráter do Dr. Adib Jatene, Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Com a palavra o Senador José Roberto Arruda. (Pausa.)

A SRA. JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Senadora Júnia Marise, V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, como Líder.

A SRA. JÚNIA MARISE (PDT-MG. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Ministro da Educação, Dr. Paulo Renato de Souza, que participa de encontro sobre a educação brasileira que se inicia hoje, em Belo Horizonte, em entrevista coletiva à imprensa, entre outras questões que abordou - em algumas delas, inclusive, tenho a mesma opinião -, falou das universidades públicas, ponto em que a fala de S. Ex^a fica a merecer correção.

Ora, todos sabemos que hoje, no Brasil, as universidades públicas estão sucateadas: não há incentivo, não há apoio, principalmente àqueles cursos que têm uma grande importância na área científica do nosso País, como Medicina, Farmácia, Odontologia e cursos afins, fundamentais no aperfeiçoamento do currículo das nossas universidades.

Por outro lado, há uma carência muito grande de vagas nas universidades públicas, o que, ao longo dos últimos anos, tem levado os estudantes a procurar as universidades e faculdades privadas para encontrar o caminho da construção do seu curso superior e da sua profissionalização. Quando não há vagas nas universidades públicas, não há outro caminho: o estudante tem que buscar a faculdade ou universidade de propriedade da iniciativa privada.

Portanto, Sr. Presidente, quando o Ministro diz que neste País as universidades não têm nenhuma dificuldade em atender à demanda pela rede escolar universitária, ou seja, a demanda dos estudantes que procuram e desejam as universidades, S. Ex^a

desconhece que o maior número de universidades que temos está na iniciativa privada e que não há, seguramente, nenhum excesso. Não há o atendimento, por parte das nossas universidades públicas, de toda a demanda da nossa juventude que deseja galgar os cursos superiores.

Por isso, eu gostaria, neste momento, de fazer aqui não apenas a correção das declarações do Ministro da Educação sobre esse ponto, mas também de falar a S. Ex^a, ao Governo, ao Presidente da República, sobre a necessidade da fiscalização permanente das mensalidades escolares, principalmente nos cursos superiores, a que o Ministro se referiu hoje. Enfatizou S. Ex^a - quem sabe procurou demonstrar - que neste País não existem hoje jovens que não tenham tido condições de galgar o curso superior. S. Ex^a se esquece de que há hoje uma reserva de matrículas nas universidades públicas que não é suficiente para atender a toda a demanda da juventude de nosso País que deseja a oportunidade de chegar às universidades e aos cursos superiores. E, mais do que isso, aqueles que não conseguem chegar à universidade pública e que não têm condições de chegar à faculdade, à universidade privada em nosso País, estão sem estudar.

Por isso, fazemos aqui, diante da fala do Ministro da Educação em Belo Horizonte, Capital do meu Estado, na abertura do seminário sobre a educação brasileira, a correção da declaração de S. Ex^a: na verdade, gostaríamos que o Ministério e o Governo se vangloriassem de que está hoje inserida no contexto da educação brasileira a criação, cada vez mais, de universidades públicas e gratuitas, para que os nossos jovens possam, efetivamente, galgar os seus bancos escolares.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, faço essa condenação ao Governo Federal e ao próprio Ministro da Educação. Compreendendo a posição do Ministro - em muitas das suas iniciativas S. Ex^a tem contado, inclusive, com o nosso apoio. S. Ex^a tem procurado, no ensino de primeiro e segundo graus, melhorar as condições da rede física estadual e principalmente aperfeiçoar a educação. Mas, com relação às universidades e ao atendimento da demanda da juventude universitária do nosso País, o Governo está falhando, porque não está cobrindo, como deveria, o atendimento de toda a demanda da nossa juventude.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, por permuta com o Senador Joel de Hollanda. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Pro-nuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, no dia em que o Senado prestou sua homenagem à memória do ex-ministro Renato Archer, eu estava ausente de Brasília, participando de convenções partidárias na Paraíba. Assim, ocupo hoje a tribuna, para fazer a minha manifestação pessoal e do PMDB do meu Estado, de profundo pesar pelo desaparecimento desse caro e ilustre companheiro.

Em 1959, quando assumi o meu primeiro mandato de deputado federal, sob a legenda do PSD, já encontrei Renato Archer na Câmara dos Deputados, no tradicional Palácio Tiradentes, como um dos integrantes da chamada Ala Moça do PSD, a que pertenciam também Ulysses Guimarães, Vieira de Melo, José Jofly, Leoberto Leal, Cid Carvalho, Nestor Jost e João Pacheco Chaves, grupo muito ligado ao então Presidente Juscelino Kubitschek, desde o lançamento de sua candidatura, em 1955. A Ala Moça defendeu, com entusiasmo, o nome do ilustre companheiro de Minas Gerais, conseguindo superar divergências criadas por alguns setores do partido.

Essa postura da Ala Moça levou o Presidente Juscelino a prestigiá-la. Tanto assim que Ulysses Guimarães foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados, e Vieira de Melo assumiu a Liderança do PSD e, depois, do Governo, na Câmara dos Deputados. Ambos sempre ajudados, de perto, pelo então Deputado Renato Archer.

Sem dúvida, a desenvoltura com que Renato Archer, desde então, agia na Câmara dos Deputados, resultava da vocação política que herdara dos seus ancestrais, particularmente de seu pai, Sebastião Archer, que foi Governador do Maranhão, de 1947 a 1951, e Senador por esse Estado de 1955 a 1971.

Tanto assim que, em 1951, foi eleito Vice-Governador do Maranhão, daí partindo para exercer vários mandatos de Deputado Federal, até que, em dezembro de 1968, teve o seu mandato cassado e suspensos por dez anos os seus direitos políticos, na mesma ocasião em que o então regime militar aplicava as mesmas penas ao ex-Governador Carlos Lacerda.

É de recordar-se que Renato Archer teve atuação decisiva na formação da chamada Frente Ampliada, que conseguiu reunir os ex-Presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart ao ex-Governador Carlos Lacerda, num dos momentos históricos do autoritarismo militar.

Na sua eficiente atuação parlamentar, além das articulações políticas que lhe eram atribuídas pela Liderança do nosso Partido na Câmara Federal,

quantas vezes, fora dela, Renato Archer destacou-se como um estudioso dos problemas nacionais, sendo de salientar a sua especialização em matéria de energia nuclear, tema que sempre tratou com amplo conhecimento de causa, assumindo uma posição firme e corajosa em defesa dos interesses nacionais. Tanto que chegou a ser indicado, em 1956, para o Conselho de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), como representante do Governo brasileiro por dois anos.

Após a indicação do primeiro Gabinete-Parlamentar da história republicana, chefiado por Tancredo Neves, Renato Archer foi convidado, pelo Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, a assumir o cargo de Subsecretário dessa Pasta, tendo dado uma contribuição das mais valiosas para que se consolidasse no Brasil a chamada política externa independente.

Com a implantação do regime militar no País, em 1964, a carreira política de Renato Archer entrou em declínio, em virtude do seu posicionamento firme, contrário aos atos de exceção. Por isso mesmo, não logrou, em 1965, ser eleito Governador do Maranhão, sobretudo em virtude da forte pressão do Governo Federal contra a sua candidatura.

Um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro, em 1965, após a extinção do PSD, partido a que pertencia, e dos demais Partidos de então, Renato Archer lutou denodadamente pela restauração da democracia no Brasil. Foi justamente a sua constante atividade contra o regime militar que o levou a ter o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, logo após a edição do Ato Institucional nº 5, sendo, então, alvo de perseguição política, policial e inclusive preso seguidamente e processado.

Após ter sido forçado a abandonar a vida pública, dedicou-se à iniciativa privada. Entretanto, mesmo antes da anistia que o beneficiou, participou, em 1978, da Frente Nacional de Redemocratização, movimento que articulou a candidatura do General Euzebio Bentes Monteiro à Presidência da República, em alternativa à candidatura do General João Baptista Figueiredo.

Ao readquirir seus direitos políticos, filiou-se novamente ao MDB e, após o fim do bipartidarismo, inscreveu-se no PMDB, tendo sido, mais uma vez, candidato ao Governo do Maranhão, em 1982, quando a vinculação de votos, instituída pela ditadura militar, inviabilizou a vitória dos candidatos da oposição.

Após participar da campanha pelas Diretas Já e da eleição de Tancredo Neves para Presidente da

República, sempre ao lado de Ulysses Guimarães, de quem se tornou, além de companheiro inseparável, amigo íntimo de todas as horas, Renato Archer, por escolha de Tancredo, foi Ministro da Ciência e Tecnologia no Governo Sarney e, mais adiante, Ministro da Previdência Social. No Governo Itamar Franco, exerceu as altas funções de Presidente da Embratel.

A sua última missão político-partidária foi a de Presidente do PMDB do Rio de Janeiro.

Renato Archer deixou viúva Madeleine Deutsch Archer, que, além de sua esposa, foi a grande companheira de todas as suas lutas, a quem transmiti, desta tribuna, as minhas sinceras condolências pelo falecimento do seu querido esposo e nosso grande companheiro do PMDB.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, por permuta com o Senador Romeu Tuma.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o assunto que enfocarei neste pronunciamento diz respeito à exploração do serviço comunitário de telecomunicações, ou seja, à instalação de emissoras de rádio e televisão comunitárias em todo o Brasil. Esse é um desejo de milhares de brasileiros, que, hoje em dia, trabalham nesse setor praticamente na clandestinidade, sem o devido reconhecimento do Governo.

Sr. Presidente, levando em consideração que está em tramitação nesta Casa o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1996, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização sobre órgão regulador e dá outras providências, entendi como conveniente e oportuno que o Senado Federal, através da inclusão de um dispositivo nesse projeto do Executivo, proporcionasse ao Brasil a democratização das oportunidades no setor de comunicação.

O Projeto de Lei da Câmara nº 32 seria acrescido de um artigo, já que a proposição, como um

todo, dispõe de 17 artigos. Incluiríamos apenas o art. 15, que ficaria com a seguinte redação:

Art. 15 - É permitido ao Poder Público autorizar a exploração do serviço comunitário de telecomunicações a entidades civis sem fins lucrativos de caráter comunitário, abrangendo emissoras de radiodifusão sonora em freqüência modulada (rádio FM) com potência de até 50 watts e emissoras de radiodifusão de sons e imagens (televisão) com potência de até 150 watts.

§ 1º - As estações do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração das culturas nacional e regional;

III - respeito aos valores éticos sociais e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não-discriminação religiosa, político-partidário e racial nas relações comunitárias.

§ 2º - São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações civis sem fins lucrativos, legalmente instituídas, sediadas na área da comunidade a qual pretendem prestar o serviço, cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e que mantenham domicílio e residência na área objeto da outorga.

§ 3º - Não poderão habilitar-se à exploração do Serviço Comunitário de Telecomunicações empresas ou entidades controladas pela União, Estados ou Municípios, ou de que sejam parte, permissionárias ou concessionárias de serviço de rádio ou televisão, na ocorrência de superposição de áreas de serviço ou pessoas a elas vinculadas, com participação superior a 10% (dez por cento) das cotas do capital votante.

§ 4º - A autorização para exploração do serviço é outorgada pelo prazo de 5 anos, podendo ser renovada por igual período, desde que mantido o atendimento do interesse da comunidade.

§ 5º - Ficam dispensados de certificação os equipamentos utilizados nas estações

es, desde que a sua potência no sinal não supere os limites previstos no cap. II deste artigo, atendidos os requisitos mínimos de qualidade do sinal, estabelecidos pelo Poder Executivo na regulamentação desta lei.

Quero crer, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, que essa emenda proporciona maior rapidez no andamento desta matéria, já que milhares de brasileiros estão a reclamar não só do Poder Executivo como do Poder Legislativo uma providência rápida para a solução desse impasse.

O Sr. Bernardo Cabral - Permite-me V.Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral, com muita honra.

O Sr. Bernardo Cabral - Senador Antonio Carlos Valadares, ainda ontem o Ministro das Comunicações compareceu a três comissões da Casa, reunidas as suas presidências e os seus Membros, e discorreu sobre o problema do Serviço Comunitário das Telecomunicações. Sei que, há muito tempo, V. Ex^a é um dos especialistas na matéria, e, depois de tomar conhecimento da sua emenda, devo dizer que com ela me ponho de acordo. Até porque V. Ex^a mostra que esse Serviço Comunitário de Telecomunicações proporcionará às respectivas populações locais o acesso à informação, não apenas aquela informação corriqueira, mas a informação cultural, artística, educacional. V. Ex^a acopla à sua justificação o preceito constitucional, quando diz que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação. Essa emenda, eminentíssimo Senador Antonio Carlos Valadares, vem no momento exato ou, como dizem os clássicos da língüística, no momento azado, porque V. Ex^a atravessa, num projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados, um artigo, com os respectivos parágrafos e incisos, tratando a matéria exatamente da forma como deveria ser tratada. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - É um estímulo a palavra de V. Ex^a em torno do assunto, V. Ex^a que foi um dos principais artífices da Constituição de 1988, como Relator.

A própria Constituição estabelece que todo cidadão tem direito à informação, à comunicação.

O Sr. Romeu Tuma - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma - Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade de participar deste debate tão impor-

tante. Bem lembrou o Senador Bernardo Cabral que foi um dos pontos do depoimento do Ministro Sérgio Motta. Inclusive foi levantado um conflito pelo Senador Eduardo Suplicy, no caso do fechamento e apreensão de equipamentos da rádio comunitária de uma Igreja na zona leste de São Paulo. Lembro a V. Ex^as que, no debate realizado na última segunda-feira entre candidatos a prefeito no Município de São Paulo, foi instado, na entrada da TV Bandelrantes, que se estimulasse alguém a perguntar aos candidatos sobre o tema de rádios comunitárias. Verifique V. Ex^a a afiação que isso traz a algumas centenas de milhares de pessoas que têm essas rádios. O Ministro se comprometeu, já tem um projeto, e acho isso importantíssimo. V. Ex^a queima algumas etapas e dá uma celeridade para que, com muita urgência, se resolva esse problema. Ao cumprimentar V. Ex^a, gostaria de fazer uma pequena indagação sobre o § 5º, onde V. Ex^a propõe: "Ficam dispensados de certificação os equipamentos utilizados nas estações". E um dos motivos da intervenção da Policia Federal, quando chamada pelo segmento que controla essas rádios, que era o antigo Dentel, é a falta de documentação da legalização da entrada no País desses equipamentos; seria o aspecto do contrabando ou descaminho. Acho que o que V. Ex^a afirma aqui é o certificado de potência, de funcionamento, e não a documentação referente à aquisição.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Exatamente, V. Ex^a bateu em cima. A Receita Federal pode fiscalizar qualquer empresa - não há dúvida - qualquer fundação, qualquer associação; se os aparelhos não tiverem a documentação exigida em lei, naturalmente os responsáveis serão chamados a pagar o devido imposto. O que falamos aqui, como V. Ex^a se referiu, é sobre potência, se aqueles aparelhos estão obedecendo ao exigido no regulamento do Ministério das Comunicações. Inclusive, o próprio Poder Executivo - está aqui no mesmo § 5º - fica autorizado a regulamentar essa lei. Então, na regulamentação, ele estabelece os parâmetros da fiscalização que pode incidir sobre esses aparelhos a serem utilizados pelas rádios comunitárias.

O Sr. Romeu Tuma - Inclusive peço a anuência de V. Ex^a, porque marquel uma audiência hoje com o Ministro para falar sobre esse assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - V. Ex^a já havia me falado particularmente. Gostaria que V. Ex^a conversasse com o Ministro, porque temos o melhor interesse em fazer um projeto que atenda ao interesse da Nação e também ao do Ministério, porque de nada adianta fazermos um projeto que venha

a criar obstáculos à Administração Federal. O que queremos é que milhares e milhares de brasileiros, que coordenam rádios, e essas rádios são consideradas fantasmas, clandestinas, encontrem uma regularização e uma proteção. O próprio Ministro já declarou outras vezes que era favorável à rádio comunitária, e essa é a oportunidade de acelerarmos o processo. Como V. Ex^a sabe, estamos numa convocação extraordinária, e esse projeto de telecomunicação está em andamento no Senado, depois de ter passado na Câmara. Neste mesmo mês em que estamos aqui trabalhando, esse projeto pode ser aprovado, com essa emenda, pelo Senado Federal, voltar à Câmara dos Deputados, ser aprovado e ser sancionado pelo Presidente da República a tempo de as emissoras, depois da regulamentação, requererem a sua regularização.

O Sr. Romeu Tuma - Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Para terminar, Sr. Presidente, a justificativa que apresento desta emenda é a seguinte:

Temos como de imperiosa necessidade para o País a regulamentação do Serviço Comunitário de Telecomunicações, abrangendo a rádio (FM) e a televisão, visto que, principalmente no que toca às emissoras de radiodifusão, muitas delas exploram a atividade há muitos anos de forma clandestina, sem o diploma legal que lhes garanta o seu funcionamento normal.

Em um país de dimensões continentais como é o Brasil, justifica-se plenamente a exploração do Serviço Comunitário de Telecomunicações, pois o mesmo irá propiciar às populações locais o acesso à informação, notadamente a cultural, a artística e a educacional, e, assim, poderemos acelerar o nosso processo de democratização, inclusive os relativos ao sistema de comunicação, como aliás recomenda a Constituição Federal.

Prevê a nossa Constituição, no seu art. 5º, inciso IX:

"É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença."

E, no art. 215, determina:

"O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais."

Sr. Presidente, o objetivo da presente proposição visa a assegurar a quantos desejam utilizar-se

deste direito previsto na Constituição: um diploma legal, por meio do qual possam exercer esse mesmo direito sem quaisquer constrangimentos ou atos de coação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A Presidência vai prorrogar por 15 minutos este período da sessão, para atender a três inscrições de comunicação inadiável dos Senadores Francelino Pereira, Ramez Tebet e Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Francelino Pereira para uma comunicação inadiável. S. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, a Casa já está percebendo que há uma certa inquietação com a motivação da convocação extraordinária do Congresso Nacional para este recesso constitucional.

Entendemos que deveria haver, por parte das Lideranças de todos os Partidos, por parte de todos os Deputados e Senadores, uma pauta de trabalho que demonstrasse à sociedade brasileira que a convocação tem uma finalidade específica e que esta corresponde a um anseio da própria Nação.

De nossa parte, nós nos preocupamos com os temas e projetos constantes da convocação extraordinária pelo Senhor Presidente da República.

Afinal, a Mesa do Senado recebeu o substitutivo ao projeto do novo Código Brasileiro de Trânsito, aprovado pela Comissão Especial, que tenho a honra de presidir, e relatado pelo nobre Senador Gilberto Miranda.

Sensível aos justos reclamos e à inquietação da sociedade brasileira que está preocupada com o caos em que se transformou o trânsito em nosso País, o Senado se dispõe a dar rápida tramitação ao projeto, para que ele seja, no mais breve tempo possível, transformado em lei.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que a aprovação do projeto do novo Código é o grande desafio que nos impõe a convocação extraordinária do Congresso para o período de recesso constitucional deste mês.

A sociedade brasileira está ansiosa e atenta, na expectativa de que seus legítimos representantes, com assento nesta Casa, acelerem a discussão e a votação dessa importante matéria.

O novo Código certamente não fará o milagre de eliminar as lamentáveis estatísticas que nos colocam entre os países detentores do trânsito mais vio-

lento do mundo, mas certamente será um instrumento de educação e de contenção dos excessos e, bem utilizado, modificará para melhor o quadro de caos em que vivemos.

Seguindo o ritual estabelecido pelo art. 374 do nosso Regimento Interno, o substitutivo, já em exame na Secretaria Geral da Mesa, poderá ser lido na sessão da próxima sexta-feira, dia 5 do corrente, distribuindo-se os avulsos aos interessados e abrindo-se o interstício regimental de três dias.

Nossa expectativa é que a discussão, com exclusividade, como determina o nosso Regimento, ocorra nos dias 16, 17 e 18 do corrente e, neste último dia, se proceda à votação em plenário, seguindo-se a apreciação do substitutivo em turno suplementar, fase em que haverá nova oportunidade para a apresentação de emendas.

A partir da elaboração do anteprojeto, no âmbito do Executivo, em julho de 1992, e de sua remessa à Câmara dos Deputados, em abril de 1993, na forma de Mensagem do Poder Executivo, o novo Código de Trânsito passou por uma discussão exaustiva.

Em sua tramitação na Câmara, de abril de 1993 a maio de 1994, foram apensados 37 projetos que tramitavam naquela Casa, dispondo sobre trânsito, e oferecidas mais de 200 emendas, resultando numa proposição com 325 artigos e 2 anexos.

Encaminhado ao Senado, em 4 de maio de 1994, o projeto recebeu, em primeira etapa de tramitação nesta Casa, 137 emendas. A ele foram apensados 11 projetos que aqui tramitavam sobre a mesma matéria.

Nessa fase, a Comissão Especial, então presidida pelo nobre Senador Amir Lando, realizou audiências públicas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Foram ouvidas dezenas de autoridades, especialistas e representantes de entidades diretamente vinculadas à problemática do trânsito em todo o País.

Com a inauguração da 50ª Legislatura, a Comissão Especial foi reinstalada, desta vez sob nossa presidência, fase em que o projeto recebeu 119 emendas que, somadas às 137 apresentadas na primeira fase, totalizaram 256 proposições, criteriosamente analisadas pela relatoria e comissão.

Desse total, 10 foram retiradas pelos seus respectivos autores; 93 foram integralmente acolhidas; 18 parcialmente acolhidas; 16 julgadas prejudicadas e 119 foram rejeitadas.

Porém, nosso Regimento, no inciso XII do art. 374, permite nesta primeira votação em plenário o

requerimento em destaque para votação em separado das emendas, desde que subscrito por líder, pelo relator ou por 20 Srs. Senadores.

Na fase da tramitação do projeto da Comissão Especial, sob nossa Presidência, promovemos um fórum nacional para discutir a matéria, ao qual compareceram cerca de 300 representantes dos setores diretamente interessados, vindos de todos os pontos do País.

As contribuições então recolhidas foram de suma importância para a melhoria do texto e de grande valia para o trabalho do relator.

Na etapa final da apreciação da matéria, no âmbito da Comissão Especial, promovemos um debate do substitutivo do relator com representantes das entidades nacionais dos Detrans, Conselho Nacional de Trânsito, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Militares, Prefeituras e entidades do setor privado diretamente interessadas na matéria, inclusive membros de associações de familiares de vítimas do trânsito.

Foi uma discussão extremamente positiva, que permitiu aos participantes oferecer sua última contribuição ao aprimoramento do texto, aprovado, por unanimidade, pela Comissão Especial, com a inclusão de apenas 02 emendas.

Desse trabalho resultou um projeto com 340 artigos e 877 parágrafos, alíneas e letras, disciplinando toda a atividade do trânsito em nosso País, tanto no âmbito administrativo, quanto no penal.

Queremos aproveitar a oportunidade para dizer de público do nosso reconhecimento ao trabalho exaustivo e competente desenvolvido pelo Relator, o nobre Senador Gilberto Miranda, e sua qualificada equipe técnica.

Desejamos estender o nosso agradecimento e gratidão a todos os membros da Comissão Especial, que jamais faltaram com o seu apoio e sua contribuição, essenciais à produção de um texto de excelente qualidade que sinceramente esperamos seja, em breve, transformado em lei.

Sr. Presidente, estamos agora na reta final.

É profunda a nossa convicção de que o Senado, mais uma vez, cumprirá sua tradição de participante atento dos anseios populares, oferecendo ao País uma nova legislação disciplinadora do trânsito e capaz de dar um basta ao caos que, a cada ano, infelicitava milhares de famílias brasileiras.

Esta é, Sr. Presidente, a contribuição que estamos oferecendo à justificativa da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao nobre Senador Ramez Tebet. S. Ex^a dispõe de 05 minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, no último sábado, o meio cultural de Mato Grosso do Sul estava em festa. Era o dia de homenagear o professor, escritor e jornalista J. Barbosa Rodrigues pelos seus 80 anos de vida, dos quais a maior parte dedicados à valorização da cultura e das causas do meu Estado. Foi, com justiça, uma homenagem mais que merecida para uma personalidade que escreve diariamente a história do Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoridades, amigos e admiradores reuniram-se na Academia Sul-Mato-Grossense de Letras para a homenagem a J. Barbosa Rodrigues que, há mais de 50 anos, deu início à sua exemplar contribuição ao desenvolvimento do nosso Estado.

Foi nos idos de 1943, em companhia da sua dedicada esposa, Dona Henedina e do filho José Maria, já falecido, que o professor mineiro chegou a Campo Grande pelo trem da saudosa Noroeste do Brasil, ainda no tempo da velha "maria fumaça". Estava apenas de passagem, pois havia conseguido um emprego na cidade fronteiriça de Ponta Porã. A parada rápida no velho Hotel da Estação mudou os rumos e a vida de J. Barbosa Rodrigues e de Dona Henedina. Eles se encantaram por Campo Grande e decidiram ficar. Durante muitos anos trabalharam na Colônia Japonesa da Mata do Ceroula, ensinando os filhos dos imigrantes japoneses a ler e a escrever.

Há um significado diferente quando são prestadas homenagens a pessoas ainda em vida. Posso mesmo imaginar a grata satisfação interior de quem as recebe nessa condição. J. Barbosa Rodrigues é uma dessas figuras que tem o privilégio de ver os frutos do seu trabalho.

A dimensão do seu esforço vitorioso se expressa hoje de forma marcante por ter construído o maior conglomerado de comunicação social do Estado - o **Grupo Correio do Estado**.

Sob a sua direção, o **Correio do Estado** se inseriu na história do jornalismo do Centro-Oeste como o primeiro jornal impresso pelo sistema off-set na região.

A firme determinação e a incansável capacidade de trabalho jamais permitiu que J. Barbosa Rodrigues parasse no tempo. A busca pela modernidade impôs um novo paradigma que orientou o cresci-

mento do **Correio do Estado** que, além de maior jornal do Estado, conseguiu chegar ao sistema de impressão em cores.

Desdobrando seu tempo em escrever livros e artigos, além de dirigir empresas e fazer amigos, J. Barbosa Rodrigues é hoje uma legenda viva e sua obra motivo de orgulho para os sul-mato-grossenses e de projeção de Mato Grosso do Sul para muito além das suas fronteiras.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para uma comunicação inadiável. S. Ex^a dispõe de 05 minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB-SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta semana em que todos nós brasileiros devemos comemorar dois anos de Real, dois de estabilidade, e, ao mesmo tempo, cada um dar a sua contribuição, na medida da sua possibilidade, para que essa estabilidade não seja fugaz, quero trazer ao conhecimento do Plenário do Senado Federal que, hoje pela manhã, solicitei vista em face de um processo que, começando por São Paulo - e sempre começa por São Paulo - vai abrir um novo ralo - mas um ralo enorme - em matéria de malbaratamento dos títulos públicos brasileiros.

Todos nós sabemos que os títulos da dívida pública, particularmente aqueles que são carregados pelo Banespa, só são aceitos pelo mercado com um deságio escandaloso, escandaloso! É o Banco Central quem afirma isso.

O processo que está tramitando, e sobre o qual pedi vista, pretende autorizar o Estado de São Paulo a emitir títulos para resarcir-se de pagamento de precatórios correspondentes ao 6º, 7º e 8º anos seguintes à Constituição de 88 e à correção dos valores vencidos, nem todos pagos, do 1º ao 8º ano. Isso montaria, respectivamente, a mais ou menos R\$150 milhões e R\$608 milhões.

Pedi vista, não porque seja contra que se atenda ao Estado de São Paulo, mas porque, respeitando o que pede o Presidente da República, li o teor do documento que o Presidente do Banco Central encaminhou ao Senado Federal, hoje, a respeito deste assunto.

Quero chamar a atenção dos nobres Senadores para o item 6 em que o Sr. Gustavo Loyola diz:

"... Aproveito a oportunidade para registrar que na opinião deste Banco Central, a exceção às pendências mencionadas nos três últimos parágrafos deste documento,

principalmente ao cumprimento rigoroso da Constituição Federal - porque o atendimento do pleito de São Paulo significa descumprir a Constituição Federal - poderá permitir crescimento desordenado da dívida pública-mobiliária dos Estados, com consequências adversas sobre o processos de estabilização do País.

É o Presidente do Banco Central que assina este documento.

Finalmente, por escrúpulo, procurei o Presidente do Banco Central já que, tendo pedido vista, requei também a sua presença para saber se minha inquietação é legítima ou não. Obtive de S. Ex^a a manifestação, ainda em caráter informal, que eu já procurei fazer conhecer ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Gilberto Miranda, de que o Presidente do Banco Central e o Dr. Francisco Lopes, Diretor da Dívida Pública do Banco Central, se dispõem, se convidados - não haverá necessidade de convocação -, a estar na referida Comissão do Senado Federal, na próxima terça-feira, para esclarecer o assunto, dando, por consequência ao meu pedido de vista, a possibilidade de ajudar não apenas a resolver o caso de S. Paulo, mas a encaminhar a questão da dívida pública brasileira, que angustia todas as pessoas que estão preocupadas com a estabilidade financeira do País, que também têm que estar preocupadas com a taxa de juros e com o deságio dos títulos da dívida pública, que no caso de São Paulo chegará à aberração do escândalo.

Para concluir, quero registrar que faz quarenta e dois dias que o Senado, tangido pela opinião pública, aprovou o acordo Banespa; era urgente, a imprensa veiculava todo dia ser o Senado o responsável por R\$25 milhões/dia e que a dívida estava aumentando todos os dias. Os grandes veículos de comunicação do País brandiam contra o Senado: "Irresponsáveis. Vinte e cinco milhões por dia é o custo da demora". Aprovamos. O processo não tramitou no Senado por 42 dias - não tramitou, porque já faz 42 dias que foi aprovado. Era urgente, era imperioso.

O Senado aceitou - eu votei contra, mas sou da Casa e também participei; participei, portanto, da decisão que aceitou aeroporto sem certificado de propriedade, sem liquidez, bens indisponíveis, títulos do Estado de São Paulo com 30 anos e com correção cambial para mudar o taxímetro que estava correndo, e até agora nada aconteceu. Também não fomos distinguidos com uma explicação, a não ser que não tenha sido necessária a aprovação pelo Sena-

do. Se assim ocorreu, fomos enganados duas vezes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, achei que era do meu dever fazer esta comunicação e agradeço a V. Ex^a pela tolerância, mas quero lembrar que é o assunto mais relevante da semana em que se comemoram dois anos de real. Queremos que sejam os dois primeiros anos e não os dois últimos; para isso é necessário lutar pela estabilidade da moeda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Durante o tempo que ainda resta da prorrogação, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães para uma comunicação inadiável.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA). Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço a V. Ex^a a gentileza de me conceder a palavra e não ultrapassarei os cinco minutos que V. Ex^a me reservou.

Sr. Presidente, volto a esta tribuna para chamar a atenção de S. Ex^a o Ministro dos Transportes em relação às estradas federais na Bahia. Já fiz apelo ao Ministro Odacir Klein e acredito que S. Ex^a não se negará a socorrer as estradas baianas federais, que são as piores do Brasil, em contraste absoluto com as estradas estaduais, que são, talvez, das melhores do País.

Isso envergonha o Governo Federal. O Presidente Fernando Henrique me afirmou que tem todo o interesse em fazer uma revisão na malha rodoviária do Estado da Bahia. Tenho certeza que o Ministro Odacir Klein não tem má vontade com a Bahia, mas algo parece estar acontecendo, porque a área de transportes no meu Estado não funciona, em qualquer sentido. Qualquer BR, na Bahia, é motivo de vergonha para quem transita; mas é motivo de vergonha, sobretudo, para seus representantes: Senadores e Deputados.

Por isso, quero dizer ao Sr. Ministro dos Transportes que espero uma satisfação de S. Ex^a, se possível, por escrito, ou que S. Ex^a me chame a seu gabinete para dizer por que não o faz, uma vez que o Presidente Fernando Henrique tem me dito que tem toda a boa vontade em realizar esse trabalho.

Portanto, há algo de errado nesse caminho. Esse descaminho em relação a meu Estado não pode persistir, e nós, representantes da Bahia, não vamos consentir que persista.

Conseqüentemente, venho fazer esse apelo no Senado, mais uma vez, ao Ministro Odacir Klein. Se

S. Ex^a tem razões para explicar o descalabro das estradas baianas, que o faça; se não, que diga por que não o faz; se deseja explicar-me pessoalmente, estarei pronto para ir a seu gabinete. Reconheço suas qualidades de homem público, mas um homem público tem obrigação de dar satisfação aos representantes dos Estados no Senado Federal.

Quero satisfações sobre essa questão, porque, caso contrário, terei que, diariamente, vir à tribuna reclamar desse assunto e do Ministro dos Transportes.

Faço esse apelo, Sr. Presidente, porque as estradas baianas têm grandes trechos intransitáveis, principalmente a BR-407, no trecho Bonfim-Juazeiro, como também a BR-020 e a BR-101, em grandes trechos. Nada se faz em relação à recuperação desses trechos de estradas.

Apelo para V. Ex^a, Sr. Presidente, que teve tão boa vontade com o meu discurso, que o envie ao Ministro dos Transportes, quando for publicado, uma vez que pode ocorrer S. Ex^a não ter um assessor que lhe transmita o que falo aqui ou, então, que S. Ex^a não leia o **Diário do Congresso Nacional**.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

O SR. EDUARDO SUPILY - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - V. Ex^a não poderá ser atendido no momento, mas lhe será assegurada a palavra após a Ordem do Dia, porque já ultrapassamos todos os prazos do Expediente - tivemos quatro oradores na prorrogação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antônio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 645, DE 1996

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no item 2 do art. 210 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência submeta à Casa o pedido de transcrição, nos Anais, do artigo intitulado "Agora, a CPI dos corruptores" publicado à pagina 6, seção *Opinião* do jornal **Estado de Minas**, do dia 27 de junho de 1996.

Justificação

No encerramento dos trabalhos da CPI Collor/PC, propus a constituição de uma CPI destinada a apurar a ação dos corruptores. Em 21 de janeiro de 1994, requeri – e foi aprovada – a inclusão, no Relatório da CPMI do Orçamento, de "recomenda-

ção para instalação imediata da CPI destinada a apurar a ação dos corruptores". Também por minha sugestão, o Presidente Itamar Franco houve por bem expedir o Decreto nº 1001, de 6 de dezembro de 1993, criando "Comissão Especial, com âmbito de atuação na Administração Pública Federal, direta e indireta", com propósito semelhante. Em 24 de março de 1995, submeti, à Casa, o Requerimento nº 402/95, propondo a "constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, integrada por 15 Senadores, destinada a, no prazo até 15 de dezembro de 1995, apurar denúncias sobre agentes corruptores, feitas durante a CPI do Impeachment e a CPI do Orçamento". Aprovado este Requerimento, a CPI deixou de ser constituída em virtude da não indicação dos integrantes por parte das lideranças de dois Partidos representados nesta Casa.

A opinião de que, mais do que nunca, é chegado o momento de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a ação dos corruptores dos agentes da Administração Pública tem sido repetida por vários órgãos de imprensa, escrita e televisonada, deste País. Carlos Chagas, no Jornal da Manchete, defendeu, com o brilhantismo de sempre esta tese. Outros representantes da imprensa, direta ou indiretamente, partilharam a mesma opinião. Agora, o **Estado de Minas** estampa em suas páginas uma das mais consistentes e convincentes proposições a respeito.

Deste modo, a tese já não é mais nossa, mas de domínio dos mais importantes formadores de opinião deste País. Espero que, ao lerem esta matéria, os responsáveis pela não instalação da CPI solicita voltem a refletir a respeito e reformulem sua atitude. Este o motivo que nos leva a propor sua transcrição nos Anais desta Casa.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1996. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido a exame da Comissão Diretora, devendo ter sua tramitação iniciada a partir de 1º de agosto do corrente ano.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Senhor 1º Secretário em exercício, Senador Antônio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 646, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, 215 e 216 do Regimento Inter-

no do Senado Federal, sejam solicitadas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca), através do Senhor Ministro Extraordinário da Reforma Agrária, as seguintes informações:

a) Qual a "taxa de rotatividade" média dos assentamentos instalados no País, para fins de reforma agrária, nos últimos 10 (dez) anos, isto é, das famílias camponesas assentadas, quantas permaneceram nas glebas distribuídas pelo Inca e quantas abandonaram essas terras no referido período?

b) Em quais estados e regiões essa rotatividade foi maior e em quais foi menor?

c) Quais as principais causas (motivações individuais e "determinantes estruturais") dessa rotatividade, à luz dos estudos, pesquisas e análises conduzidos pela equipe técnica do Inca?

Sala das Sessões, 3 de julho de 1996. — Senador **Gilberto Miranda**.

(À Mesa, para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) — O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antônio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 151, DE 1996

Autoriza a abertura de linhas de créditos especiais destinadas à concessão de financiamentos a serem utilizados por pessoas físicas no processo produtivo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir linhas especiais de crédito, por intermédio de suas instituições financeiras, destinadas ao financiamento de bens necessários ao incremento do processo produtivo, a serem concedidos exclusivamente a pessoas físicas com a finalidade do desempenho de sua própria arte ou ofício.

Art. 2º Os financiamentos a serem concedidos nos termos desta lei terão como limite máximo a importância de R\$5.000,00 (cinco mil reais), ficando isentos do Imposto sobre Operações Financeiras.

§ 1º O prazo de amortização dos financiamentos será de 5 (cinco) anos, com carência de 12 (doze) meses.

§ 2º A garantia dos créditos a serem contraídos fica limitada aos bens do próprio contratante, independentemente de aval ou fiança.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para os fins do disposto nesta lei.

Art. 4º O Ministério da Fazenda, por intermédio do Banco Central do Brasil, regulamentará esta lei dentro do prazo de dez dias, a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O problema do desemprego no Brasil tem se revelado merecedor da atenção cada vez maior da sociedade, não apenas em função da utilização crescente de sofisticados recursos tecnológicos na produção industrial em grande escala, mas, sobretudo, pelo fato de ainda enfrentarmos graves problemas de desigualdades sociais que têm se revelado causadores do êxodo rural de um grande número de famílias que se deslocam do campo para a periferia das grandes cidades, em busca de oportunidades de sobrevivência.

Muitas dessas famílias são integradas por cidadãos que apenas precisam de um pequeno impulso do Estado para poder exercer os seus ofícios e inserirem-se no processo produtivo, tal como propomos no presente projeto de lei, que esperamos possa merecer a acolhida dos ilustres pares, com os aperfeiçoamentos que se fizerem necessários.

Sala das Sessões, 3 de julho de 1996. — Senador **Odacir Soares**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – Decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - O projeto será publicado e remetido à Comissão competente, devendo ter sua tramitação iniciada a partir de 1º de agosto do corrente ano.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nºS/68, de 1996, (nº 1.993/96, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele órgão relativo à solicitação do Governo do Estado de Goiás - BD - Goiáa (em liquidação ordinária) para que possa assumir a totalidade da dívida do Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás, perante o sistema BNDES, no valor de R\$87.642.728,99, considerada a base de 30 de novembro de 1995.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A Presidência recebeu da Comissão de Assuntos Econô-

nicos parecer favorável à solicitação contida no Ofício nº 66, de 1996, do Banco Central do Brasil, no sentido da retificação da alínea g do art. 2º da Resolução nº 52, de 1996.

É o seguinte o parecer recebido:

PARECER Nº , DE 1996

Da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre o Ofício "S" nº 66, de 1996, (Ofício Presi nº 1991, de 2 de julho de 1996, na origem), do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando proposta de retificação da Resolução nº 52/96, do Senado Federal, que "autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$150 milhões, destinados à implementação do Programa de Urbanização e Verticalização de Favelas, Prover/Cingapura; e autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia referente à mesma operação".

Relator: Senador Esperidião Amin

I – Relatório

O Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, por intermédio do Ofício "S" nº 66, de 1996, (Ofício Presi nº 1991, de 2 de julho de 1996, na origem), encaminha solicitação de que seja retificada a alínea g do artigo 2º, da Resolução nº 52/96 do Senado Federal, em decorrência de recomendação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Dante do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à alteração proposta nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 1996

Altera a alínea g do artigo 2º, da Resolução nº 52/96, do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A alínea g do artigo 2º, da Resolução nº 52/96, do Senado Federal passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º

g) condições de pagamento:

– do principal – o empréstimo deverá ser amortizado pelo mutuário mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais. A primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deva ser efetuado o paga-

mento de juros, uma vez transcorridos seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo e a última até 8 de dezembro de 2021."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de julho de 1996. – Gilberto Miranda – Esperidião Amin – Eduardo Suplicy – Roberto Requião – Freitas Neto – Ney Suassuna – Bello Parga – Beni Veras – João Rocha – Jefferson Peres – Fernando Bezerra – Jonas Pinheiro – Romeu Tuma (sem voto) – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Francelino Pereira – Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Em votação a alteração proposta.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência tomará as providências necessárias à retificação da referida resolução.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 2.003/96, de 3 do corrente, solicitando alteração no Parecer nº 614/96, de 12/06/96, daquele Órgão, contido no Ofício nº S/52, de 1996, relativo à emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP - cujos recursos serão destinados ao reembolso da sexta parcela e pagamento da sétima e oitava parcelas, bem como dos complementos da primeira à oitava parcelas de precatórios judiciais.

O expediente, anexado à matéria em referência, será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 72 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 53, DE 1994

Discussão em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1994 (nº 119/91, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Convenções nºs 163, 164, 165 e 166, da Organização Internacional do Trabalho, tendo

Pareceres sob nºs 355 a 357, de 1996, das Comissões

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, (1º pronunciamento), pela audiência da Comissão de Assuntos Sociais;

de Assuntos Sociais, favorável; e

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, (2º pronunciamento), favorável.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 647, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos da alínea c, do art. 279 do Regimento Interno, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1994, a fim de que a mesma seja feita na sessão de 14 de agosto de 1996.

Sala das Sessões, 3 de julho de 1996. – **Françellino Pinheiro – Valmir Campelo – Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Em votação o requerimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Estamos na fase de encaminhamento de votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT - SE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir a justificativa para o adiamento dessa matéria, já que se trata da ratificação de uma convenção internacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - O Regimento não exige justificativa para esse tipo de requerimento. Por esta razão, nós estamos em fase de encaminhamento para votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Eu sei disso, Sr. Presidente. Mas eu já registrei aqui diversas vezes que foi feito um acordo de Lideranças, uma vez, por provocação do Senador Antonio Carlos Magalhães, para que os requerimentos de adiamento fossem justificados.

Como se trata de ratificação de convenção internacional, não estou entendendo o porquê do adiamento. Quero pelo menos ouvir a justificativa daqueles que encaminharam o requerimento, até para poder encaminhar a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Os signatários do requerimento estão presentes no plenário. Caso algum deles queira fazer uso da palavra para apresentar a justificativa, por gentileza, que o faça.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, pela Liderança do PFL.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Para justificar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o exame desta convenção implica, também, o exame de outras.

A Convenção 163 trata do bem-estar dos trabalhadores marítimos no mar e no porto. Trata da obrigatoriedade de zelar e financiar os meios e serviços para o bem-estar dos trabalhadores marítimos, sem nenhuma distinção de nacionalidade, raça, cor, sexo, religião, opinião pública ou origem social, quando permanecerem nos portos ou a bordo de navios. Será aplicável pelo estado-membro através de consulta efetuada às organizações representativas de armadores e de trabalhadores marítimos, que determinará quais serão os navios e portos que estarão sujeitos às normas internacionais.

A Convenção 164 dispõe sobre a proteção da saúde e assistência médica aos trabalhadores marítimos, uma vez que define as condições sanitárias e higiênicas, bem como a existência de pessoal técnico responsável a bordo das embarcações.

Já a Convenção 165 trata da seguridade social dos trabalhadores marítimos, seus dependentes e sobreviventes.

A Convenção 166 prevê a repatriação dos trabalhadores marítimos ao estipular as circunstâncias e regras em que esta deverá ocorrer.

O texto da Convenção é muito abrangente, contendo alguns pontos que contrariam a modernização da legislação trabalhista e da seguridade social que vêm sendo propostos pelo Governo.

O Ministério do Trabalho está preparando ampla reforma das relações do trabalho, sob nova filosofia, de modo que, neste momento, não convém estabelecer qualquer inovação que possa comprometer esse objetivo. Teme-se o exemplo da Convenção 158 da OIT, cujo decreto de promulgação foi recentemente editado, que conduziu à manifesta inversão na ordem de prioridades que o Governo pretende fixar para as discussões de seus projetos. A aprovação dessa Convenção gerou amplo debate, em âmbito nacional, sobre a questão da estabilidade no emprego - que não corresponde àquela filosofia -, além de ter produzido um desvio na própria elaboração de projetos de iniciativa do Executivo, dada a necessidade de uma legislação que a regulamentasse.

Por essas razões, o Ministério do Trabalho, em sugestões que enviou a esta Casa, considera conveniente retirar de pauta o projeto hora em exame. Daí o requerimento feito por esta Liderança.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra, para encaminhar, pelo PT, ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE) - Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, encaminho contrariamente a esse pedido de adiamento da matéria.

Gostaria de registrar que, em 1991, uma portaria do Ministério do Trabalho e da Previdência Social formou uma comissão tripartite envolvendo o governo, empresas de transporte marítimo e trabalhadores. E essa comissão tripartite, que, volto a registrar, foi criada por uma portaria do Ministério do Trabalho, debateu exaustivamente essas quatro convenções, concluindo pelo acatamento dos quatro textos, sem restrições de qualquer espécie.

Entendemos que o assunto já foi exaustivamente debatido pelas três partes envolvidas, vem para o Senado apenas para ratificação, e não compreendemos por que é solicitado o seu adiamento.

Portanto, encaminhamos contrariamente ao requerimento de adiamento da votação desta matéria.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, para encaminhar, pelo PTB.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB-RS) - Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, considero importante registrar o meu pensamento e o trabalho que tive em relação à matéria, uma vez que fui relatora na Comissão de Assuntos Sociais.

Essa matéria foi levada à Comissão de Relações Exteriores, o Senador Artur da Távola foi o relator e sugeriu que a Comissão de Assuntos Sociais fosse ouvida. A matéria foi à nossa Comissão, recebeu parecer e, depois, inclusive, retornou à Comissão de origem, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde novamente - V. Ex's têm em mãos o parecer do Senador Artur da Távola - S. Ex^a, considerando o longo e fundamentado parecer da lavra da Senadora Emilia Fernandes, da Comissão de Assuntos Sociais, manifesta total aprovação aos documentos internacionais produzidos por uma das mais antigas organizações internacionais. E acrescenta:

"Além de ser necessário e conveniente adotar os textos mencionados, para fins de aperfeiçoamento do nosso direito nacional ou interno, é imperioso fazê-lo também para manter em bom nível nossas relações com os parceiros do Mercosul. Conforme relatara em parecer preliminar sobre a matéria em pauta, nas reuniões rotineiras dos países que compõem aquele exercício de integração econômica, é consenso geral a necessidade de aprovação das convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho, pois que a respaldar tal consenso está a necessidade de homogeneizar, em nível constitucional e de lei ordinária, os mandamentos previdenciários e de assistência social dos países da área."

Essas são palavras textuais do parecer do Senador Artur da Távola.

E eu acrescentaria - já foi aqui esclarecido - que: a Convenção 163 versa sobre o bem-estar dos trabalhadores marítimos no mar e no porto, estabelecendo que todo Membro se compromete a cuidar para que sejam providenciados meios e serviços de bem-estar nos portos apropriados do país para todos os marinheiros, sem distinção de espécie alguma, e independentemente do Estado em que estiver registrado o navio a bordo do qual estejam empregados.

A Convenção 164 dispõe sobre a proteção da saúde e a assistência médica aos trabalhadores marítimos, não se restringindo apenas ao atendimento dos pacientes, mas também prevendo a elaboração de programas de promoção de saúde e de educação sanitária, objetivando que os próprios trabalhadores marítimos possam contribuir ativamente para a redução da freqüência das enfermidades passíveis de afetá-los.

A Convenção 165 trata da seguridade social de todos os trabalhadores marítimos e, quando couber, dos seus dependentes e sobreviventes. Mereceu extenso detalhamento em 45 artigos, em síntese prevendo que a legislação de cada país-membro deverá prever, para os trabalhadores marítimos aos quais for aplicável a legislação desse membro, uma proteção em matéria de seguridade social não menos favorável do que a que protege os trabalhadores em terra no que tange a cada um dos ramos da seguridade social mencionados no seu art. 3º.

A última das convenções contempladas nesse projeto, a 166, aborda a questão da repatriação dos trabalhadores marítimos, em síntese prevendo que,

em caso de doença, acidente ou qualquer outro motivo de ordem médica que exija a repatriação do marinheiro, isso se dará preferencialmente por via aérea, às expensas do armador.

É importante ressaltar que isso não está contrariando nada, pois está assinado em Genebra, desde 1987, e foi encaminhado ao Congresso Nacional, em 2 de julho de 1991, pelo Presidente da República.

É importante ressaltar também que todas as convenções contemplam a hipótese de estender as suas disposições inclusive à pesca comercial, desde que sejam previamente ouvidas as organizações representativas.

Portanto, creio que interessa ao Brasil, como Estado-membro da OIT, a ratificação dessas convenções, uma vez que, com a globalização dos mercados e com o aumento do fluxo de comércio internacional, vem crescendo o número de navios - portanto, o de marinheiros - em trânsito em nossos portos, bem como o número de marinheiros brasileiros que navegam pelo mundo.

O incremento do comércio exterior do Brasil com o resto do mundo é uma realidade e uma necessidade. Somente as trocas com os membros do Mercosul, por exemplo, aumentaram seis vezes nos últimos cinco anos.

Srs. Senadores, particularmente com relação a essas convenções, o assunto foi tratado na última reunião, realizada em San Luis, na Argentina. Todos os parlamentares presentes, representando os quatro países, pediram que fosse agilizado o protocolo relativo às mesmas, pois as convenções são necessárias, são importantes, principalmente porque buscam homogeneizar os mandamentos previdenciários de assistência social.

Entendo que não cabe mais protelarmos esse assunto. Creio que é importante assinarmos e aprovarmos as convenções para que, depois, se busque, através até de estudos comparativos de outros Parlamentos do próprio Mercosul, a homogeneidade. Isso é o que é necessário ser feito.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara, pelo PSDB, para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE). Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria chamar a atenção para o fato de que, raramente - não sei se tem acontecido em outros casos -, se pediu audiência à Comissão de Assuntos Sociais, que se pronunciou favoravelmente em relação à matéria.

Segundo informações da liderança, as leis do Governo brasileiro já estariam até mais adiantadas do que o que está sendo proposto nessa convenção.

Quero enfatizar que li em um jornal - não sei se no **Correio Braziliense** - a notícia, aliás, contestada, com todo fundamento, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, de que o Presidente da República tem assinado atos, compromissos, tratados que, na verdade, não têm qualquer validade, porque o Congresso - no caso, o Senado - não os teria aprovado.

O Senador Antonio Carlos Magalhães mostrou que o número de convenções, de tratados apreciados pela Comissão de Relações Exteriores e pelo Plenário foi bastante significativo, inclusive de documentos, que datam de muitos anos.

Dizia ainda o jornal que a produção caiu no ano de 96, em relação a 95.

Em todo caso, eu gostaria de chamar a atenção para o fato de ter havido esse mecanismo da audiência, sobre o qual a comissão já se pronunciou, assim como a Comissão de Relações Exteriores.

Esse adiamento poderia inclusive ensejar a interpretação de que estaríamos procrastinando a aprovação de tratados, de convenções ou de documentos assinados pelo Presidente da República. Na verdade, não somos obrigados a ratificá-los, somos sim chamados a nos pronunciar sobre os mesmos, aprovando-os integralmente ou em parte.

Eu gostaria de dizer ao Plenário que a imprensa já fez esse comentário, que foi, como eu disse, contestado com números pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. É interessante que não se retarde a apreciação desses documentos para que não recaia sobre nós uma responsabilidade que não temos de fato, porque os números são muito eloquentes - não tenho à relação de cabeça, o Senador Antonio Carlos Magalhães certamente a tem. A quantidade de documentos internacionais aprovados, examinados e votados no Senado é significativa.

Por isso, solicito a V. Ex^{as}s que não adiemos muito o exame e a decisão sobre essa matéria, até porque ela envolve interesses do trabalhador, que é geralmente o elo mais frágil da corrente econômica. É aquele que mais precisa ser amparado e protegido, principalmente por se tratar de uma atividade difícil, insalubre e arriscada, como é o trabalho no mar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, pelo PFL, para encaminhar a votação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de fazer uma consulta à Mesa: sei da importância de aprovarmos essas convenções internacionais. Há dezenas delas, não só da OIT como várias de interesse do próprio Governo. Recentemente, houve uma discussão na Comissão de Relações Exteriores sobre mais uma convenção da OIT referente à comunidade indígena.

Consulto V. Ex^a se todas essas convenções não poderiam ser discutidas apenas em um bloco. Poderíamos unificá-las e dar objetivamente um parecer a respeito da sua importância para o País.

Essa é a consulta que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Senador Romeu Tuma, todas essas convenções estão sendo discutidas em conjunto.

O SR. ROMEU TUMA - Não; há várias aqui e outras nas comissões. Consulto se não poderíamos unificá-las e discuti-las amplamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - V. Ex^a pode requerer a tramitação em conjunto, se assim o desejar.

O SR. ROMEU TUMA - Perfeitamente. Então, vou requerê-la.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB.) - Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de fazer uma ponderação ao Senador Romeu Tuma, no sentido de que ele quer um requerimento que engloba as votações dos acordos e das convenções já aprovados pela Comissão de Relações Exteriores, sobre os mais desparas assuntos. Estamos votando uma matéria que inclui várias convenções, mas todas sobre o mesmo assunto.

Portanto, creio que não seria o caso de discutirmos e votarmos globalmente todas as convenções internacionais.

É um apelo que faço a S. Ex^a, como membro da Comissão de Relações Exteriores e tendo participado de todas as votações que ali têm sido realizadas semanalmente, para que essas matérias não sofram nenhuma delonga na sua apreciação em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Machado, como Líder.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB encaminha a favor do adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, com os votos contrários dos Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Humberto Lucena, Eduardo Dutra, Emilia Fernandes, Jefferson Péres, Roberto Requião e Regina Assumpção.

A matéria voltará à Ordem do Dia na data estabelecida pelo plenário, 14 de agosto, quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Item 2:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1995

Discussão, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1995 (nº 106/91, na Câmara dos Deputados), que ratifica o texto da Convenção nº 167 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 357, de 1995, e 255, de 1996, das Comissões

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e

- de Assuntos Sociais (nos termos do Requerimento nº 936, de 1995, de audiência)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 648, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos da alínea c, do art. 279 do Regimento Interno, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1995, a fim de que a mesma seja feita na sessão de 13 de agosto de 1996.

Sala das Sessões, 3 de julho de 1996. - Francinello Perelra - Valmir Campelo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, Líder do PT, para encaminhar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador) - Sr. Presiden-

te, Srs. Senadores, confesso que não estou entendendo nada. Estamos numa convocação extraordinária e diversos setores têm criticado a extensão da pauta, o fato de o Senado e a Câmara estarem convocados, porque ficarão um mês recebendo três salários sem votar nada. Na primeira sessão deliberativa da convocação extraordinária, os dois primeiros itens da pauta estão tendo requerimento de adiamento para votação da matéria? Com todo respeito aos Srs. Senadores autores do requerimento, mas não estou entendendo.

Essa convenção também foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e pela Comissão de Assuntos Sociais. O parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que teve como Relator o Senador Hugo Napoleão, diz o seguinte:

"Cabe enfatizar que a legislação brasileira contempla praticamente todos os assuntos regulados pela convenção sob exame, seja através da CLT, Capítulo V, Título II, seja através de regulamentos e atos de ordem administrativa, como, por exemplo, a Portaria nº 3.214.

A presente Convenção é conveniente e oportuna aos interesses nacionais. Cumpre acrescentar que o Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1995, é constitucional e legal".

Esse é o parecer do Senador Hugo Napoleão, do PFL, na Comissão de Relações Exteriores.

O parecer do Senador Bello Parga, do PFL, na Comissão de Assuntos Sociais:

"Segundo os termos do art. 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, obrigam-se os Estados signatários a encaminhar os textos das convenções às autoridades competentes para efeito de ratificação, de forma a permitir sua incorporação nos ordenamentos jurídicos dos Estados.

Entendemos que a presente Convenção merece nosso acolhimento pelo seu elevado alcance social".

E vamos adiar por quê? Para depois a imprensa dizer que, durante a convocação extraordinária, o Senado não quer votar nem as matérias que são da sua admissão exclusiva e que já estão na pauta?

Sinceramente, Sr. Presidente, juro que não estou entendendo o porquê do adiamento também

desta matéria, que tem parecer favorável das duas comissões.

Encaminho contra e, neste caso, vou pedir verificação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, para encaminhar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, concordo inteiramente com a argumentação do Senador José Eduardo Dutra.

Acredito que quando se faz uma pauta de uma sessão extraordinária, faz-se com responsabilidade. Se os pareceres são favoráveis nas duas comissões, não tem por que a matéria ser adiada.

Se por acaso o Governo é contra, procure os meios outros fora daqui para demonstrar que é contrário. Nós é que não podemos estar atrelados, depois de votarmos favoravelmente, a modificar ou a estar protelando a votação.

Sou inteiramente contra esse adiamento e penso que a votação deve prosseguir normalmente.

Peço vênia a quem pediu o adiamento - não sei quem o fez - mas o considero inteiramente errado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Continua em votação.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Pelo PTB, a Senadora Emilia Fernandes tem a palavra, para encaminhar.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB-RS) Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho importante registrar que no relatório do Senador Bello Parga, da Comissão de Assuntos Sociais, S. Exª afirma que:

"A Convenção em exame mereceu parecer favorável à sua ratificação na Comissão Tripartite instituída pelo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social, e integrada por representantes do Governo, empregadores e trabalhadores".

O relatório vai mais além:

"Verificamos, também, que a legislação brasileira contempla praticamente todos os assuntos regulados pelo pacto sob exame".

Considero que as Comissões têm feito um trabalho muito sério, muito responsável; os relatores debatucam-se sobre as matérias, que estão tramitando no Congresso Nacional desde 1991. E nós ainda, também, num período extraordinário, onde está aí a pauta, começamos a adiar as matérias?

Particularmente, Sr. Presidente, coloco que estarei votando também contra o adiamento. Se já houve essa ratificação, inclusive por parte do Poder Executivo, dos trabalhadores, do Governo e dos empregadores, estamos diante de um convênio que recomenda medidas de prevenção e proteção na construção civil. Todos os dias vemos exemplos de acidentes, mostrando a importância da segurança nos locais de trabalho, em todos os sentidos, em relação a esses trabalhadores, e que é interesse dos empregadores também.

Portanto, voto contra o adiamento e peço aos Srs. Senadores que levem em consideração os relatórios que foram amplamente examinados na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Considerando que ainda estamos fazendo o encaminhamento de votação, a Presidência lembra que é apenas um Senador por Partido. V. Ex^a, por exemplo, Senador Edison Lobão, pode falar como Líder e não como Membro do PFL.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) - Como Líder, para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o adiamento desta matéria foi solicitado pelo nobre Líder do PTB, Senador Valmir Campelo e pelo Senador Francelino Pereira no exercício da Liderança do PFL.

O PFL não é exatamente contra este convênio estatal. Tanto não é que o próprio Líder, o Titular da Liderança na Comissão, emitiu parecer favorável. Todavia, o adiamento foi solicitado levando-se em consideração um pedido do Ministro do Trabalho, que examinou esta matéria e nos encaminhou alguns comentários, os quais vou ler para conhecimento do Plenário do Senado.

Diz o Ministro do Trabalho:

"O texto da Convenção é muito abrangente, contendo alguns pontos que contrariam a modernização da legislação trabalhista que vem sendo proposta pelo Ministério. Já teve a sua discussão adiada. O texto da Convenção nº 167 da OIT trata de seguran-

ça e saúde na construção, nas mais diversas fases de sua realização, incluindo o transporte nos canteiros de obras. É uma Convenção de grande abrangência; seus 44 artigos tratam de todas as áreas de atividade dos canteiros de obras, com detalhamento técnico.

A legislação brasileira contempla praticamente todos os assuntos regulados pela Convenção 167 (Capítulo V, Título II da CLT, regulamentos e atos de ordem administrativa).

O Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, promoveu a revisão da Norma Regulamentadora nº 18 - Obras de Construção, Demolição e Reforma, que através de discussão em Comissão Tripartite e Paritária, com representação de Trabalhadores, Empregadores e Governo.

O novo texto da NR-18 - 'Condições e Meio Ambiente' de Trabalho da Indústria da Construção, em muito avança sobre a Convenção 167/OIT.

Esta convenção trata os itens de forma genérica e conflita com a NR-18."

Por essas razões, o Ministério do Trabalho considera conveniente adiar a votação do projeto. Daí o requerimento. Não se trata, portanto, de rejeição da matéria, e sim de adiamento por solicitação do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Continua em votação.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concede a palavra ao Líder do PSDB, Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) - Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o PSDB encaminha a favor do adiamento exatamente pelos motivos expostos pelo Senador Edison Lobão, tendo em vista que esse item entrou na pauta por ser de competência privativa do Senado e não por ser discriminado.

Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concede a palavra ao Senador Humberto Lucena, pelo PMDB.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB) - Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, data venia, acompanho a posição do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Tenho para mim que não há como se justificar esse adiamento, sobretudo porque o Sr. Ministro do Trabalho poderia ter tentado um contato com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, com as próprias Lideranças do Governo no Senado antes que o órgão técnico competente desse o seu parecer sobre a matéria. Dó contrário, não adianta mais as comissões se reunirem no Senado.

Por outro lado, é bom lembrar a despesa que o Governo brasileiro tem com as suas delegações para comparecer às reuniões anuais da OIT em Genebra. O Brasil sempre se faz ali representar. Portanto, seria de bom alvitre advertir que caberia, sim, nessas ocasiões, o Governo brasileiro tomar posição contrária à assinatura dessa ou daquela convenção. Entretanto, desde que a comissão aprovou a convenção e ela é submetida ao Plenário, acho que devemos nos desincumbir da nossa tarefa constitucional de aprová-la ou não.

Estou com o Parecer da Comissão de Relações Exteriores. Faço um apelo aos Srs. Líderes no sentido de retirarem esse requerimento de adiamento, até porque, Sr. Presidente, nada obsta que a convenção entre em vigor. O próprio Ministro do Trabalho, posteriormente, poderá propor alterações no âmbito da Organização Internacional do Trabalho.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Tem a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP). Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, não há argumento convincente que justifique o adiamento da votação desta matéria. Por essa razão, defendo que ela seja votada hoje. Faço isso em meu nome e em nome do PDT, em função de que as comissões que a examinaram, sobretudo a Comissão de Relações Exteriores, o fizeram com o afínco necessário e com o cuidado que sempre têm ao examinar matéria semelhante.

Como membro da Comissão de Relações Exteriores, fico com o parecer. No meu entender, a Comissão cumpriu o seu trabalho. Sendo assim, acredito que não haja razão para o adiamento da votação e encaminhamos contra o requerimento de adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço verificação de votação, com o apoioamento dos Srs. Senadores Bernardo Cabral, Sebastião Rocha, Júnia Marise, Antonio Carlos Valadares e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - O nobre Senador José Eduardo Dutra pede verificação de votação. Sendo regimental a solicitação, S. Ex^a será atendido.

Srs. Senadores, queiram ocupar os seus lugares para a verificação de quorum solicitada pelo nobre Senador José Eduardo Dutra. (Pausa.)

Como vota o Líder do PFL?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) - O PFL recomenda voto "sim" ao requerimento de adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Como vota o Líder do PMDB?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC) - O PMDB é favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Como vota o Líder do PSDB?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) - O PSDB vota favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Como vota o Líder do PPB?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA (PPB-MA) - Sr. Presidente, voto contra o requerimento, mas a questão é aberta no Partido.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Como vota o Líder do PT?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE) - O PT vota contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Como vota o Líder do PTB?

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) - O Líder encaminha favoravelmente e deixa aberta a questão na sua Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Como vota o PDT?

A SRA. JÚNIA MARISE (PDT-MG) - O PDT vota contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Como vota o Líder do PSB?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA) - O PSB vota contra o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Os Srs. Senadores já podem votar.

Estamos em processo de votação. Pedimos aos Srs. Senadores que se encontram nos gabinetes que, por gentileza, venham a plenário, ocupem seus lugares eacionem as teclas de votação.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Artur da Távola – Bello Parga – Beni Veras – Coutinho Jorge – Edison Lobão – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Freitas Neto – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iris Rezende – João França – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – Marlúce Pinatto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Onofre Quinan – Romeu Tuma – Sérgio Machado – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Antônio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Ademir Andrade – Bernardo Cabral – Casildo Maldaner – Eduardo Suplicy – Emílio Fernandes – Epitácio Cafeteira – Humberto Luceña – Jefferson Peres – Josaphat Marinho – José Alves – José Eduardo Dutra – Júnia Marise – Lauro Campos – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Marina Silva – Osmar Dias – Pedro Simon – Regina Assumpção – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Votaram SIM 27 Srs. Senadores e NÃO 24.

Não houve abstenção.

Total: 51 votos.

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere retornará à Ordem do Dia na data estabelecida pelo Plenário, ou seja, dia 13 de agosto, terça-feira.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR) Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acabo de verificar que na votação anterior o meu voto não foi registrado. Voto contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A Ata registrará o voto de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, eu não estava aqui no momento, mas gostaria que a Ata registrasse o meu voto também.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Nobre Senador Roberto Freire, a Ata registrará o voto de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1996 (nº 200/95, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, em Brasília, em 7 de março de 1995, tendo

Parecer favorável, sob nº 359, de 1996, da Comissão
- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1996 (nº 202/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, de 1993, assinado em 2 de fevereiro de 1994, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, tendo

Parecer favorável, sob nº 360, de 1996, da Comissão
- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. JOSÉ EDUARDO - Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto "sim" na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Nobre Senador José Eduardo, a Ata registrará o voto de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, pareceres oferecendo as redações finais que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Senado, serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

São lidas as seguintes:

PARECER Nº 393, DE 1996
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1996 (nº 200, de 1995, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1996 (nº 200, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, em Brasília, em 7 de março de 1995.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 de julho de 1996. — **Levi Dias**, Presidente — **Ney Suassuna**, Relator — **Eduardo Suplicy** — **Antonio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº 393, DE 1996

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1996

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia em Brasília, em 7 de março de 1995.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia em Brasília, em 7 de março de 1995.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 394, DE 1996

(Da Comissão Diretora).

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1996 (nº 202, de 1995, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1996 (nº 202, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, de 1993, assinado em 2 de fevereiro de 1994, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 de julho de 1996. — **Levy Dias**, Presidente — **Ney Suassuna**, Relator — **Eduardo Suplicy** — **Antonio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº 394, DE 1996

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1996

Aprova o texto do Acordo International do Cacau, de 1993, assinado em 2 de fevereiro de 1994, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo International do Cacau, de 1993, assinado em 2 de fevereiro de 1994, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) — Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 649, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requeiro a dispensa de publicação, para imediata

discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1996 (nº 200/95, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, em Brasília, em 7 de março de 1995.

Sala das Sessões, 3 de julho de 1996. — **Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, o Projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO N° 650, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requeiro a dispensa da publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1996 (nº 202/95 na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau de 1993, assinado em 2 de fevereiro de 1994, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Sala das Sessões, 3 de julho de 1996. — **Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Aprovado o requerimento, passamos à discussão da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, o Projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A Presidência recebeu complementação referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1996, através da

qual o Senhor Presidente da República solicita o cancelamento da urgência requerida à mencionada proposição.

A matéria, portanto, passa a tramitar em rito normal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador José Roberto Arruda, por 20 minutos, de acordo com o art. 14, II, b, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF) - Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, gostaria de registrar neste plenário que, no último final de semana, os jornais de todo o País, os meios de comunicação de um modo geral e até o Presidente da República, ocupando esses veículos, comemoraram o segundo ano do Plano de Estabilização Econômica, ou seja, o Plano Real.

Esses meios de comunicação, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, trouxeram números importantes de serem registrados nesta Casa.

Tínhamos, no primeiro semestre de 1994, uma inflação de 7.000%, que caiu para 11,3%.

A cesta básica, em julho de 1994, era de R\$106,95 e hoje é de R\$109,95, o que significa que subiu apenas 2,8% em dois anos.

O IPEA demonstrou, em recente pesquisa, que o número de pessoas na faixa de extrema pobreza caiu em cinco milhões. Houve uma redistribuição de renda em que os 50% mais pobres da população ganharam 1,2% sobre a renda nacional e os 20% mais ricos perderam 2,3%. Essa transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres foi talvez a mais acentuada em períodos curtos da nossa história.

Sr. Presidente, ocorreram todos esses fatores e mais alguns, como o aumento de consumo, como as vendas de eletrodomésticos e até como o aumento do salário mínimo, tão criticado.

Tínhamos um salário mínimo de R\$64,79, em julho de 1994, que hoje é de R\$112,00, o que significa um aumento real de 73%.

É bom lembrar que o Presidente Fernando Henrique Cardoso prometia, em sua campanha eleitoral, dobrar o valor do salário mínimo ao final de seu Governo, ou seja, que ele chegaria a um valor de US\$140,00 ou R\$140,00, e já estamos próximos disso.

Houve um crescimento no PIB de 4,3%, em 1993; de 6%, em 1994; de 4,1%, em 1995, e temos uma estimativa, para este ano, de um crescimento real de 3,5%.

Todos esses dados, divulgados pela grande imprensa brasileira, foram discutidos por toda a sociedade organizada na comemoração dos dois anos de Real.

Entretanto, é forçoso reconhecer, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, que nós, do Brasil, trabalhamos com uma agenda de reformas extremamente sobre carregada, e este ganho importante que tinha o País, de terminar com a inflação, já se incorporou à vida de todos os brasileiros. E é natural que a sociedade brasileira agora procure novas reformas e queira outros avanços.

O Governo Fernando Henrique Cardoso já promove algumas mudanças além daquelas do Plano de Estabilização Econômica. Gostaria de registrar pelo menos três.

A primeira, na educação. Trata-se da reforma do ensino fundamental, que deve ser votada neste mês, no Senado Federal, estabelecendo um fundo de repartição de recursos com um mínimo de R\$300,00/aluno/ano em todo o território nacional.

Foram distribuídas, no ano passado, 5,78 bilhões de refeições na merenda escolar em 170 dias, e distribuídos 110 milhões de livros.

A educação, com a Lei de Diretrizes e Bases e com a reforma do ensino fundamental, deve viver o momento de profunda alteração neste mapa crítico, que é da escola pública brasileira.

Na agricultura, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o Presidente acaba de lançar o Programa de Financiamento da Safra Agrícola, passando de 2,8 bilhões do ano passado para 5,1 bilhões este ano. Foram securitizadas dívidas de até R\$200 mil. O financiamento do pequeno agricultor, da agricultura familiar passou de R\$250 milhões para R\$1 bilhão, o que promete uma safra superior a 80 milhões de toneladas de grãos para este ano.

Mas, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, talvez a principal alteração que já se faz sentir no País é a chegada de novos investimentos na economia brasileira.

Com a reforma da ordem econômica promovida pelo Congresso Nacional e com a regulamentação dessas reformas em processamento no Congresso Nacional, já se estima que, neste ano, teremos investimentos produtivos superiores a US\$10 milhões, diga-se de passagem, na economia nacional.

Por outro lado, Sr. Presidente, enquanto experimentamos o ganho de uma economia estabilizada e começamos a experimentar um momento de reformas profundas em setores vitais do aparelho do Es-

tado, temos que verificar que existem problemas, alguns deles advindos do fato insofismável de que o aparelho estatal do Brasil ainda gasta mais do que arrecada.

Só para citar o caso do Governo Federal, sem adentrar no caso caótico dos Estados brasileiros, temos a demonstrar que, dos R\$160 bilhões arrecadados por ano pelo Governo Federal, R\$146 bilhões são hoje despesas conhecidas como automáticas ou repasses para os Estados e para os Municípios, ou gastos com custeio e com pessoal.

O Sr. Lauro Campos - Sr. Senador José Roberto Arruda, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Com muito prazer, Senador Lauro Campos, se V. Ex^a me permitir, após concluir o meu raciocínio.

Sobram, portanto, Sr. Presidente, R\$14 bilhões, dos quais R\$8,6 bilhões são destinados à saúde. O Presidente da República do Brasil, portanto, dos R\$160 bilhões que o País arrecada, pode dispor, para investimentos e para outras decisões de Estado, de apenas R\$5,4 bilhões.

Com o Plano Real, garantimos a estabilidade econômica hoje em nosso País. Podemos dizer, ainda mais, que, nestes quinhentos anos de História brasileira, poucas vezes vivemos um momento de liberdade, democracia e estabilidade econômica simultaneamente. Em períodos autoritários, tivemos até a inflação sob controle e um período de crescimento econômico; todavia, sempre em regimes autoritários. Lembra-nos o Senador Bernardo Cabral o chamado "Milagre Brasileiro". Em outros períodos de democracia e de liberdade, tínhamos o descontrole da economia. São raros os momentos, repito, da história econômica, da história política brasileira, em que tivemos, ao mesmo tempo, liberdade, democracia e estabilidade econômica.

Temos, hoje, mais do que isso: temos um projeto de país, do qual alguns até podem discordar, e é natural que todos discutamos os seus detalhes e os seus contornos.

É inegável que há, no País, neste momento, um projeto claro de atração de capital privado para os setores produtivos da economia, em que se repensa o papel do Estado na sociedade, com o objetivo básico de diminuir os custos públicos. Neste momento, é fundamental a definição de quais funções básicas devem caber ao Estado brasileiro na sociedade moderna.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, há duas missões pela frente. A primeira delas é a de substituição das âncoras provisórias que sustentam o Pla-

no Real por âncoras permanentes e menos perversas. Todos sabemos que algumas das âncoras de sustentação do Plano Real inibem o sistema produtivo e são perversas à economia. Desejamos substituí-las por âncoras definitivas, fazendo uma reforma fiscal que mantenha o plano de estabilidade econômica e que propicie um modelo de desenvolvimento mais justo para o País.

Há uma segunda missão, que motivou a convocação extraordinária do Congresso Nacional neste mês de julho, que trata exatamente das reformas, as quais votadas, discutidas e implementadas darão os contornos desse novo projeto de país.

Peço licença, Sr. Presidente, para conceder inicialmente um aparte ao Senador Lauro Campos.

O SR. CARLOS BEZERRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estava presente e, por um lapso, deixei de votar no pedido de verificação. Gostaria que V. Ex^a registrasse que o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - A solicitação de V. Ex^a será atendida; A Ata fará o devido registro.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Concedo o aparte ao nobre Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos - Agradeço a oportunidade que o Senador José Roberto Arruda me oferece para fazer alguns comentários e tecer algumas dúvidas a respeito desta eufórica comemoração do segundo ano de "êxito" do Plano Real. De início, gostaria de lembrar que o mesmo Presidente que, hoje, pelo mundo, alardeia o êxito do seu plano de estabilização é aquele que, quando Ministro, elevou a inflação de 27% para 48% ao mês. Sua Excelência soube tão bem elevar a inflação que, agora, parece, aprendeu a rebaixá-la. O seu seguidor, o Ministro Rubens Ricupero, declarou expressamente que a estratégia do chamado Plano de Estabilização consistia em fazer elevar os preços, aumentar a taxa de inflação até o ponto em que estes preços ficariam inacessíveis aos consumidores brasileiros. Neste ponto, dizia S. Ex^a, o Ministro Rubens Ricupero, os comerciantes perceberiam que, ao aumentarem os preços ainda mais, teriam prejuízos e acabariam por falir. De modo que a estratégia inicial, a âncora principal, foi a elevação da taxa de inflação a esse patamar de 7.000% ao ano, para depois congelar os salários, os preços no zênite e o salário no nadir. Ago-

ra, sabemos muito bem que o plano não é do Presidente Fernando Henrique Cardoso nem de sua equipe. O plano é muito antigo e foi repetido na América Latina, através do FMI, na Argentina, onde o Ministro Cavallo já deu com os burros náqua, e no México, onde percebemos, entre outras mazelas, que a indústria automobilística, por exemplo, passou a ser simples montadora, porque 87% dos componentes automobilísticos são importados, tal como no Brasil hoje. A Estrela, por exemplo, importa 80% da receita de suas vendas, reduziu a sua produção a 20%. A indústria foi sucateada com uma taxa de câmbio absolutamente artificial. Gostaria apenas de acrescentar que não só na América Latina, mas na Rússia aconteceu o mesmo. Para tanto, leio um simples trecho do jornal *A Folha de S.Paulo* de hoje:

"Os modelos de estabilização no Brasil e na Rússia têm pelo menos uma característica importante e comum, presente em outros modelos patrocinados pelo FMI: a exposição crescente às forças da globalização."

Esta matéria mostra que, tanto no Brasil quanto na Rússia, esse projeto do Fundo Monetário Internacional teve pesadíssimos custos sociais. Estes, no Brasil, expressam-se, principalmente, no aumento da dívida pública que, ao tentar encobrir a inflação, já atingiu um patamar de R\$151 bilhões, ao enxugar a base através da venda de títulos públicos. Neste momento não pagaremos o custo da inflação; mas, pagaremos o custo da dívida pública que substitui e cresce no lugar da taxa de inflação, na vã tentativa de enxugar um mercado encharcado pelos títulos do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Interrompo o nobre aparteante, para informar ao Senador José Roberto Arruda que o seu tempo, como orador, já se encontra esgotado. E o faço lamentando, por estarem ambos os Senadores fazendo um grande pronunciamento.

O Sr. Lauro Campos - Sr. Presidente, terminarei meu aparte que já se faz longo. Mas devo alertar que estamos diante de uma dívida pública que cresce fantasticamente, a uma taxa superior a 10% ao mês - repito - na vã tentativa de manter a inflação aparentemente baixa. No entanto, o custo da dívida pública será pago num futuro próximo, quando veremos que este hiato de aparente tranquilidade terá um custo social elevadíssimo; é o preço que pagaremos pela imensa dívida pública de US\$151 bilhões - a dívida pública mobiliária federal apenas. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Agradeço o aparte do Senador Lauro Campos. Peço a compreensão da Mesa para o fato de que o tempo do aparte foi maior do que o tempo que usei em meu discurso, mas gostaria apenas de ter a oportunidade de concluir.

O Sr. Hugo Napoleão - Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - V. Ex^a tem mais dois minutos para concluir.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, gostaria de usar parte desse tempo para conceder um aparte ao Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão - Serei extremamente breve, como costumo ser, porque entendo que o aparte é uma interrupção breve e oportuna. Queria cumprimentar V. Ex^a, inicialmente, pela designação para ser Líder do Governo no Congresso Nacional. V. Ex^a haverá de se desincumbir dessa tarefa com a postura de homem público, dotado de uma universalidade de conhecimentos, o que ficou mais uma vez aqui e agora demonstrado neste aniversário do Plano Real. A memória brasileira é muito curta. Desde 1957, época do governo do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, não tínhamos uma inflação tão baixa. O povo voltou a ter maior poder aquisitivo, os preços estão estabilizados. Há, por certo, problemas de desemprego; há, por certo, problemas remanescentes, que estão sendo equacionados. Basta olhar o ontem para ver hoje e dizer que V. Ex^a tem razão.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Muito obrigado. Agradeço os apartes dos senadores Lauro Campos e Hugo Napoleão e gostaria de enfatizar que o grande mérito do Plano Real é exatamente ser um plano de estabilização num regime democrático, que permite concordâncias e discordâncias.

E foi essa via democrática que garantiu o sucesso do plano de estabilização econômica. Penso que podemos avançar e por intermédio de reformas que modifiquem o papel do Estado e que finalmente nos dêem um projeto de país.

Eu, particularmente, Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, quero confessar de público que o que me motiva é o fato de vivermos um período ímpar da nossa História, o fato de termos, ao mesmo tempo, liberdade, democracia, estabilidade econômica e um projeto de país. Pode-se discordar desse projeto de país, mas não se pode negar a sua existência.

E esse projeto de país, Sr. Presidente, é o que nos faz antever, discutidas e aprovadas as reformas que estão em tramitação no Congresso Nacional, a vinda do capital privado para alimentar os setores

produtivos da economia, para gerar empregos e aumentar a riqueza nacional. É o que nos faz antever um aparelho de Estado reformado, remodelado nas suas funções; que não seja mais dono do Grande Hotel de Araxá, mas que dê uma escola pública de melhor qualidade; um Estado mais enxuto, menor, mais eficiente e que cumpra as missões básicas que a sociedade espera dele.

Finalmente, Sr. Presidente, a comemoração dos dois anos do Plano Real - e é fundamental que se registre esse fato nos Anais do Senado Federal e do Congresso Nacional - encontra a sociedade brasileira já incorporando esse ganho de uma economia estabilizada à sua condição de vida.

Neste momento, a sociedade brasileira não mais deseja apenas comemorar os efeitos positivos do Plano Real, que já se incorporaram a sua qualidade de vida; deseja a sociedade brasileira cumprir uma agenda de reformas. E o que a sociedade espera do Congresso Nacional é exatamente o que estamos fazendo: convivendo com as nossas discordâncias e moldando um projeto de país que possa efetivamente enfrentar as angústias do povo e corresponder aos anseios e às justas perspectivas da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Roberto Arruda, o Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Eduardo Suplicy pelo prazo de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, encaminhei ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, o seguinte ofício:

"Prezado Senhor Presidente,

O Banco Mundial acaba de publicar o "World Development Report", ou o Relatório de Desenvolvimento do Mundo de 1996, registrando, infelizmente, que somos Bicampeões Mundiais da Desigualdade Econômica e Social. Dentre 85 países para os quais há dados disponíveis sobre a distribuição da renda, o Brasil é o único em que os 10% mais ricos detêm mais de 50% da renda nacional. Por outro lado, em nenhum outro

país os 40% mais pobres detêm proporção tão pequena, apenas 7% da renda nacional.

O Banco Mundial, desta vez, publicou também o índice Gini, que expressa o grau de concentração ou de desigualdade de renda numa sociedade. De zero a cem, quanto maior a desigualdade, maior o índice. O Brasil, consistentemente, apresenta o maior índice, de 63,4% seguido da Guatemala, de 59,6%, da África do Sul, de 58,4; do Quênia, de 57,5; do Zimbabwe, de 56,8; do Panamá, de 56,6; do Chile, de 56,5; da Guiné Bissau, 56,2; do Egito, 56; e do Senegal, de 54,1.

Os dados do Brasil referem-se ao ano de 1989, quando eram muito semelhantes aos de 1995, segundo o que foi divulgado pelo IPEA, referente apenas à distribuição da renda entre assalariados, pois não havia o referente aos rendimentos do capital.

Basta assinalar que o relatório sobre os dois anos do Real, publicado pelo Ministro Pedro Malan, indica que os 50% mais pobres, em 1990, detinham 12%; e, em 1995, apenas 11,6% da renda nacional.

Estas informações denotam a necessidade premente de o Brasil dar muito maior prioridade aos instrumentos que compatibilizem a estabilização com o crescimento, a melhoria da distribuição da renda e o combate à miséria. Reitero a V. Ex^a a minha disposição de conversar pessoalmente sobre essa questão, no momento em que a considerar prioritária.

Respeitosamente, — Senador Eduardo Matarazzo Suplicy."

Sr. Presidente, vou providenciar a distribuição aos Srs. Senadores dessa tabela do Relatório do Banco Mundial, em que o Brasil aparece, pelo segundo ano, como o campeão mundial da desigualdade econômica e social. Os dados são de 1989. Poderão ponderar alguns: o Governo demonstrou pelo IPEA que melhorou a distribuição da renda de 1994 para 1995, como há pouco ressaltou o Senador José Roberto Arruda, Líder do Governo.

O Senador Arruda referiu-se aos dados que o Ministro da Fazenda, no relatório "A Economia Brasileira - O Desafio da Estabilidade e do Desenvolvimento Sustentado", utiliza para demonstrar a desigualdade sócio-econômica no Brasil. Reparemos bem, o Governo mostra - e o Líder do Governo no Congresso ressaltou isso - que, no ano de 94, o crescimento de renda per capita foi de 4,3%; em 95,

de 2,7%; que a participação dos 50% mais pobres da população era de 10,4%, em 94, e passou a ser 11,6%, em 95, subindo 1,2%; enquanto a participação dos 20% mais ricos na população passou de 65,7%, em 94, para 63,3%, em 95.

Ora, Sr. Presidente, 1994 foi realmente o pior de todos os anos em termos de concentração de renda e de riqueza na evolução que aqui aparece - repito. Essa evolução foi avaliada apenas entre os assalariados, sem mostrar os rendimentos do capital. Portanto, são dados não comparáveis aos do PNAD e aos do censo econômico do IBGE.

E isso o Governo não ressalta quando publica essas informações. Ele coloca como se fosse a mesma coisa.

Chamo a atenção do Senador José Roberto Arruda para mostrar que em 1990 a participação dos 50% mais pobres era de 12% - portanto dados muito semelhantes aos de 1989 -, enquanto que a participação dos 20% mais ricos era de 65%. Ora, em 1995, ano em que V. Ex^a registrou que houve melhora, a participação dos 50% mais pobres era de 11,6%, mais baixa do que os 12% obtidos em 1990, mais baixa do que os dados registrados aqui no relatório do Banco Mundial, em que, para 1989, se apresenta o Brasil como o campeão mundial da desigualdade.

Eu gostaria de registrar essa tabela na publicação mencionada do Ministro da Fazenda como parte do meu pronunciamento. E também, Sr. Presidente, gostaria de registrar um fato significativo que, infelizmente, não honra o Brasil.

O Senador Lauro Campos, que leciona Economia há muito mais tempo do que eu, talvez possa conferir a informação que aqui vou registrar. Há um livro de introdução à Economia que pode ser considerado o mais importante de todos pela sua antiguidade e sucesso editorial. Se não é o mais importante de todos, é um dos mais importantes. Refiro-me ao livro que, em inglês, chama-se **Economics**, do economista Prêmio Nobel Paul Samuelson, do Massachusetts Institute of Technology. Nos últimos anos, ele tem publicado novas edições. O livro está na 15^a edição, Mc Graw Hill Inc., publicado em 1995 e tem como co-autor William D. Nordhauss.

Nesse livro, há um gráfico mostrando como a desigualdade difere em diferentes sociedades e como a distribuição da riqueza é ainda maior do que a distribuição da renda. Infelizmente, o IBGE não relaciona os dados de concentração de riqueza, salvo com respeito a um aspecto do patrimônio, que é a terra.

Aqui está a observação de que as economias avançadas mostram menor desigualdade na distri-

buição da renda do que as economias de renda média. Exatamente para demonstrar isso, coloca o Brasil, com a Curva de Lorenz, correspondente ao coeficiente de Gini, como o exemplo da grande desigualdade da renda, contrapondo-se à Suécia, aos Estados Unidos, à Grã-Bretanha, mas sobretudo à Suécia, que tem uma distribuição de renda bem melhor. Com respeito à distribuição da riqueza, mostra Paul Samuelson que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que têm distribuição de renda aproximadamente semelhante, no que diz respeito à distribuição da riqueza, na Grã-Bretanha há muito mais desigualdade do que nos Estados Unidos. O que sabemos e podemos afirmar sobre o Brasil é que a distribuição do patrimônio terra é muito mais desigual do que a distribuição da renda. Obviamente quando a distribuição do patrimônio, da riqueza acumulada, é tão desigual, a distribuição da renda tende a ficar mais desigual.

O Sr. José Roberto Arruda - Permite-me V. Ex^a um aparto, Senador?

O SR. EDUARDO SUPILY - Com muita honra, Senador José Roberto Arruda. Pedi sua atenção porque V. Ex^a tem-se mostrado atento a esse assunto.

O Sr. José Roberto Arruda - Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a V. Ex^a a atenção que dedicou ao pronunciamento que fiz anteriormente; em segundo lugar, gostaria de externar uma concordância. Efetivamente, os institutos de pesquisa no Brasil e as estatísticas não costumam dar à má distribuição de riqueza a mesma atenção que dão à má distribuição de renda, esquecidos, talvez, de que a má distribuição de renda deriva, em grande parte, exatamente da má distribuição de riqueza. Estou de acordo com V. Ex^a que tem toda razão quando aponta, como economista que é e com sua experiência de vida pública, uma distorção. Há que se fazer, no entanto, Senador Suplicy, sob o meu ponto de vista, uma reflexão diversa da que V. Ex^a traz ao comparar o ano de 1995 com os anos de 1989 e 1990. Todos nós sabemos que a qualidade de vida no Brasil, e inclua-se nessa qualidade de vida a má distribuição de renda, vinha num caminho de crescente deterioração. Na verdade, os planos econômicos que tentaram de forma heterodoxa corrigir esse rumo, por razões várias, fracassaram. O que gostaria de sublinhar aqui, e essa perspectiva histórica me parece importante, é que o plano de estabilização econômica, ainda que sustentado em âncoras provisórias, algumas das quais cruéis até ao sistema produtivo, conseguiu duas coisas fundamentais: primeiro, um período de estabilização econômica que

já dura dois anos, estável, portanto, que nos dá chance de rearrumar e de rediscutir a economia nacional. Antes, com inflações tão altas quanto as que existiam no Brasil era impossível termos a tranquilidade de discutir as nossas eventuais divergências e tentar moldar um projeto de país. Então, o plano de estabilização econômica trouxe esse primeiro ganho. Trouxe também um segundo, igualmente importante, que é o fato de ter sido feito pela via democrática, e democrática em todos os sentidos, não só porque passou pelo crivo do Congresso Nacional, mas também porque não escondeu nada de ninguém, não tomou dinheiro da poupança de ninguém, enfim, foi um plano feito absolutamente às claras com a sociedade brasileira. Ele criou a condição necessária - não diria suficiente, mas pelo menos necessária - de discutir avanços, discutir outras reformas, outras mudanças que possam nos dar um horizonte mais adequado. Estou absolutamente de acordo com V. Ex^a quando diz que as desigualdades, tanto na distribuição de renda quanto na distribuição de riqueza, envergonham todos nós brasileiros. Ninguém quer essa situação. Desejamos fazer mudanças para sair dessa situação. O que o Governo Fernando Henrique traz à discussão é um projeto de país, e faz isso pela via democrática, um projeto que, em função de algumas variáveis, pode atrair o capital privado para os setores produtivos da economia e pode repensar o papel do Estado. Não mais haverá o Estado que pode tudo, que investe em todos os setores da economia e que escolhe algumas prioridades. Eu diria que a maioria dessas prioridades deve estar exatamente na diminuição das desigualdades entre as pessoas e entre as regiões, na diminuição das grandes injustiças sociais que existem no Brasil. Esse é o papel fundamental do Estado, que deve deixar que o capital privado invista na produção e gere empregos e riquezas, até porque temos mercado e demanda.

No entanto, parece-me fundamental que os dados que V. Ex^a traz à discussão sejam considerados. O que não se pode negar - isso também me parece importante - é que, nesses dois anos, houve real distribuição de renda. Não importa com que parâmetros vamos medir isso, mas houve uma redistribuição de renda. Efetivamente, o setor mais rico da sociedade perdeu e o setor mais pobre ganhou.

O SR. EDUARDO SUPILY - V. Ex^a me permite um aparto?

O Sr. José Roberto Arruda - Com o maior prazer.

O SR. EDUARDO SUPILY - V. Ex^a tem certeza de que o setor mais rico da sociedade perdeu?

Observe apenas o seguinte: nós, brasileiros, infelizmente, não temos tido a capacidade de, com rigor, analisar a mensuração do patrimônio e da sua evolução. O IBGE não tem cuidado disso, e deveria fazê-lo - V. Ex^a mencionou isso.

Entretanto, há quem tenha tido o cuidado e a capacidade de registrar a evolução de patrimônio. V. Ex^a sabe quem? Uma revista internacional, a **Forbes**.

O que divulgou essa revista esta semana? Que aumentou o número de brasileiros de maior patrimônio. O número de brasileiros que estão agora dentre as 500 pessoas de maior patrimônio é maior do que no ano passado.

Acredito que os dados da revista **Forbes** publicados em 96 referem-se à evolução de 94 para 95, mesmo ano em que o Governo diz ter diminuído a renda dos mais ricos. Mas, vejam: só o patrimônio, que acredito deva ter sido bem mensurado, do Sr. Antonio Ermírio de Moraes, aumentou de 4 para 5,1 bilhões de reais. Ontem eu aqui mencionei a lista dos dez brasileiros de maior patrimônio. A pergunta óbvia é: será consistente ter aumentado, significativamente, o patrimônio dos dez de maior patrimônio no Brasil e ao mesmo tempo diminuído a renda dos mais ricos? Será que apenas com a pesquisa mensal de emprego, que foi aquela fonte usada pelo Ipea, que, declaradamente, não usou os rendimentos do capital, será que apenas com aqueles dados pode-se efetivamente afirmar o que o Governo está dizendo? Eu tomaria mais cuidado e esperaria o IBGE completar esses estudos sobre o que aconteceu em 95.

O Sr. José Roberto Arruda - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Roberto Arruda - Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a, mais do que ninguém, sabe que podem ocorrer distorções com dados. Lembro sempre o exemplo do médico que, durante a vida inteira, pesquisou as causas do câncer e, ao final da vida, descobriu que o sapato causava a doença, porque 99% das pessoas que tinham câncer usavam sapatos. Eu continuo achando relevante o fato de que houve uma transferência de renda da camada mais rica para a mais pobre, ainda que alguns cidadãos, individualmente, tenham aumentado o seu patrimônio. Concordo com V. Ex^a quando diz que precisaríamos de mecanismos mais eficientes para medir diferenças patrimoniais e não apenas de renda. Um ponto que considero importantíssimo para o País, e se a situação atual não agrada a V. Ex^a, não agrada

a mim e não agrada a ninguém que quer bem ao Brasil, é que estamos trabalhando, o Congresso está trabalhando, neste momento, num projeto de mudanças. Podemos até discordar - e é democrático, saudável, que haja discordâncias - sobre o exato modelo de país que desejamos. Todavia, o que não se pode negar é que se vive um momento de mudanças, levadas a efeito pela via democrática, que, se por um lado é demorada, por outro, é a única que confere legitimidade ao projeto de reformas. A sociedade brasileira deseja vivenciar esse projeto de mudanças, só possível porque antes houve um plano de estabilização econômica.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Senador José Roberto Arruda, teremos muito ainda que dialogar.

Quero, agora que V. Ex^a é Líder do Governo - e o cumprimento por isso - transmitir a V. Ex^a que, neste ofício, reitero uma solicitação de audiência ao Senhor Presidente. Há três semanas, reiterei por ofício, via fax. Já vai completar um mês, e, até hoje, como Senador do PT, não recebi resposta. Gostaria, pois, de transmitir a V. Ex^a que este está sendo o procedimento do Presidente Fernando Henrique Cardoso para com um Senador da oposição.

O Sr. Lauro Campos - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Concedo o aparte ao Senador Lauro Campos, com muita honra.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Senador Eduardo Suplicy, depois gostaria de pedir um aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Senador Eduardo Suplicy, desejo informar que V. Ex^a dispõe de um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, vou dividir entre meus apanteantes.

O Sr. Lauro Campos - Nobre Senador Eduardo Suplicy, comungo das mesmas dúvidas que V. Ex^a enuncia da tribuna. Sabemos que as estatísticas não são dignas de crédito. Henri Denis dizia que as estatísticas não medem a realidade, e Schumpeter afirmava que devemos conhecer o substrato epistemológico dos dados e a maneira pela qual eles foram coletados. O que me preocupa, por exemplo, como principal indicador, é o fato de que o processo de crescimento do Brasil ainda está baseado na dinâmica das indústrias destinadas à produção de artigos de luxo, principalmente carros e semelhantes. Se se produzem mais carros, vamos repetir o milagre econômico brasileiro dos anos 70. Se se produzem mais artigos de luxo, é necessário que se centre mais renda, para que o mercado dos artigos

de luxo possa absorver a produção acrescida. Foi isso que fizemos nos anos 70, e por isso todos os recursos para a saúde, para a educação e para o social foram canalizados para o capital. Houve uma imensa concentração de renda para se criar esse mercado elitista que hoje se repete devido às necessidades da dinâmica apoiada ainda nesse setor de luxo. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPILCY - É extremamente relevante a observação de V. Ex^a, com a qual estou de acordo.

Sr. Presidente, vou conceder o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, encerrarei.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Senador Eduardo Suplicy, comprehendo por que o Governo comemorou, com muita timidez, os dois anos do Plano Real. A comemoração tinha mesmo que ser comedida, uma vez que o Plano Real estabeleceu para a sua permanência determinados parâmetros que penalizam, substancialmente, não só a classe empresarial; a população de um modo geral, a classe média, os servidores públicos, os trabalhadores que estão sofrendo o arrocho salarial em decorrência da política que está sendo implementada pelo plano de estabilização do Plano Real, as demissões "voluntárias", o fechamento das indústrias, a paralisação do comércio e da agricultura. O Governo está certo em não soltar foguetes nem contratar banda de música, porque seria uma temeridade agir contra a realidade palpável. Qualquer cidadão que está sofrendo na pele, comprehende que não é momento para comemorações exageradas. V. Ex^a foi muito feliz ao dizer que a renda da população mais pobre, ao invés de ter crescido entre 90 e 96, decresceu, porque em 90, segundo dados que V. Ex^a fomeceu, era de 12%, enquanto que em 1995 passou para 11,6%. Então, não houve nenhum crescimento, ao contrário, houve um decréscimo. (O Sr. Presidente faz soar a campanha.) Já estou concluindo, vou somente tentar ilustrar o magnífico discurso de V. Ex^a e, para tanto, pediria ao Presidente que fosse benevolente. Este dado é da maior importância, uma vez que não é apenas de uma revista de conceito internacional, *The Economist*, mas é um dado publicado pela Folha de S.Paulo de hoje, num artigo do Deputado Antonio Delfim Netto, Ministro do Planejamento do governo da revolução e hoje correlegionário dedicado do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que diz que a inflação brasileira é uma das mais altas do mundo. Para 1996, a Alemanha tem uma inflação prevista de 1,6%; Austrália, 3,3%; Canadá, 1,7%;

França, 2,0%; Inglaterra, 2,5%; Itália, 4,3%; Japão, 0% Estados Unidos, 3%. Enquanto o Brasil tem uma inflação projetada de 14% para este ano. Além de o Brasil ser o campeão dos juros, porque atinge a casa dos 60%, 70%. Daí a quebra de lira generalizada na economia nacional.

Parabenizo V. Ex^a e o próprio Presidente da República, que não exagerou nas comemorações, sendo humilde no reconhecimento de que não tem nada a comemorar.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Senador Eduardo Suplicy, informo que o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. EDUARDO SUPILCY - Sr. Presidente, agradeço. Gostaria de conceder o aparte ao Senador Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Sua Excelência será o próximo Orador Inscrito. O tempo de V. Ex^a já ultrapassou em seis minutos.

O SR. EDUARDO SUPILCY - Terminarei, alertando que o Presidente Fernando Henrique Cardoso deveria examinar, cuidadosamente, esses dados para que pudesse reverter esse dramático quadro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Antônio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade, como Líder.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA) - Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do Orador) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, iniciarei meu pronunciamento pelo aparte que faria ao Senador Eduardo Suplicy. Quero registrar a importância de seu pronunciamento e dizer que essa é a razão de termos uma "democracia". Na verdade, ela não é real. É evidente que, onde todos têm acesso à informação e participam efetivamente do processo político, prevalecerá o direito da maioria. Infelizmente, neste País, prevalece o direito da mínima minoria. Assim, precisamos trabalhar para aperfeiçoar o processo democrático. Só por meio dele poderemos corrigir as distorções e a má distribuição de renda que existe no Brasil.

Sr. Presidente, farei dois registros nesta Sessão. Primeiro, quero dizer da audiência que tivemos hoje com o Ministro Extraordinário da Reforma Agrária, Raul Jungmann. Éramos 6 Deputados Federais do Pará e mais de 20 prefeitos de cidades paraenses. Estivemos quase que em uma audiência de

emergência, de revolta, de revolução, de reivindicação, porque todos sabem o Estado conflagrado que é o Pará na questão da terra, e sabemos da necessidade de o Governo atender os trabalhadores rurais daquele Estado.

Em função de todas as coisas que vêm ocorrendo no nosso Estado, houve um recurso especial para o Incra do Pará, que, num trabalho árduo, em comum acordo com várias prefeituras, realizou mais de 50 convênios em assentamentos de trabalhadores rurais. Esses recursos do Incra seriam repassados às prefeituras, para que realizassem nos assentamentos trabalhos de construção de estradas vicinais, escolas, postos médicos, entre outros serviços, para permitir e levar conforto ao trabalhador, a fim de que ele permaneça na sua própria terra.

Evidentemente, a legislação eleitoral determinava que esses convênios deveriam ser assinados até o dia 30 de junho, por uma questão legal. Infelizmente, a burocracia do Incra não liberou, e o próprio Governo baixou um decreto, criando dificuldades para a liberação de recursos, com os quais ele já se havia comprometido. Assim, não foi possível fazer o empenho desses convênios e até o registro e a publicação dos mesmos.

Agora, vieram mais de 20 prefeitos do Pará, em estado de absoluto desespero. Durante toda a manhã, por mais de duas horas, estivemos conversando com o Ministro da Reforma Agrária e encontramos, depois de muita discussão, uma forma de se resolver o problema. Enfim, uma solução.

De forma que quero tranquilizar os trabalhadores rurais de mais de 40 assentamentos no Estado do Pará, dizendo-lhes que as obras compromissadas serão feitas, porque encontramos uma forma de resolver o problema. Queria deixar tranquilos os prefeitos e os trabalhadores rurais dessas regiões do Estado do Pará, especialmente do sul do Pará, da Transamazônica e do Município de Viseu. O problema, embora com muita dificuldade, foi resolvido - foi necessário inclusive ação emergencial, quer dizer, a vinda de mais de vinte prefeitos à Brasília, gastando passagem e hotel, por falta de uma ação mais concreta, impossibilitada pela burocracia do Governo. Apesar de ter custado dinheiro público, de qualquer forma a questão está resolvida.

Outro registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, é com relação à Comissão Amazônia Urgente, criada neste Senado Federal para tratar das questões da Amazônia. Hoje, estivemos eu e o Senador Nabor Júnior recebendo o Professor José Seixas Lourenço, o Secretário Executivo para As-

suntos da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Durante mais de duas horas, o Professor Seixas Lourenço nos expôs todo o trabalho que vem desenvolvendo na Secretaria da Amazônia, toda a forma de mudar o direcionamento do tipo de desenvolvimento que lá se faz, trazendo inclusive uma série de dados para nós da Comissão. E o mais importante é que ele se colocou à disposição da Comissão para nos assessorar, prestar a sua contribuição. Ele realmente acredita muito que possamos fazer um trabalho positivo pelo interesse da nossa região e está à nossa disposição, com toda a sua estrutura, para prestar o seu apoio ao nosso trabalho.

Diante de tudo que foi conversado e já buscando um caráter prático para o trabalho desta Comissão, o Presidente Nabor Júnior e eu decidimos que, na próxima semana, faremos uma reunião de trabalho, especificamente entre os Parlamentares Senadores que compõem essa Comissão, para analisarmos a questão do Orçamento de 1997.

O Governo Federal já está preparando o Orçamento de 1997, pois tem que apresentá-lo até o final de agosto ao Congresso Nacional, e nós queremos interferir já na sua elaboração. Estudaremos entre nós aquilo que é essencial e prioritário à Amazônia. Posteriormente, chamaremos aqui o Ministro do Planejamento, Antônio Kandir, para que ele nos diga o que pretende fazer no Orçamento que está apresentando à Nação e levaremos a ele a proposta da Comissão numa reunião que será realizada aqui no Senado Federal.

Dessa forma, Sr. Presidente, esperamos estar contribuindo de maneira prática, sem ficar discutindo o óbvio, sem ficar filosofando, porque não é esse o nosso propósito com a Comissão Amazônia Urgente. O nosso propósito é o de realmente interferir, contribuir na busca de recursos para a infra-estrutura da nossa região e para que a condição de vida do povo que lá reside melhore. Trata-se, pois, de um trabalho concreto. De forma que registro aqui essa reunião tão importante e o que pretendemos fazer ainda no período de convocação extraordinária.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Coutinho Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda. (Pausa.)

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO) Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o espírito empreendedor do Governo e do povo goianos tem todos os motivos para sentir-se em alta e confiar no futuro. Em poucos anos, a vocação agroindustrial do Estado avançou suas conquistas para muito além do que poderíamos imaginar, num nível de crescimento que surpreende até os mais otimistas. Acho que o Governador Maguito Vilela não exagera quando afirma que Goiás é hoje o Estado mais competitivo do País. A consolidação da economia estadual, apoiada na força de sua agricultura e nas condições favoráveis da natureza, confirma a visão futurista do Governador e justifica a fé dos goianos na prosperidade.

Temos razões de sobra para orgulharmo-nos do resultado de nossos esforços, num quadro de confronto político desfavorável com os Estados do Centro-Sul, tradicionalmente mais protegidos pelo Poder Central e por isso mais poderosos na atração dos investimentos. Temos também deveres de gratidão com os grandes empresários nacionais, que decidiram acreditar nos nossos potenciais e para cá deslocaram seus empreendimentos no todo ou em parte. São exemplos fortes dessa migração abençoada de capitais empresas do porte da Arisco, da Parmalat, do Votorantim, da Nestlé e da Coimbra.

Agora chegou a vez da Perdigão, uma das empresas mais fortes do continente na produção de alimentos. Com investimentos previstos de R\$500 milhões nos próximos anos, o Grupo vai instalar em Rio Verde, no sudoeste do Estado, um complexo agroindustrial que prevê a absorção de nove mil empregados. O porte do projeto expressa-se por metas ambiciosas de produção: as previsões diárias de abate são de 280 mil aves e 3 mil e 500 suínos. É fácil imaginar os benefícios que serão levados para uma região que já é dos pólos mais importantes de desenvolvimento do Centro-Oeste graças à qualidade de suas terras e à sua infra-estrutura de transportes.

Com a produção anual de 350 mil toneladas de milho e de 250 mil toneladas de soja, a região de

Rio Verde será o celeiro natural para as demandas do grupo Perdigão, que vai consumir 600 mil toneladas de ração por ano. São precondições que vão garantir a sustentação do projeto, assegurar mercado para pequenos, médios e grandes produtores de grãos, sustentar pequenas indústrias periféricas, aumentar a renda dos municípios e garantir novos empregos. Isso sem falar nos reflexos nacionais do empreendimento com as receitas de exportação.

A Perdigão é a nova menina dos olhos do povo goiano, mas estou certo de que passaremos a viver um período rico de novidades na paisagem industrial de Goiás. Agora mesmo, a Copebrás acaba de inaugurar uma nova unidade de transformação industrial em Catalão. A empresa é um grande exemplo de pioneirismo na luta pelo desenvolvimento do Estado. Instalada há 19 anos, ela investiu inicialmente a soma apreciável de US\$60 milhões. Graças ao processo de verticalização que está sendo agora implantado, um terço da rocha fosfática será industrializado em Catalão, com capacidade para a produção anual de 150 mil toneladas de superfosfato simples. O Município, que é o maior produtor nacional de fosfato, já tem a sua indústria própria de fertilizantes, com o processamento final da matéria-prima. No setor mineral, temos ainda o complexo de níquel de Niquelândia e o centro avançado de produção de amianto de Minaçu, que é também o maior produtor nacional da matéria-prima. Com a abertura da exploração do subsolo ao capital estrangeiro e com a riqueza e diversidade das jazidas goianas, é de esperar que o futuro, por mais otimista que seja, será encurtado.

O Fomentar, programa criado pelo ex-Governador Iris Rezende para estimular a atração de investimentos e coordenar o sistema de incentivos fiscais então estabelecido no Estado de Goiás, passa por um período em que o registro de consultas de capitais nacionais e estrangeiros é de ritmo crescente. Multiplica-se o movimento de missões estrangeiras, interessadas em obras de infra-estrutura, particularmente na área de energia. Graças a esse programa, 700 indústrias foram implantadas no Estado nos últimos anos. Só em 1995 foram analisadas 149 propostas, com 51 aprovadas e em fase de implantação. Com o clima, a topografia, a malha rodoviária moderna, os recursos hídricos e os incentivos, não seria exagero afirmar que Goiás é o novo paraíso brasileiro para o risco empresarial.

A agropecuária, com sua participação de 70% na formação da renda do Estado, é a base do desenvolvimento goiano. Mas temos opções para to-

dos os gastos, da exploração mineral ao turismo. Neste último setor, temos o cartão de visitas de Caldas Novas, a estância turística que mais cresce no País, as festas tradicionais de Trindade e Pirenópolis, entre outras, as praias crescentemente procuradas do Araguaia, os imensos potenciais a explorar na província termal de São Simão, que já é um grande pólo de desenvolvimento como terminal da hidrovia Tietê-Paraná, as grutas de São Domingos e as atrações exóticas da Alto Paráso. Quem tem tudo isso não pode alimentar preocupações com o futuro, e não têm faltado trabalho e esforço para abreviá-lo.

No setor têxtil, a tradição goiana é recente, mas promissora. Goiânia já ostenta parque fabril diversificado de um grande número de pequenas e médias empresas. A fartura do algodão como matéria-prima essencial é uma garantia de que teremos um grande desenvolvimento nesse setor nos próximos anos. Só na região Sudoeste a produção algodoeira anual é de 11 mil toneladas. A malharia Manz, de Joinville, está preparando a montagem de unidades industriais em Morrinhos e em Trindade, para a produção de um milhão e oitocentas mil peças por mês, com investimentos de 12 milhões de reais. Ao definir a localização da indústria de malhas, um dos diretores da empresa justificou a opção estratégica com o argumento de que "num raio de 1.200 quilômetros, poderemos atingir 85 por cento do PIB brasileiro".

Todos esses fatos demonstram que o Governo de Goiás, lutando para atrair novos investimentos, está no caminho certo e será recompensado com o reconhecimento da atual e das próximas gerações. O progresso está chegando com rapidez crescente, e, se isso traz otimismo, não deixa de trazer também algumas preocupações. Estamos multiplicando a nossa capacidade de produzir alimentos, matérias-primas e bens industriais, mas a infra-estrutura disponível no setor de transportes é insuficiente se olharmos para o crescimento das demandas futuras. Temos lutado e vamos manter a nossa luta para corrigir as disfunções dos corredores de transporte de longas distâncias, baseados nas ferrovias que levam os nossos produtos aos Portos de Santos e de Vitória.

A base rodoviária estadual para o acesso aos eixos federais é perfeitamente adequada para atender às nossas necessidades. Ela foi implantada durante o primeiro e o segundo Governo de Íris Rezende, quando foram construídos e pavimentados quase 8 mil quilômetros de estradas. Sobre isso, guardo comigo meu orgulho pessoal por ter sido à época Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem.

Mas a União tem que fazer a sua parte. O Governo Federal já não pode deixar de ver o desenvolvimento do Centro-Oeste como um processo irreversível. Cabe a ele apressar o suporte de infra-estrutura que vai assegurar o equilíbrio entre volumes crescentes de produção e garantias efetivas de escoamento. Essa é a grande bandeira de todos os que têm responsabilidades políticas com o povo goiano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, temos assistido esses dias a uma verdadeira guerra de estatísticas. O Governo, querendo justificar o injustificável, tem lançado mão de alguns dados que nos parecem pouco confiáveis.

Gostaria, neste momento, de fazer uma ligeira análise das dificuldades que tem um governo que adota um plano como este. Aplicá-lo é fácil, basta uma medida provisória, um ato de força, e as novas normas, que remodelam e modernizam a sociedade, são instituídas de cima para baixo. O difícil é sair do plano, é livrar-se das consequências sociais das medidas tomadas.

Não tenho dúvida alguma sobre esta questão, porque escrevi, há quase trinta anos, que é muito fácil livrar-se da inflação, mas os males que ela provoca, como a redução de salários, as injustiças sociais, a concentração de renda e o aumento de lucro, que vêm no bojo da inflação, poderão ser substituídos por outros instrumentos diretos, talvez mais violentos e mais socialmente perniciosos.

É fácil combater a inflação se, por exemplo, o Governo resolve reduzir as emissões, mas aumentando a carga tributária, para que o montante da receita que tem nas suas mãos não diminua, pelo contrário, aumente, devido à reforma tributária de que lança mão. Os reajustes salariais provocados por ele estavam numa relação promíscua com a alta de preços, reajustes salariais que sempre tentaram - como diz Maurice Flamant - acompanhar a alta de preço, mas que, como no suplício de Sísifo, quando os trabalhadores conseguiam se aproximar do ponto em que a sua recuperação seria feita, de novo caía a pedra, e todo o processo recomeçava, ou seja, toda a luta dos trabalhadores contra as perdas salariais recomeçava.

Portanto, se fecharmos os sindicatos, se impedirmos que as reivindicações salariais sejam feitas,

é óbvio que a taxa de inflação diminuirá, e a taxa de lucro permanecerá no nível anterior ou até mesmo aumente.

Instrumentos despóticos autoritários podem substituir, com eficácia, a inflação. Se, por exemplo, valorizarmos o câmbio, é óbvio que as importações a preços inferiorizados farão com que o índice de preços caia. Mas a taxa cambial que favorece as importações desfavorece as exportações e reduz a renda dos exportadores. E não apenas isso. A cesta de consumo dos trabalhadores desconhece carros importados, perfumes, vinhos finos, gravatas Hermés. Nela não entram os artigos que invadem o País, subsidiados por essa taxa cambial altamente valorizada.

Portanto, é a cesta de consumo dos ricos a privilegiada por esta taxa de inflação, que permite a entrada dos artigos de luxo que citei, componentes subsidiados - frise-se - da cesta de consumo dos ricos, agravando as condições anteriormente existentes. À perversidade interna se soma agora uma perversidade importada, externa.

O Sr. Ney Suassuna - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS - Ouço V. Ex^a com prazer, nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna - Senador Lauro Campos, isso não entra no cômputo da valorização da cesta, mas apenas beneficia a classe alta. Não é verdade?

O Sr. Pedro Simon - Mas Excelência, isso altera a balança de pagamentos. Estamos verificando déficit na balança de pagamentos em virtude da importação de supérfluos.

O SR. LAURO CAMPOS - Sim, Excelência, e o que estou querendo demonstrar é que há o consumo dos ricos e o consumo dos pobres. Os primeiros estão sendo beneficiados, porque os artigos de luxo importados têm preços subsidiados, porque são importados a um custo barato por causa da taxa de câmbio artificialmente valorizada. Mas, como já disse, os pobres não têm acesso a eles e, obviamente, têm que comprar os componentes da sua cesta de consumo a preços nacionais, ou seja, a preços não-subsidiados.

O Sr. Ney Suassuna - Senador Lauro Campos, quando solicitei o aparte a V. Ex^a, gostaria apenas de lembrar que horas há em que essa balança de pagamento também é desequilibrada. A entrada de produtos importados, que têm similares produzidos no Brasil, alteram e prejudicam o emprego no Brasil. Por exemplo, no meu Estado, a Paraíba, tivemos um incentivo para plantar algodão. Estava a

R\$0,60 o quilo, mas quando a safra foi plantada permitiram o ingresso de algodão estrangeiro, fazendo com que o preço despencasse para R\$0,30. Quem plantou não conseguiu tirar nem mesmo o insumo. E todos aqueles que estavam reiniciando essa cultura levaram um prejuízo violento, porque sequer conseguiram ser resarcidos dos empréstimos, dos insumos - sementes, adubos, etc. Ainda há essa vertente criminosa que gerou desemprego e levou nossa gente ao prejuízo, e o algodão estrangeiro entrou sendo subsidiado por um Governo do exterior. Isso está acontecendo não só na agricultura, mas também na indústria; produtos subsidiados entrando, tirando o emprego do nosso pessoal e dando emprego para outras pessoas no exterior.

O SR. LAURO CAMPOS - Tem toda a razão V. Ex^a. Agradeço o subsídio apresentado ao desenvolvimento da minha explanação.

Portanto, são instrumentos que permitem o achatamento de preços, um aparente combate e uma falsa vitória sobre a inflação; mas que vão tendo os seus custos altamente elevados.

Por exemplo, para nos fixarmos agora na questão do câmbio, parece-me que não há dúvida alguma de que existe uma necessidade de ser revista a nossa taxa de câmbio.

O Sr. Gustavo Franco, da Carteira de Câmbio e Comércio Internacional do Banco Central, afirmou, reafirmou e, até hoje, reitera que, quando foi baixado o Plano Real, a taxa de câmbio deveria ser de US\$1 para cada R\$0,50. Ou seja, R\$1 equivaleria a US\$2. Se isso tivesse sido feito, não sobraria pedra sobre pedra no Brasil, e as consequências dessas importações seriam, obviamente, um verdadeiro "economicídio" praticado contra a economia brasileira.

Não há dúvida alguma de que, em todos os países nos quais esse plano foi aplicado, - tive a oportunidade de ler que, também na Rússia, o FMI aplicou um plano exatamente igual ao nosso - houve, anteriormente a ele, uma elevação astronômica de preços para, depois, serem congelados: os preços no zênite e os salários no nadir, os preços no teto e os salários no chão.

Este congelamento faz com que paguemos a Coca-Cola, o Big Mac e todos os outros produtos internacionais como se estivéssemos no primeiro mundo. Desta forma, todos os produtos internacionais são comprados muito mais caros no Brasil do que em Nova Iorque, por exemplo. Estamos a receber um salário de terceiro mundo, tendo de pagar preços de país desenvolvido por esses produtos dollarizados.

Além disso, o processo vai criando um engessamento do próprio Governo. Se os preços estão dolarizados, se a economia está globalizada, se a desvalorização interna do nosso Real não é acompanhada por um reajuste cambial, o que se percebe? Percebe-se que a situação se torna insuportável, como aconteceu na Argentina e no México. De um momento para outro será preciso maxidesvalorizar. Se, por exemplo - de acordo com alguns economistas -, for preciso desvalorizar o dólar em 30%, todos os preços elevar-se-ão no mesmo percentual no dia posterior, a inflação será de 30%, tendo em vista que todos os preços estão atrelados ao dólar.

Portanto, vai-se criando uma situação em que os problemas não resolvidos retornam e engessam o Governo, reduzindo as possibilidades de que as tomadas de decisão possam ser feitas num horizonte mais amplo.

Por outro lado, verificamos que, uma vez feito o diagnóstico de que o problema da inflação no Brasil e na América Latina é de excesso de demanda, é óbvio que a taxa de juro deve permanecer elevada.

Essa elevação da taxa de juro tem por objetivo reduzir a renda disponível, impedir o que eles chamam de bolha de consumo, impedir, portanto, que os preços se elevem.

Paul Samuelson, citado pelo meu eminente Colega na tarde de hoje, afirma que os juros constituem um fenômeno praticamente idêntico aos impostos: os bancos aumentam seus juros; o Governo faz uma reforma tributária e aumenta a carga tributária, os impostos; e a renda disponível diminui. É isto que este Plano perverso realmente deseja: que se diminua a renda a fim de que a demanda seja contida.

Numa situação dessas, é evidente que acabará acontecendo o que hoje na Argentina sucede: Buenos Aires está marcando seu repúdio ao Plano Cavallo nessas eleições municipais, e a mesma coisa aconteceu na Rússia, com a aplicação das medidas impostas pelo FMI.

O que vemos em todos os casos é um aumento fantasticamente grande da dívida pública mobiliária. E por que a dívida pública mobiliária aumenta 10% ao mês no Brasil? E por que ela aumenta a uma taxa fantasticamente grande, também, na Rússia, e em todos os países que aplicaram este plano?

É muito simples de se entender: não é que o Governo venda os seus papéis, os seus títulos, para conseguir dinheiro emprestado, como acontecia outrora, antes dos anos 30. O Governo lança, necessariamente, os títulos, vende papéis, vende as suas obrigações, as suas letras, para tentar enxugar, reti-

rar de circulação uma parte do dinheiro que foi obrigado a lançar para cobrir o déficit orçamentário. E é isso o que acontece no Brasil. E esse déficit orçamentário se deve essencialmente à rolagem da dívida pública mobiliária a um juro extraordinariamente elevado.

Então, o que acontece é que, aumentando a dívida pública, o Governo impede que a taxa de inflação se manifeste. A taxa de crescimento da dívida pública é a forma que assume a taxa de inflação. Se os fenômenos fossem medidos de forma realista no Brasil, teríamos que, ao lado do aumento dos preços, ao lado da taxa de inflação, somar a esta taxa de inflação a taxa de aumento da dívida pública, porque a dívida pública cresce para evitar o crescimento da taxa de inflação. E quanto maior a pressão inflacionária que o Governo provoca, maior deverá ser a emissão de títulos para tentar conter o ímpeto inflacionário que decorre do **deficit spending**, dos gastos do Governo que cobrem o déficit orçamentário. Portanto, é uma forma que o capitalismo descobriu - já há muito tempo - de encobrir e disfarçar a taxa de inflação.

Se hoje nos regozijamos com uma taxa de inflação baixa, esquecemos que a dívida pública atinge US\$151 bilhões, que ela cresce a 10% ao mês e que teremos que pagar um dia esta imensa dívida pública que se acumula e que, como um dragão escondido, um dragão na tocaia, espera nos atacar em futuro não muito distante.

Sabemos muito bem que este aparente sucesso se faz às expensas de outras dívidas, como, por exemplo, a dívida para com os funcionários públicos. Um Governo que assina um pacto de honra com os petroleiros, pedindo a eles que protelem as suas reclamações e a sua greve para não atrapalhar o êxito do Plano Real e, quando chega na data-base seguinte, - Itamar Franco atestou e reembrou isso, pois foi testemunha daquele acordo - o Governo se recusa novamente a repor as perdas salariais.

E, reconhece o Governo que os funcionários públicos têm, realmente, 46% de defasagem. Então, o Governo deve também aos funcionários, deve às empreiteiras e o Governo não paga, acumulando dívidas e criando um problema social cada vez mais grave.

Além disso, o resultado inexorável deste Plano é obviamente o sucateamento do parque industrial nacional, que não pode competir com essas mercadorias subsidiadas. E dizem que é preciso modernizar, que é preciso colocar máquinas mais produtivas, demitir também trabalhadores, o **downsizing** e

a reengenharia. É preciso substituir máquinas arcaicas por máquinas robotizadas que demitem empregados.

O antigo Estado empregador se transforma num Estado desempregador e os desempregados do Estado, antigo Estado keynesiano somam-se agora aos desempregados pela robotização, pela modernização, pela **downsizing** e pela reengenharia.

Portanto, encontramos hoje no Brasil um fenômeno interessante: só na Grande São Paulo há um milhão, trezentos e trinta mil desempregados. Em toda a Inglaterra, às vésperas da Crise de 29, havia um milhão de desempregados. E vai tudo bem, dizem os festivos comemoradores do segundo aniversário do Plano Real.

Percebemos que algumas empresas estrangeiras que não puderam se transferir, que não quiseram fazê-lo ou que não existiam nos anos 50, como as de informática, as de fibra ótica, etc., estão vindo agora para o Brasil. No Paraná será montada uma indústria de automóveis; no Rio de Janeiro, outra montadora; em Juiz de Fora, outra indústria de carros.

Essas indústrias vêm para cá, ganhando terreno, isenção tributária por mais de dez anos e recebendo do BNDES o capital necessário para sua instalação. Com tantos favores, com tantos benefícios, quem não vem para cá?

Em compensação, o que teremos é obviamente uma tentativa de ampliação do mercado nacional para os carros de luxo, que agora se somarão a essas indústrias montadoras transplantadas. E se se aumenta a produção de luxo, tem-se de aumentar a renda daqueles que adquirem produtos de luxo. Haverá uma nova concentração de renda, mais perversa talvez do que aquela que sustentou o milagre econômico dos anos 70.

É a estrutura produtiva que tem de ser mudada. Ela tem de se voltar para o consumo popular, para as necessidades coletivas, porque, do contrário, trará a marginalização e a elitização a partir da base da produção.

Críticos do milagre econômico viram um buraco negro no processo de acumulação de capital, verificado no final dos anos 60 até grande parte dos anos 70 o buraco negro que absorveu os recursos da saúde, da educação, da infância, da terceira idade, levando tudo e queimando tudo nesse forno insaciável que constitui a acumulação de renda e de capital no Brasil. Esse processo vai ser repetido e a linguagem será cada vez mais mentirosa se se quiser negar a linguagem das coisas.

A economia capitalista mundial pode ter vários discursos repletos de enfeites, cheios de lágrimas

para o social, de desejos declarados, votos declarados, de apoio ao social. Mas, segundo o PIB mundial, os setores que mais absorvem recursos é o bélico e espacial e, em segundo lugar, o setor relacionado ao narcotráfico.

Então, quais são os setores realmente prioritários em nossa cultura, em nossa economia capitalista mundial? O primeiro é o bélico; o segundo, o narcotráfico; obviamente o terceiro é o de artigos de luxo, excludente e concentrador de renda.

Diante desse quadro, o processo de privatização de que se vale o Governo, segundo o Ministro José Serra, é para conseguir recursos para pagar a dívida pública, através da receita de venda das estatais.

Ora, a dívida pública passou, no mês passado, de R\$138 bilhões para R\$151 bilhões - R\$13 bilhões em um só mês. E até hoje o Governo não conseguiu receber com a venda de todas as empresas estatais o equivalente a US\$13 bilhões, ou seja, ao pagamento dos juros do aumento da dívida pública em um só mês.

De modo que poderemos vender todas as empresas estatais que a venda de todas elas não será capaz de deter o crescimento da dívida pública, não será capaz de pagar o serviço da dívida pública mobiliária e ainda temos, em contrapartida, o aumento da dívida externa.

Agora, com a falência de estados e municípios, o que está acontecendo? O que já aconteceu com Alagoas e com alguns municípios brasileiros. O que vai acontecer é que, dada a dificuldade de os estados e municípios aumentarem a dívida que eles têm, venderem papéis no mercado interno brasileiro, eles irão lá fora conseguir empréstimos externos para tapar o buraco, contornar os problemas da crise dos estados e dos municípios brasileiros.

Quer dizer que, então, estamos diante do fenômeno da "externalização" da dívida pública. E é bom lembrar que isso não é novidade alguma. No século passado não havia praticamente um mercado para os papéis do Governo no Brasil, não havia tomadores numa sociedade de escravos e fazendeiros, que não gostam de comprar papéis. Então, o governo brasileiro era obrigado a vender papéis na Inglaterra e a aumentar a dívida pública externa. Por isso, na crise de 1890, 80% da dívida da Argentina era dívida pública externa. No Brasil, na grande crise de 1898, praticamente o mesmo fenômeno se repetiu, quer dizer, tapeamos.

Podemos até reduzir a dívida pública mobiliária interna, uma vez que consigamos empréstimos externos para fazer face aos nossos déficits orçamen-

tários, aos nossos compromissos vencidos, à dívida que está açoitando estados e municípios brasileiros.

Maquiagem, **pancake**, disfarce, tudo isso se esvai rapidamente e a realidade espera para mostrar os danos causados durante esses dois anos de aparente tranquilidade, sucesso e alto custo FHC, o custo de sua eleição, o custo das manobras feitas para conseguir esse aparente êxito sobre a inflação. O custo de manutenção, desde a elevação da taxa de juros até a taxa de câmbio artificialmente valorizada, o sucateamento do parque nacional brasileiro e o desemprego, que em São Paulo atinge mais de 16% e em Brasília quase 19%, é igualmente alto. Há, ainda, o custo social daqueles que ao perderem seus empregos se suicidaram, o custo social daqueles que faliram diante do estreitamente do mercado, de um lado, da concorrência externa desleal, de outro, e das taxas de juros asfixiantes, que acabam transformando as concordatas em falências. Aumentou este mês em São Paulo, em 6,1%, a taxa de falências.

Esses números foram omitidos na fala oficial. Portanto, o que temos, infelizmente, a constatar é que a inflação é substituída por uma série de instrumentos, uma série de mecanismos que permitem a redução de sua taxa. É tão fácil combater a inflação que nós já zeramos cinco vezes a partir de fevereiro de 1986 no Plano Cruzado I em que houve deflação inicial. Diz o viciado, o tabagista inveterado: "É muito fácil deixar de fumar. Já dei xeia mais de cinco vezes; já dei xeia de fumar vinte vezes". Entretanto, tal como acontece com certas formas de combate à inflação, o organismo se depaupera e o vício volta a atacar. O vício do tabaco, do cigarro, volta e encontra o organismo debilitado, assim como a inflação volta e encontra uma sociedade numa situação obviamente mais calamitosa, mais perversa, mais angustiante e mais desumana do que aquela que existia quando o plano foi aplicado, quando a inflação foi zerada.

Não tenho dúvida de que grande número de pessoas que ocupam os postos de comando e têm em suas mãos as alavancas engessadas que governam a economia têm plena consciência de que estão participando de um verdadeiro "economicídio" - forma de crime contra a sociedade que não consta em nosso **Código Penal**, elaborado por Nélson Hungria e Francisco Campos -, que é um crime muito mais perverso do que os crimes individuais capitulados em nossa legislação penal.

Portanto, os "economicidas" ficam impunes e voltam para aplicar novos planos. Disse um deles que já aprendeu muito com suas experiências ante-

riores, a partir do Cruzado I. Eles aprenderam muito e agora dizem estar aptos para fazer um plano mais eficiente.

Aprenderam a fazer estas coisas: aprenderam a não criticar, aprenderam a não ver criticamente os desastres que provocaram na economia brasileira, aprenderam a ser "neonadas", neoliberais, cujo nascimento se deu em 1873 e cuja morte se verificou em 1929, quando o neoliberalismo entrou em crise definitiva.

Agora, na falta de algo melhor, fazem a exumação do neoliberalismo e afirmam que é possível que o capitalismo consiga se auto-ajustar em uma economia repleta de **trustes**, cartéis de toda a ordem.

Em uma economia monopolizada, ou oligopolizada, é possível deixar a essas forças desgovernadas o comando e o equilíbrio do sistema? A ingenuidade deveria ter limites, mas, infelizmente, o limite à ingenuidade se chama consciência crítica, hondade, dignidade, e este é o ingrediente que falta ao nosso plano atual.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, neste final de sessão é com muita alegria que falo a respeito do pronunciamento que o Presidente Fernando Henrique Cardoso concedeu a uma emissora de rádio do Rio Grande do Sul.

Todos sabemos que foi realmente admirável o trabalho que o Presidente da República fez em todas as estações de rádio e televisão do Brasil por ocasião do segundo aniversário do Plano Real.

No Rio Grande do Sul, fizeram-lhe uma pergunta com relação ao Rio Grande do Sul, ao Mercosul e ao Banco Meridional.

Já sabíamos que, na última reunião dos Presidentes dos países membros do Mercosul, ocorrida em Buenos Aires, quando tivemos a alegria de presenciar a entrada do Presidente do Chile, Eduardo Frei, foi tomada a decisão de que o Mercosul criará um banco para financiar os projetos da região, um banco de desenvolvimento do Mercosul. Trata-se de uma atitude corretíssima, altamente positiva, altamente necessária.

Quando uma repórter do Rio Grande do Sul, se não me engano a ilustre e extraordinária jornalista Ana Amélia Lemos, da Rádio Gaúcha, fez-lhe uma pergunta sobre o Banco Meridional, o Presidente respondeu que Porto Alegre reunia condições para ser a sede do setor financeiro do Mercosul.

É do maior significado e da maior importância essa afirmativa do Presidente. O Meridional é um banco do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, banco que resultou da fusão de bancos estaduais. Inicialmente, foi criado o Sul Brasileiro. Em virtude da má situação do Sul Brasileiro, o Governo criou o Meridional, banco estatal. Agora se debatia sobre a privatização desse banco. Em duas ocasiões, cogitou-se de sua colocação em leilão, mas problemas aconteceram e as licitações não foram realizadas. Em meio a esse debate, ocorreu a reunião dos Presidentes dos países que fazem parte do Mercosul, em Buenos Aires, na qual se tomou a decisão de criar um banco de desenvolvimento regional. Recebo com alegria a afirmativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso de que Porto Alegre poderá ser a sede do setor financeiro do Mercosul. O Banco Meridional reúne condições de se transformar no organismo de integração do setor financeiro do Mercosul e poderá ser o mais amplo possível.

No momento em que o Meridional seria privatizado, no primeiro dia, quem tinha mais condições de ser o banco de desenvolvimento do Mercosul era o Banco de Boston, um grande banco, mas que nada tem a ver com a economia sul do Brasil e nada resolveria ou somaria para nós um banco a mais do exterior no Rio Grande do Sul a substituir um banco que hoje é nosso.

O Governo pode estudar a fórmula que nós entregamos. O prefeito de Porto Alegre, vários ex-governadores e toda a bancada do Rio Grande do Sul no Congresso entregaram uma proposta ao Presidente do BNDES no sentido de fazer do Banco Meridional um banco de desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

O extraordinário e competente Governador do meu Estado, Antônio Britto, apresentou uma outra proposta de unificação do Banco Meridional com o Banco do Rio Grande do Sul, a Caixa Econômica Estadual e o BRDE.

Em meio a essa discussão, o Presidente da República - repito, em cima da decisão dos presidentes dos países membros do Mercosul, em Buenos Aires, onde decidiram que tem que se criar um Banco de Desenvolvimento do Mercosul -, falando para o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da ilustre jornalista Ana Amélia, diz: "Acho que Porto Alegre reúne condições para ser a sede de um Banco de Desenvolvimento Regional do Mercosul."

Essa notícia é importante demais.

Quero dar um abraço muito carinhoso no Presidente da República e agradecer, em nome do Rio

Grande do Sul, essa manifestação de Sua Excelência. Será muito importante para o nosso Estado. O Rio Grande vive momentos interessantes. Quando Governador do Estado, participei muito de discussões e depois, como Ministro da Agricultura do Governo José Sarney, naquele primeiro ano da Nova República, iniciamos os debates de aproximação do Mercosul. Primeiramente, uma aproximação entre Brasil e Argentina, entre Sarney e Alfonsín, porque todos sabíamos que não podíamos falar de Mercosul, de integração da América Latina, antes de aparar arestas entre Brasil e Argentina. Isso foi feito desde a primeira reunião, em Montevidéu, com a presença dos presidentes da Argentina, Uruguai e Brasil, dos respectivos ministros das Relações Exteriores, e comigo, Ministro da Agricultura, por ser do Rio Grande do Sul e por ter participado, desde o início dessas negociações, quando teve início aquele longo trabalho de integração do Mercosul.

Neste momento, o Rio Grande do Sul tem dificuldades, Sr. Presidente - desde o início sabíamos disso -, porque produz o que a Argentina e o Uruguai produzem: arroz, soja, trigo, frutas, vinho, carne, leite. O que não é o caso de São Paulo, que praticamente produz o que a Argentina não produz, e a Argentina produz o que São Paulo não produz.

É este o momento de fortalecer aquele Estado que sempre foi a vigilância do nosso País. Sempre se disse que o Rio Grande do Sul traçou o mapa do Brasil no sul, a pata do cavalo. No momento de dar uma compensação, vem o Presidente da República e faz essa afirmação magnífica.

O Brasil, ao invés de privatizar o Meridional em troca de moeda podre, seja lá o que for, coloca-o à disposição da integração do Mercosul.

A Argentina pode entrar com um banco ou com dinheiro; o Uruguai, o Paraguai, o Chile. Podem entrar as prefeituras, os governos das províncias, as indústrias da Argentina, do Uruguai, do Brasil, que compõem esse mercado, criando um grande banco de desenvolvimento.

Felicto, com muita alegria, o Presidente Fernando Henrique Cardoso pela sua declaração. Votei em Sua Excelência e sinto-me grato com essa afirmativa. Se Porto Alegre for o centro financeiro do Mercosul, creio que será um grande ato de respeito ao Rio Grande do Sul. Na minha opinião, para que isso seja feito imediatamente, o Meridional, que já foi retirado da privatização comum - como deve ser - deve ser colocado à disposição da integração do Mercosul pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso na próxima reunião dos presidentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Os Srs. Senadores Gilberto Miranda, Lúcio Alcântara, Casildo Maldaner, Joel de Hollanda e Romeu Tuma enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM) - Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, há poucos dias, tive a honra de ocupar esta tribuna para uma primeira avaliação da conveniência de emendar a Constituição a fim de que se abra ao povo brasileiro a possibilidade de reeleger o atual presidente da República.

Na oportunidade, analisei a questão sob o ângulo de suas implicações éticas e especulei sobre a magnitude das resistências que essa inovação fatalmente encontraria ao se chocar com nossa centenária tradição republicana.

Quero hoje tratar de uma terceira dimensão do problema, justamente a que me parece mais crucial e decisiva. Refiro-me ao nível prático, aquele que se reveste de considerações de expediência e eficácia políticas; aquele em que o sucesso tende a ser o critério da verdade. Em outras palavras, ao veredito final da opinião pública que, tomando por base um balanço minudente e judicioso dos erros e acertos do governo Fernando Henrique Cardoso, decidirá se ele merece ou não estender-se por mais um quatriénio.

Sigo firme em minha crença de que o desencaudeamento dessa reforma constitucional agora é demasiado prematuro, posto que nem metade do atual mandato presidencial foi cumprido. Mesmo assim, não quero me furtar a essa discussão; pelo contrário, muito me satisfaria vê-la tratada com o máximo de objetividade e maturidade para o bem do Brasil.

Assim, considerando que o passado e o presente são os únicos (ainda que imperfeitos) preditores realísticos do futuro, passemos a uma avaliação do desempenho do governo FHC nesses 16 meses.

Como primeiro e grande ponto positivo, destaca-se, indubitavelmente a capacidade de manter a inflação sob controle em patamares muito baixos e por mais tempo do que quaisquer tentativas anteriores de estabilização nas últimas três décadas. A façanha teve -- e continua tendo -- como subproduto social relevante o franquear o acesso de milhões de trabalhadores carentes e suas famílias ao consumo de uma variedade e quantidade de alimentos -- com

destaque para a carne de frango e os ovos -- antes fora de seu alcance.

O segundo tento marcado pelo governo nesse ano e meio consistiu na quebra dos vetustos e ineficientes monopólios estatais do petróleo, das telecomunicações, da navegação de cabotagem e do gás canalizado, bem como o fim da discriminação constitucional contra o capital de risco estrangeiro. Tudo isso ocorreu no bojo das reformas da Ordem Econômica da Constituição Federal, aprovadas no ano passado.

Daf em diante, Sr. Presidente, o mínimo que posso dizer é que o diagnóstico das realizações concretas da presidência FHC torna-se incerto e nebuloso.

Volvendo um olhar mais atento a essa vedete da política presidencial, de Itamar a Fernando Henrique, que é o Plano Real, forçoso será notar os efeitos perversos da sobrevalorização cambial e dos juros mais altos do planeta nos níveis de desaquecimento econômico, nos índices de desemprego e subemprego e na perda de competitividade de nossas exportações.

A esquerda e à direita do espectro político e ideológico multiplicam-se as críticas a essa política econômico-financeira. Em verdade, senhoras e senhores, até o início do ano passado, o país crescia a uma taxa de 6%. Depois que as autoridades mexeram na taxa de câmbio, esse crescimento caiu para algo em torno de 4%. Ora, como adverte o deputado (PPB/SP) e ex-ministro Delfim Netto, "essa queda significa que deixamos de produzir US\$ 10 bilhões, sendo que os salários representam 40% desse valor, e cada 2% negativos no PIB representam 800 mil empregos a menos".

Ora, por mais bôlhisticos que se afigurem seus resultados, o combate à inflação e a estabilização monetária não passam de meios para a recuperação da capacidade de planejamento macroestratégico a longo prazo (que o Brasil perdeu desde os anos Geisel), de retomada do crescimento econômico e de políticas públicas bem concebidas e implementadas para reduzir nossas gritantes disparidades pessoais e regionais de renda.

De igual modo, Sr^{as}s e Srs., se perscrutarmos detidamente o processo de reformas constitucionais em curso, chegaremos a duas ordens de conclusões, nenhuma das quais muito alvissareira.

De um lado, todas as emendas já aprovadas acham-se até agora pendentes de regulamentação

na Câmara dos Deputados. E não me parece um julgamento completo e equilibrado debitar essa demora unicamente ao Legislativo, pois sabemos que é da dinâmica do presidencialismo que o Executivo assuma e desempenhe papel de destaque na proposição de leis, bem assim na criação das condições políticas necessárias à sua aprovação e aplicação.

De outro lado, esse mesmo déficit de liderança presidencial é responsável por boa parte das vicissitudes por que, passou - -, e previsivelmente ainda passará - - a proposta de reforma da Previdência Social. A temperatura das discussões que a cercaram subiu tanto que o projeto passou quase um mês "esfriando" no Supremo Tribunal Federal. Com o descarrilamento de sua tramitação na Câmara, ele foi parar no STF em função de liminar do ministro Marco Aurélio Mello, concedida ao mandado de segurança impetrado por grupo de parlamentares oposicionistas. No último dia 08, por 10 votos a 1, o colegiado da Magna Corte negou aquele recurso, e a proposta voltou a tramitar na Câmara dos Deputados.

Antes desse desfecho preliminar, a proposta da previdência havia sofrido seguidas alterações que terminaram por desnaturalizá-la, enfraquecê-la e apequená-la. Foram muito fortes as pressões políticas e corporativas! Ao longo dessa acidentada trajetória o primeiro relator da matéria na Câmara, deputado Euler Ribeiro, foi substituído pelo Idler do PMDB, Michel Temer; os membros daquela Casa, a quem caberia votar o projeto, chegaram a ser preteridos como interlocutores na negociação com o governo em benefício de lideranças sindicais sem mandato parlamentar. Ao mesmo tempo, multiplicavam-se as decisões de troca de nomeações para cargos públicos por votos favoráveis ao substitutivo Temer, logo acompanhadas de um contra-ataque oposicionista na forma de verdadeira barragem de destaques para votação em separado (DVS).

De minha parte, Sr. Presidente, estou convencido de que a pedra de toque dessa cascata de equívocos foi a inexplicável omissão do presidente frente ao seu papel de comunicador-em-chefe da reforma. Somente ele teria (e tem) suficiente credibilidade e legitimidade para ocupar os meios de comunicação e explicar à sociedade brasileira que o modelo vigente é uma bomba atuarial de efeito retardado cuja iminente explosão reduzirá a pó os já magérrimos benefícios percebidos pela grande maioria de aposentados e pensionistas do setor privado, impondo sacrifícios ainda mais onerosos às novas gerações

de trabalhadores-segurados. Só o presidente da República para persuadir a opinião pública dos benefícios a serem gerados pela reforma previdenciária (mais recursos para investimentos a longo prazo, mais empregos, mais bem-estar, etc.)

Registre-se, parenteticamente, que, em uma admissão tácita de algumas das mais sérias deficiências contidas na PEC da reforma previdenciária, o Executivo, na semana passada, enviou ao Congresso projeto de lei que cria o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi). Entretanto, qual não foi minha surpresa ao verificar que o novo fundo não será coberto por qualquer tipo de seguro-depósito? Ou seja, a poupança que o trabalhador autônomo, o empregado de uma firma, o pequeno empresário tiverem amealhado ao longo de anos e anos de sacrifício a fim de complementar sua renda na aposentadoria, poderá simplesmente evaporar se o banco depositário quebrar. Ora, em se tratando de um fundo em que milhares de futuros aposentados deverão ficar retidas por dez anos no mínimo, nada mais justo que eles recebessem alguma garantia sobre seu patrimônio. Infelizmente, essa preocupação está ausente do projeto do Executivo, mas tenho certeza que não passará despercebida ao crivo dos Srs. Deputados e Senadores!

Isso, aliás, mostra como são injustas e parciais certas críticas à tão propalada "morosidade" do processo legislativo. Da discussão nasce não só a luz, como também corretivos a propostas incompletas e apressadas, que, do contrário, muito prejudicariam o cidadão-consumidor e -contribuinte.

Mas, ia eu dizendo: como o Presidente não se sensibilizasse com essa missão de esclarecimento e formação de opinião, o resultado afinal está: um texto de reforma previdenciária incompleto, "águaço", enievado, capaz de atender tão-somente a duas finalidades: cortar benefícios dos trabalhadores e aposentados da iniciativa privada e manter privilégios do setor público. Isso, se o Supremo não decidir por seu definitivo arquivamento...

Se isso está ocorrendo com a reforma da previdência, Sr. Presidente, fácil é prefigurar as tormentas que aguardam as próximas propostas de emendas constitucionais - - as reformas administrativa e tributária.

A julgar pelo volume, pela extensão e pela capacidade de mobilização dos segmentos envolvidos, certamente essas duas reformas enfrentarão um trâmite ainda mais lento e acidentado, sobretudo quando nos lembramos de que, no segundo semestre

deste ano, cerca de centena e meia de deputados refluirá às suas bases para tentar a sorte nas eleições municipais.

Ainda que a reforma constitucional deslizasse no mais róseo dos cenários políticos - - sem óbices de natureza corporativa ou fricções ideológicas - - ainda assim seríamos obrigados a reconhecer que ela não é suficiente para preencher um vácuo de realizações concretas de governo. No caso brasileiro, em que séculos de exclusão social viram-se recentemente coroados por uma "década perdida" de estagnação, hiperinflação e desinvestimento, isso significa tomar iniciativas, promover obras e realizações que ao menos atenuem nossos vergonhosos indicadores de miséria, atraso, ignorância, doença, insegurança e injustiça.

E, decididamente, o escore do governo FHC nessas áreas tem sido bem pouco animador. A esta altura, gostaria de reproduzir alguns trechos do editorial da Folha de S. Paulo, estampado na primeira página de sua edição de 21 de abril último. Sob o impacto recente do confronto entre os trabalhadores sem-terra e a Policia Militar do Pará, tragédia que ensanguentou Eldorado dos Carajás e cobriu de dor e vergonha a consciência nacional, assim se pronunciou o editorialista da Folha: "O tecido social brasileiro está chegando ao seu ponto limite de esgarçamento: Dívida social, uma expressão que nasceu com sabor acadêmico para designar as brutais carências do país nessa área, ganha, cada vez mais, rostos e locais concretos: os mortos de Corumbá e Eldorado dos Carajás, de Vigário Geral e da Candelária, os mortos-vivos que desfilam sua condição subumana em cada uma das esquinas das grandes cidades e crescentemente das cidades médias". Mais adiante, prossegue o editorial: "Cresce a impaciência com o abandono da agenda social tão nítida e claramente definida no discurso de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi ele quem apontou a 'falta de justiça social' como o 'grande desafio do Brasil neste final de século'. FHC - - lembra o editorialista - - convocou, então, 'um grande mutirão nacional para varrer do mapa do Brasil a miséria e a fome'".

Ao ler o editorial da Folha, ocorreu-me de imediato uma dúvida, a mesma que intriga muito dos nobres colegas aqui presentes e a maior parte da opinião pública: afinal, qual o status dessas prioridades, hoje, na agenda governamental? Receio que o tempo transcorrido desde a posse do presidente

Fernando Henrique Cardoso encarregou-se de remanejá-las.

Na esteira da crise do sistema bancário que vitimou o Banespa, o Econômico, o Nacional, o Mercantil de Pernambuco e outras instituições menores, parece agora que um valor mais alto se eleva. Hoje em dia, da parte do Palácio do Planalto e da equipe econômica do governo, é como se todas as atenções, as energias, os cuidados e o tempo das autoridades se concentrasssem em uma operação de salvamento dos bancos. Quero lembrar que a maioria desses bancos foi levada à garra pela incapacidade de seus donos em adaptar-se ao fim dos ganhos fáceis da 'ciranda financeira', quando não pela má-fé desleixada no trato dos interesses de seus correntistas.

Afinal de contas, Sr. Presidente, quanto já foi gasto nessa operação de salvamento? Quanto mais ainda será gasto no marco do Proer? A imprensa especula com cifras contraditórias, mas igualmente assombrosas: R\$ 10 bilhões? R\$ 12 bilhões? R\$ 15 bilhões? R\$ 30 bilhões?... Ninguém ainda sabe ao certo, com a possível exceção do ministro da Fazenda e da alta direção do Banco Central, essa casta de sacerdotes burocráticos detentores da chave dos arcanos da banda cambial e da taxa de juros...

Algo há que precisa ser pronta e definitivamente esclarecido. Quando as autoridades vêm a público e afirmam que os recursos do Proer originam-se do próprio sistema financeiro, isto é, dos depósitos compulsórios dos bancos recolhidos do Banco Central, e não do Tesouro Nacional, isso é apenas meia-verdade.

No Banco Nacional, por exemplo, o Banco Central injetou R\$ 5,84 bilhões nos últimos dois meses de 1995. Ora essa avalanche de recursos contribuiu para inflar a base monetária de R\$ 15,3 bilhões, em outubro último, para R\$ 22,7 bilhões em janeiro deste ano.

Como a prioridade do governo é manter a inflação acorrentada, foi necessário emitir títulos públicos para retirar esse dinheiro de circulação. Por sua vez, essas emissões representaram um aumento de 5% no estoque da dívida pública entre janeiro e fevereiro de 1996. Ora, Senhor Presidente, é do Tesouro que o governo retira recursos para financiar a rolagem dos títulos da dívida pública federal que precisam oferecer taxas de juros cada vez mais altas com vistas a atrair o interesse dos investidores.

Esclareço que esses dados e análises foram produzidos pelo Dr. Paulo Eduardo Rocha, assessor

de Orçamento Público do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), entidade de pesquisa sediada no Distrito Federal. Em seu número de março passado, o Informativo do Inesc, publica artigo de Paulo Rocha com essas e outras surpreendentes revelações. Por exemplo: em janeiro último, o Tesouro Nacional teve um déficit de R\$ 2,8 bilhões. Deste total, 1,3 bilhão destinou-se ao pagamento de juros da dívida pública. Em 1995, continua o pesquisador, o governo federal gastou R\$ 15,14 bilhões com o pagamento desses juros, dos quais cerca de R\$ 11 bilhões vieram de recursos do Tesouro nacional, o que equivale a dizer que foram arrecadados dos impostos pagos pelo contribuinte.

Esse dinheiro equivale à quase totalidade dos investimentos programados para 1995, e é superior em 37% aos previstos para 1996, que são de apenas R\$ 8,4 bilhões. É quase o dobro do gasto anual de R\$ 6,5 bilhões com a rede hospitalar do Ministério da Saúde.

O estudo do Inesc se encerra num tom de perplexidade e indignação: "Como pode o presidente da República afirmar que o Proer não afeta os recursos do Tesouro Nacional, que são oriundos dos impostos pagos pelo contribuinte? Ao contrário, o Proer teve impacto significativo no aumento da dívida pública e contribuirá em futuro próximo, para o aumento do déficit, através do pagamento de juros da parcela da dívida que ele causou. Qual será o impacto efetivo que os empréstimos do Proer terão sobre o déficit público nos próximos anos? Quantas casas populares deixarão de ser construídas? Quantas creches não funcionarão em 1996? Quantas pessoas deixarão de ser atendidas nos hospitais públicos do país?"

É mesmo uma pena que a mais recente oportunidade que teríamos para trazer à luz a verdade desses números e com eles responder a essas angustiantes questões haja sido abortada com o arquivamento da CPI dos bancos.

Apesar disso, já a ninguém escapa a inversão de prioridades em que incorreu o governo FHC, passados 16 meses de sua posse.

A medida que me aproximo do final deste pronunciamento, parece-me ocioso lembrar que esta não é a oportunidade para um diagnóstico sistemático dos resultados concretos das políticas sociais e outras iniciativas do governo federal neste ano e meio. Contudo, diante do contraste entre o discurso e a ação, entre a intenção e gesto, não posso me furtar a mais umas poucas observações. Assim, quando do anúncio oficial da venda do Banco Eco-

nômico ao Excel, ficou o Brasil sabendo que o Banco Central assumira dívidas de R\$ 5 bilhões do Econômico como parte da operação, dinheiro suficiente para construir 767 mil casas populares.

À época desse anúncio, o país também tomava conhecimento da tragédia de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, um trauma que serviu para realçar a urgência inadiável de uma política efetiva de democratização da propriedade fundiária. Aqui, mais uma vez, nos defrontamos com o hiato entre prioridades declaradas e prioridades reais. Em sua vitoriosa campanha eleitoral, Fernando Henrique Cardoso prometera assentar cerca de 280 mil famílias sem terra nos quatro anos seguintes. Para o primeiro ano de governo o compromisso era de 40 mil famílias assentadas. Muito bem, em 1995, o Incra reconheceu que só foram assentadas 32.544 famílias, e que, entre essas, havia muitas famílias que já estavam na terra desde 1984, caso em que ocorreu, tão-somente, a regularização dessas situações. Na prática, Senhor Presidente, apenas 12.263 famílias foram assentadas em novos projetos do governo.

Neste ano de 1996, o próprio Incra calculou que seriam necessários R\$ 3,2 bilhões para o programado assentamento de 60 mil famílias. Entretanto, o governo reduziu esse orçamento para R\$ 1,4 bilhão, ou seja, menos de 10% do valor estimado como necessário para salvar os bancos na "UTI do Proer". Quero acrescentar que não me parece justo debitar, mais uma vez, ao Legislativo o atraso na definição de um marco jurídico que imprima ao processo de reforma agrária a celeridade necessária. Afinal, se a medida provisória do Proer foi baixada pelo Executivo com base nos argumentos da "relevância" e da "urgência", por que não aplicar esse mesmo critério para por um fim aos conflitos do campo?

Para concluir, Srs e Srs., gostaria de deixar à reflexão de todos nós os resultados de recente estudo do Banco Mundial. Avaliam os técnicos daquele organismo que, com R\$ 4,2 bilhões, ou seja, apenas 0,7% do PIB do ano, seria possível acabar com a miséria absoluta em que se arrastam 17 milhões de brasileiros. Ora, isso equivale a bem menos de um terço dos recursos a serem consumidos pelo Proer.

Enfim, se nada for feito pelo governo no biênio que lhe resta para resgatar suas prioridades originais, penso ser-lhe á muito difícil, para não dizer impossível, persuadir a sociedade brasileira e sua representação congressual da justezza da tese da "reeleição já".

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a urbanização é um processo mundial e inexorável. Mais da metade da população mundial já vive hoje em centros urbanos. Até o ano 2.025, os moradores das cidades serão dois terços dos 8 bilhões de pessoas que habitarão este planeta.

O aumento da população urbana acontece mais rápido nos países em desenvolvimento. Das 20 maiores cidades do mundo, 17 estão na América Latina, Ásia e África. A previsão da ONU é que oito das dez maiores megacidades, em 2.015 estarão localizadas na Ásia e na África. Elas serão 27 neste ano e duas estarão localizadas no Brasil.

Por se tratar de nações pobres, a capacidade do governo de oferecer serviços básicos (como habitação, saneamento e transporte) não acompanhou o ritmo de crescimento da população.

Hoje, 500 milhões de pessoas não têm casa, 600 milhões vivem sem saneamento e 2 bilhões sem energia elétrica.

Em países de industrialização recente, como Brasil e México, o processo de urbanização está ainda mais avançado. Estima-se hoje que 70% dos brasileiros já vivam em centros urbanos.

Para discutir estes temas foi instalada a Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos, a Habitat 2, a maior de suas antecessoras. Só não superou em tamanho às conferências do Rio (Meio Ambiente) e de Pequim (Direitos da Mulher), porque aquelas foram encontros de Chefes de Estado. O maior desafio da Habitat 2 é justamente encontrar maneiras de melhorar a vida dos habitantes das cidades, principalmente nos países em desenvolvimento. Daí a importância da realização do evento organizado pela ONU, em Istambul.

Quando do Habitat 1, realizado em Vancouver, no Canadá, na década de 70, o êxodo rural intenso provocou prognósticos bastante pessimistas. O remédio prescrito era de limitar as migrações. Já a visão discutida em Istambul, não é esta.

O tempo mostrou que a urbanização das cidades não deve ser vista necessariamente como um mal, mesmo nas nações pobres. O problema é a velocidade com que se dá o crescimento dos centros urbanos. E este ritmo está mais lento do que no passado.

Já se provou que a migração da população das áreas rurais para as urbanas diminui o crescimento populacional e ajuda a combater a pobreza. Isso

acontece porque é mais caro manter uma família grande nas cidades do que no campo.

Dados da ONU indicam que a população pobre das áreas rurais tem renda dez vezes menor do que a população pobre dos centros urbanos.

O êxodo rural também ajuda o governo dos países em desenvolvimento a oferecer serviços básicos a um custo menor, já que, nos centros urbanos, a população está menos dispersa.

As cidades propiciam ainda a seus moradores, atendimento médico mais rápido e acesso à informação (educação) com facilidade maior.

A recomendação da ONU é que, nas cidades com mais de 7 milhões de habitantes, a taxa de crescimento anual fique sempre abaixo dos 5%.

Acima desse percentual, mesmo os governos mais eficientes não conseguem oferecer serviços básicos no ritmo de crescimento da população.

A Conferência Brasileira para o Habitat 2, que reuniu quase 500 pessoas no Rio de Janeiro, em maio passado, traçou diretrizes para um plano de ação que contou com a participação de setores importantes da sociedade, vindos de todas as regiões do país, por meio de entidades nacionais representativas de arquitetos, engenheiros, geógrafos, urbanistas, universidades, Igreja Católica, movimentos de moradia, movimentos de mulheres, além de importantes organizações não-governamentais.

Entre muitas propostas aprovadas, que foram levadas a Istambul, merece destaque a que prevê a elaboração de planos de ação com a participação da sociedade, em níveis local, regional e nacional (recomendados pela ONU). Isto pode significar a mudança de duas práticas perniciosas: do planejamento urbano burocrático e tecnocrático, que, confinado em gabinetes, desconhece a gestão da cidade real e também da velha prática do investimento aleatório em obras caras, de grande visibilidade, mas de retorno social questionável.

As melhores propostas nem sempre são as mais caras. O orçamento participativo e a parceria com entidades da sociedade, praticados atualmente em alguns municípios do país, já apontam nesse rumo, afirmado que a sociedade brasileira tem propostas e até experiências bem sucedidas apresentadas na Habitat 2. Na verdade, dos 400 projetos vistos no evento como modelo, 10% foram selecionados no Brasil. A Conferência premiou doze projetos com as melhores práticas urbanas recentes, e dentre eles estava um programa de gestão integrada

entre prefeitura e favelados em Fortaleza, no Ceará, que permitiu a reurbanização de 400 favelas na capital do meu Estado.

Pela primeira vez uma delegação oficial brasileira para conferências da ONU incluiu a presença de ONGs. A própria ONU abriu os debates oficiais para essas entidades. Até agora esses parceiros caminhavam em trilha paralela à das Nações Unidas. Encontrou-se a fórmula de fazê-las cruzar. E isso é contribuição definitiva para o debate internacional.

As ONGs deixaram claro que não pretendem tomar o lugar do Estado. As organizações querem trabalhar ao lado do governo de forma participativa, em projetos que incluem o envolvimento da sociedade civil.

A Conferência ocorreu às vésperas das eleições municipais brasileiras. Esse é portanto um bom momento para os nossos políticos refletirem sobre as soluções possíveis, criativas e solidárias de redução da desigualdade e humanização das cidades.

O Plano Nacional de Ação que a delegação brasileira levou a Istambul – preparado pelo Ministério do Planejamento, no entanto, não atendeu à maioria das reivindicações das ONGs (organizações não-governamentais).

O Plano de Ação é um documento que contém os programas que o governo pretende implementar nos próximos cinco anos para melhorar as condições de vida dos habitantes dos sítios urbanos; prevendo a construção de casas, com recursos da ordem de R\$ 2,9 bilhões. Em comum, ONGs e governo recomendam que a construção das moradias populares seja feita por prática de autogestão.

Na área de transportes, ONGs e governo concordam que a prioridade de investimentos seja dada aos transportes coletivos. O plano governamental se compromete a melhorar e implantar vias exclusivas e corredores de transportes coletivos, mas não prevê quanto gastará. As ONGs reivindicam investimentos de US\$6,6 bilhões para a construção dos corredores.

Outra proposta das ONGs, excluída do plano oficial, foi a criação de um imposto sobre combustíveis para ser investido em transporte coletivo.

No capítulo que trata das estratégias governamentais para resolver os problemas urbanos, é proposto que as autoridades locais tenham mais autonomia. A importância da participação da sociedade civil e a cooperação do setor privado são destacadas como fundamentais pelo governo.

Enfim, a delegação brasileira que participou da Habitat 2 teve os seguintes desafios:

O primeiro, conseguir que o direito à moradia fosse incluído na Agenda do Habitat (carta de intenções da conferência). O Brasil foi o relator da parte da Agenda que trata do assunto. Para conseguir manter o texto como está, necessitou convencer o Japão, os Estados Unidos e a Coréia. Eles eram contra a classificação de moradia como direito do homem, mas foram levados a se posicionar a favor da proposta. Não foram estabelecidos, no entanto, metas, prazos ou propostas de solução para o Terceiro Mundo, onde o problema é mais grave.

Outra meta seria incluir o apoio financeiro no capítulo da Agenda que trata de cooperação internacional. Esse capítulo é um dos mais polêmicos. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, defendem que sejam criados novos recursos financeiros para a resolução de problemas urbanos. Já as nações ricas propõem apenas o remanejamento dos recursos já existentes para os países que necessitam de maiores investimentos.

Os seis senadores, bem como os Deputados Federais que participaram da delegação brasileira, tiveram o desafio particular de convencer os colegas a colocar nas legislações de seus países o etanol como aditivo oxigenado à gasolina, em substituição ao chumbo tetraetila, que é muito poluente.

Em um grupo de trabalho específico – Subsídios para uma Política Habitacional –, inseriu-se nas diretrizes de organização da cidade o problema da habitação para médias e baixas rendas, incorporando ao novo texto legal os conceitos de função social da propriedade, áreas especiais de interesse social e novas formas de produção de habitação e parcelamento do solo, que visam a diminuir este fosso que separa nossa cidadania de uma vida digna.

Na Conferência foi montada a maior exposição de experiências urbanas já realizada no mundo, capazes de inspirar os municípios brasileiros. Existe uma monumental coleção de projetos bem sucedidos espalhados por todo os continentes que, graças à criatividade e à vontade política, reduzem os problemas com baixos custos.

É importante ressaltar que, periodicamente, as Nações Unidas promovem encontros temáticos, convocando os governantes a pensar e repensar os desafios da humanidade.

Seus organizadores costumam enfatizar ao máximo a importância das reuniões. Ao mesmo tem-

po, os céticos dizem que no final se produzem belos trabalhos, repletos de boas intenções, mas com pouco resultado. De concreto, foram produzidos dois documentos, um com as metas gerais do Plano de Ação Global, chamado Agenda Habitat e outro político, a Declaração de Istambul, que pretende fazer com que os participantes cumpram com suas metas propostas.

Todos esses encontros demoram a surtir resultados, mas germinam ou apressam a formação de novas visões, e acabam por envolver poderosos núcleos de financiamento de projetos no FMI, no Banco Mundial ou no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Marcado pela pobreza e pela profunda desigualdade, o Brasil tem nas soluções municipais um mecanismo para saldar a dívida social – nos municípios vêm sendo encontradas as boas soluções, como os projetos de renda mínima ligados à educação, às formas de saneamento mais baratas e a medicina preventiva.

Quanto mais rápido e com maior interesse os novos prefeitos e vereadores tirarem lições do que se faz de certo ou de errado nas cidades do planeta – e a Habitat 2 é excelente fonte para isto –, menor será o tempo no qual se vai reduzindo a miséria no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, vivemos época de paz. Ninguém imagina possa o País ser invadido por tropas argentinas no Sul; bolivianas ou colombianas no Norte. Tampouco que nossas águas territoriais possam ser invadidas por navios perigosos capazes de pôr em risco a segurança nacional. Ou, ainda, que nosso espaço aéreo seja dominado por aviões prontos a bombardear a Amazônia, Brasília ou o Rio de Janeiro.

Vivemos, repito, época de paz. Isso não significa, Senhor Presidente, que a ausência da guerra seja duradoura. Prova-o um número assustador. O fim da carnificina da Segunda Guerra Mundial não significou o fim das mortes em conflitos entre países. Na verdade, de 1945 a 1991 morreram tantos combatentes quantos sucumbiram na Primeira Grande Guerra. Os conflitos, agora, têm característica diferente. Não são globais como os que ocorreram na primeira metade deste século. Restringem-se a nichos regionais.

As lutas no Oriente Médio, na antiga Iugoslávia, na Rússia só para citar alguns exemplos pro-

vam que os conflitos não desapareceram. Limitados, demonstram domínio cada vez maior de técnicas modernas, o que obriga, por um lado, à profissionalização das Forças Armadas e, por outro, à sua vinculação ao processo de desenvolvimento econômico.

É esse ponto, Sr. Presidente e nobres Senadores, que quero realçar. Queria propor seja repensado o papel das Forças Armadas no esforço de desenvolvimento que o Brasil se vê obrigado a empreender sem demora, sob pena de agravar os problemas sociais já agora em estado crítico.

Preocupa-me, sobremodo, o inchaço das grandes cidades. As periferias dos grandes centros expandem-se dia após dia. Lá, dorme-se com uma paisagem e acorda-se com outra. Barracos de papelão, plástico ou lata erguem-se da noite para o dia. Abrigam os novos moradores das cidades.

São pessoas pobres, sem escolaridade ou capacitação profissional. Trazem os filhos, desnutridos, que não freqüentarão a escola. Mais dia menos dia estarão na rua, afastados do núcleo familiar, fortes candidatos a vaga na Febem.

É preciso, Sr. Presidente, todos sabemos, manter essas pessoas em suas cidades de origem. Não é difícil. Basta dar-lhes condições de ali sobreviver e poder criar a família.

É aí que as Forças Armadas podem contribuir enormemente. No momento em que o Governo Federal propõe o serviço civil obrigatório, por que não amadurecer a idéia de aproveitamento de todo o contingente militar e civil, em todo o Brasil, para promover a interiorização do país?

A tarefa não é difícil. A disciplina do contingente militar brasileiro é de todos conhecida. O preparo dos oficiais também. Muitos jovens querem fazer o serviço militar obrigatório e são recusados por razão de cota ou de contenção de despesa. Por que não aproveitar esses jovens para promover um novo Projeto Rondon? É uma mão-de-obra barata e ansiosa por integrar-se ao mercado de trabalho. Sob orientação superior engenheiros, professores, médicos, todos oficiais das Forças Armadas, levá-los ao interior para desempenhar diferentes tarefas na área de educação, habitação e saúde.

Tal medida daria grande impulso para resolver os sérios problemas que afetam a área social.

O alistamento serviria como frente de trabalho, que levaria ao camponês ou morador de rincões distantes conhecimentos de primeiros socorros, noções de higiene, iniciação do processo escolar, princípios básicos de agricultura, como o plantio de hortifrutí-

granjeiros. E formaria cidadãos conscientes, motivados a enfrentar desafios.

O resultado não se fará esperar. Promovido o bem-estar nas áreas rurais, não haverá por que o homem do campo abandonar o lugar onde pode educar os filhos e viver com dignidade. A cidade grande é uma aventura que o assusta. Ele só recorre a essa solução em última instância.

É uma saída, aliás, que ninguém deseja. Nem ele nem o morador da cidade.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a atividade advocatícia acaba de receber uma notável demonstração de reconhecimento da sua importância enquanto guardião das "garantias fundamentais do cidadão", num Estado de Direito Democrático como o Brasil. Refiro-me à iniciativa do Presidente do Tribunal de Contas da União, o ilustre Ministro Marcos Vilaça, que destinou, naquela Casa, uma sala própria para os advogados examinarem processos e redigirem peças exordiais. Muito apropriadamente, o recinto denominou-se Sala Ministro Luiz Gallotti, numa oportuna homenagem àquele que, seguindo uma tradição familiar de juristas consagrados no saber jurídico e notáveis na conduta dignificante, dedicou toda a sua vida ao Direito, exercendo a advocacia, pertencendo ao Ministério Público e presidindo o Supremo Tribunal.

A providencial iniciativa do Tribunal de Contas demonstra a indissociabilidade entre a atuação das Cortes e os princípios da Carta Magna. A destinação aos advogados de espaço físico condigno com o desempenho de seu relevante papel intercessor, mais que providência de caráter meramente administrativo, revela a compreensão da indispensabilidade e do prestígio que o texto constitucional reconheceu à advocacia, expressos no art. 133 - "O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei" - e, ainda, no art. 5º, inciso LV, que impôs a observância do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, franqueando expressamente a postulação advocatícia também na esfera administrativa.

Dessa forma, o Tribunal de Contas da União abre caminho para melhor atuação dos advogados, que trarão enorme colaboração ao desenvolvimento do processo, à investigação da verdade e à construção da boa jurisprudência administrativa, fornecendo, ainda, exemplo aos tribunais de contas estaduais para o

aperfeiçoamento de suas competências fiscalizadoras, da inspeção, consultivas e julgadoras, tão bem definidas, hodiernamente, no texto constitucional.

Em razão do significado dessa iniciativa, requeiro seja feita transcrição nos anais desta Casa do pronunciamento feito no Tribunal de Contas da União, em 24/03/96, pelo ilustre Conselheiro Antônio Correa de Oliveira Andrade, Presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco, na oportunidade da inauguração da mencionada Sala Ministro Otávio Gallotti.

O pronunciamento em pauta, além de demonstrar a importância do ato que homenageia, evoca, com maestria, a relevante participação, no cenário da advocacia brasileira, dos egressos da Faculdade de Direito do Recife, entre os quais se encontra o Ministro Marcos Vilaça. O orador relaciona alguns pernambucanos notáveis que passaram pela instituição e alcançaram projeção nacional em diversas áreas (Ariano Suassuna, Aloísio Magalhães, Joacil de Brito, Carlos Maciel, Emani Borba e outros), invoca o depoimento de grandes poetas que dedicaram versos à Faculdade (Joaquim Cardoso, José Carlos Pena Filho) e relembrar episódios e causas que mobilizaram juristas e escritores renomados (Tobias Barreto, Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, Martins Júnior, Graça Aranha, Artur Orlando).

Traçando um paralelo com a Faculdade de Direito de São Paulo, que obrigou o melhor da intelectualidade paulista, Antonio Correa de Oliveira Andrade demonstra a importância de uma instituição inovadora e dinâmica para a formação intelectual e cultural da sociedade. Repetindo Gilberto Freyre, defende a tese da contribuição da Faculdade de Direito do Recife na formação de bacharéis mais humanistas que técnicos. Formação, portanto, verdadeiramente universitária em lugar do estreitamento profissional.

E essa formação, sabemos todos nós, está profundamente identificada com o perfil dos nossos intelectuais, literatos e juristas. Uma formação em que os estudos doutoriais se fazem acompanhar de preocupações filosóficas e sociológicas e de incursões literárias.

Dessa forma, Sr. Presidente, ao inserir-se nos anais desta Casa o discurso do Conselheiro Antonio Correa de Oliveira Andrade, resgata-se um testemunho precioso da tradicional contribuição pernambucana ao desenvolvimento cultural de nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOEL DE HOLLANDA EM SEU DISCURSO:

Uma felicidade inusitada, o que considero honra, falar neste Tribunal de Contas, e a convite de seu presidente, Ministro Marcos Vilaça, possuidor de sólida cultura e poder de síntese, sabendo impor sua orientação com mestria, quando dirige na busca de abrangências e, valendo-me de Gilberto Freyre, acrescento que tem suas insurgências e ressurgências. Assim, afirma propósitos e deixa marcas de profícua administração. Aceita desafios para resolvê-los, na conformidade de princípios que nortearam sempre o seu viver de professor e intelectual. Mantém fidelidade, intransigente fidelidade à terra natal, trazendo em gestos e símbolos sua lembrança e evocativos do rincão que lhe é por demais caro, e cuja pernambucanidade sempre exalta.

O motivo da distinção, haver sido aluno da Faculdade de Direito do Recife e integrante de turma de que fizeram parte, entre outros, Ariano Suassuna, duplamente imortal, pertence às Academias Brasileira e Pernambucana de Letras; Aloísio Magalhães, de relevantes serviços ao país; Joacil de Brito Pereira, que teve o testemunho invocado pelo Ministro Marcos, ao proferir, recentemente, conferência em João Pessoa sobre o controle externo nas comemorações do Tribunal de Contas da Paraíba, pelos 25 anos de sua instalação, quando governador João Agripino, que posteriormente faria parte desta Corte de Contas; Carlos Maciel, que, em crise de fé, já formado, para superá-la foi estudar Astronomia; e Elvina Lordelo, nos dois primeiros anos do curso, a quem chamava afetivamente de baiana, e que, colaborando em revistas, com poesias e artigos, revelava inteligência e pendores para as letras. Com o vigor e beleza da juventude, despertava paixões platônicas; uma delas, a do acadêmico Ernani Borba, que, em versos escritos nas paredes do prédio, revelava sua admiração e a esperança de concretizar sonhos.

Faculdade mais que sesquicentenária. Irmã gêmea da de São Paulo e que, em convento dos monges beneditinos, tendo como primeiro diretor Pedro de Araújo Lima, que seria o último regente do império, dele sendo afastado pelo golpe da maioridade de Pedro II, iniciou suas atividades em Olinda, cidade marco do desenvolvimento e de pioneirismo nos estudos jurídicos, nos ideais republicanos e libertários. De sobrados com azulejos, de igrejas com vários séculos, de ruas ladeiras, de morros, de praias e de mar, de tonalidades muitas e de inspiração a poetas de nomeada, tanto na Província, como em todo território nacional.

Para Joaquim Cardoso é:

"Das perspectivas estranhas,
Dos imprevistos horizontes,
Das ladeiras, dos conventos e do mar".

Já Carlos Pena Filho diz: "Do alto do mosteiro um frade avê.

De limpeza e claridade
é a paisagem diferente.
Tão limpa que se dissolve
a linha do horizonte.

As paisagens muito claras
não são paisagens, são lentes.

São íris, sol, aguaverde
ou claridade somente.

Olinda é só para os olhos,
Não se apalpa, é só desejo.
Ninguém diz "é lá que eu moro.". .
Diz somente: "é lá que eu vejo.".

Assim, em centro urbano de tantas presenças e de muitos encantos, instalou-se o então chamado "Curso Jurídico", que logo se tornou de intensa atividade.

Joaquim Nabuco, em "Um Estadista do Império", livro ontológico, em que faz a biografia do genitor, José Tomás, um dos primeiros a freqüentá-lo, afirma: "Já então as faculdades de direito eram ante-salas da Câmara. Na Inglaterra as associações de estudantes discutem as grandes questões políticas, votam moções de confiança, destroem administrações, como faz o Parlamento. Gladstone nunca tomou mais a sério os grandes debates da Câmara dos Comuns do que os da União de Oxford, quando propunha votos de censura ao governo de Wellington ou ao de Lord Grey. Em Olinda não havia esse simulacro de parlamento em que se formam os estudantes ingleses; os acadêmicos exercitavam-se para a política em folhas volantes que fundavam.".

Quase trinta anos, a Faculdade viveu em Olinda, que adquiriu novos ares, deixou o marasmo, tornou-se buliçosa, mercê da presença dos estudantes, que, nas afamadas repúblicas, davam expansão às suas tendências, indisciplinados, às vezes, em época carente de autoridade. A regencial, de revoluções, de movimentos sediciosos que ameaçaram a própria integridade territorial do país.

Depois, no meado do século passado, ei-la no Recife. Muda algumas vezes de sede. Os prédios não a agasalhavam bem. Até encontrar um definitivo, já na república e em 1912. Vive agitação. Sente os novos rumos do ensino... Debates fazem-na vibrar. Novas concepções do Direito motivam polêmicas do agrado dos leitores dos jornais e professores, uns por demais conservadores, chocando-se com veemência às novas idéias preconizadas pelos partidários da escola do Recife. Avulta a figura de Tobias Barreto, que, dado, também, à poesia, com método faz do Teatro Santa Isabel palco de intensa vibração, ao enfrentar Castro Alves, de espontaneidade genial. Tobias, com os escritores alemães, faz prosélitos: Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, Martins Júnior, Graça Aranha, Artur Orlando, que deram notável contribuição às nossas letras jurídicas. Pela intransigência dos que não quiseram acompanhar a evolução, ficou comentadíssimo o concurso de Sílvio Romero, em que, exasperando-se ante os examinadores, principalmente Coelho Rodrigues, classificou-os de ineptos e ignorantes. A argúição tinha começado sob os auspícios das doutrinas filosóficas de Cousin e os lentes buscavam criar todas as dificuldades ao examinado, que, indignado e no calor da discussão, afirmou: "A metafísica morreu.". Quem a matou? A resposta de Sílvio foi se levantar e não continuar a prova. Esse incidente iria ser muito explorado pelos seus inimigos, como José Veríssimo e Lafaiete Pereira.

Em opiniões assim, lastreadas em mestres de notável saber, iriam os estudos se aprimorando, marcando época, inovando, formando correntes de magistrados, advogados e cientistas que conseguiram, na conscientização do presente, projetar o futuro.

Assim, tem sido a Faculdade de Direito do Recife. Afirmativa. Revolucionária nos ensinos. Dinâmica. Relicário nosso. O fluir dos anos lhe é leve pelo desempenho na afirmação da cultura jurídica, essencial ao estado de direito. Faculdade que, para o professor e ex-reitor Paulo Maciel, "é um estado de espírito.".

Gilberto Freyre, em lapidar prefácio a livro de Nilo Pereira, acentua: "Na Faculdade de Direito do Recife é que se desenvolveu de modo mais vivo a tradição coimbrã, primeiramente transmitida a Olinda, e, segundo a qual, a formação de bacharéis em Direito era uma formação mais humanística que técnica. Tanto que nela avultavam as preocupações filosóficas, madrugavam as parassociológicas, juntavam-se as próprias musas aos estudos doutoriais, sem lhes fazerem mal, antes beneficiando-os ou abrillantando-os. Formação, portanto, já universitária em vez de estreitamente profissional.".

E Clóvis Beviláqua, em célebre oração, enfatizou: "Tudo quanto vos disse não foi mais do que um modo de unir o meu espírito ao espírito da Faculdade de Direito do Recife, dos grandes mestres que criaram esta grande força moral construtora da cultura nacional, que elaboraram tantas belezas do pensamento jurídico para iluminar a vida do povo brasileiro e que, felizmente, vêm a sua empresa continuada dignamente pelos que no momento presente os substituem".

Faculdade que, no coração da capital pernambucana, recebe a brisa amena e acolhedora dos rios Beberibe e Capibaribe que, em suas águas mansas e por vezes violentas, trazem toda uma história, bem descrita pelo poeta maior João Cabral de Melo Neto. História de êxodo, de conflitos, de desajustamentos, de tristezas, de voracidade, de indústrias querendo engolir a concorrente, de usinas gulosas de terras, absorvendo as dos velhos bangüês, fazendo-os de fogo morto.

Nesses conflitos, nesses choques, nesses embates, imprescindível a presença do advogado. Cada dia, melhor situado na profissão que é garantia, e que, no prestígio da lei, contém os desmandos dos arbitrários. Realmente, a indispensabilidade e o prestígio da advocacia, hoje alçada a tratamento constitucional (art. 133), exigem se destine ao advogado espaço físico para que possa, com plenitude e dignidade, desempenhar seu nobre e relevante papel de intercessor.

A advocacia, não mais resta dúvida, é serviço público, sobretudo nos Estados de Direito-Democrático, como o Brasil, nos quais imperam "as garantias fundamentais do cidadão", direitos invioláveis que são oponíveis ao próprio Estado.

Merce realce trecho do brilhante voto proferido pelo Ministro Gomes de Barros, do Superior Tribunal de Justiça, no Mandado de Segurança nº 1.275, publicado na RDA, volume 189:

"Tampouco se pode enxergar no advogado apenas um auxiliar do juiz, com atuação secundária na atividade jurisdicional. Em verdade, ele ocupa um dos vértices da relação processual, atuando com absoluta autonomia, em atividade indispensável à administração da Justiça (Constituição Federal, art. 133)."

O sempre lembrado Rui Barbosa, patrono dos Tribunais de Contas, proclamava que o advogado "é a fonte de onde fluem o direito, a esperança na justiça e a liberdade na lei".

O professor Caio Mário da Silva Pereira diz que "enquanto o técnico vive a vida técnica em seu tecnicismo, o advogado está em constante integração com a problemática social. Ele a comprehende. Ele a sente. Ele a sofre. Está em condições de opinar e de esclarecer. E, quando o eclipse obscurece as liberdades fundamentais, ele, e não outro, é habilitado a manifestar o instrumento restaurador."

Providencial a iniciativa deste Tribunal, oportunamente sobremaneira, pois a Carta Magna franqueou expressamente a postulação advocatícia na esfera administrativa quando, no art. 5º, inciso LV, impôs a observância do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Os Tribunais de Contas, hodiernamente com competências fiscalizadoras, de inspeção, consultivas e julgadoras tão amplas e bem definidas no texto constitucional, abrem alas para a atuação dos advogados que trarão enormes colaborações no desenvolvimento do processo, na investigação da verdade e na construção de justos julgamentos e boa jurisprudência administrativa.

Advogado que, por iniciativa do presidente desta Casa, Ministro Marcos Vilaça, que sente a realidade dos dias atuais de conquistas e reformas, hoje tem sala própria, para os exames dos processos e redação das peças exordiais, em ambiente confortável, devidamente equipado. Sala com o nome de antigo ex-servidor, Ministro Luiz Gallotti, de vida dedicada ao Direito e de ascensão reveladora da boa cultura jurídica e de inteireza moral. Que exerceu a advocacia, pertenceu ao Ministério Público, foi do Pleno deste Tribunal, presidindo-o e, no Supremo Tribunal, exerceu todos os cargos de realce, inclusive a presidência. Mantém, assim, uma tradição de família de juristas, que, ao cultuar o direito, revela pendores e exemplar conduta, dignificantes e consagradores, merecendo não apenas do seu Estado, Santa Catarina, mas de toda a comunidade brasileira, o reconhecimento pelo que fez e faz, na consolidação do primado da lei, do estado de direito, anseio maior de todos nós.

Que o patrono da sala seja a bússola, a inspiração de todos nos rumos de uma época nova, de reconhecimento da cidadania e que este Tribunal continue o seu ideário de orientação e de defesa do patrimônio público, na vigilância constante para que os recursos tenham uma correta aplicação e o país viva dias de austeridade, buscando o racional e o equânime na valorização constante do ético, tornando-se, assim, motivo de orgulho e de confiança dos que acreditam em dias melhores, fundados na dignidade humana.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, tive o privilégio de participar, dia 15 de maio deste ano, do Primeiro Simpósio e Mesa de Negociação sobre Automóveis (Controle de Fronteiras, Prevenção e Recuperação), dentro do Encontro de Empresas de Seguros e Resseguros do Mercosul, realizado em Assunção, Paraguai. Venho a esta tribuna para expor alguns aspectos do problema de furto e roubo de veículo como foram abordados naquele simpósio, por afetarem diretamente os países integrantes do Mercosul.

Tenho acompanhado as iniciativas conjuntas, especialmente entre Brasil e Paraguai, objetivando instituir mecanismos legais e operacionais comuns a ambos os países, com vistas a combater aquele ramo do crime organizado. Nessa conformidade, sou da minha opinião à dos demais participantes, ou seja, a de que se antes a preocupação com o problema era grande, hoje precisa ser redobrada em consequência da implementação do Mercosul. Nesse sentido, vejo sobressaírem-se dois marcos de capital importância. O primeiro, anterior à vigência do Mercosul, é representado pelo acordo que, no dia 1º de setembro de 1994, os presidentes Itamar Franco e Juan Carlos Wasmosy assinaram pelo Brasil e pelo Paraguai para facilitar a devolução de carros furtados ou roubados e levados para um dos dois países. Uma série de medidas implantadas em decorrência desse acordo serviu para inibir aquela prática e para resarcir parte dos prejuízos que continuam a ser causados por aqueles delitos. O segundo marco é o Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina e da República do Paraguai sobre Segurança na Área da Fronteira Tríplice Comum, assinado pelos três países dia 18 de maio do ano em curso, em Buenos Aires.

Evidentemente, os obstáculos que o acordo de Buenos Aires criará para o trânsito de veículos furtados ou roubados na fronteira tríplice comum deverá constituir o produto principal das ações nele previstas, pois seu artigo 1º diz que os signatários acordam em "coordenar a ação dos órgãos com competência na área da fronteira, a fim de controlar o ingresso e saída de pessoas e veículos, assim como a autenticidade de sua respectiva documentação, no intuito de prevenir e combater atividades ilegais e possíveis atos de terrorismo." Os demais artigos complementam essa idéia, pois tratam da criação de mecanismos - como uma base comum de dados sobre pessoas e veículos e a permanente troca de informações - que a transformarão em realidade. Es-

pero que, em decorrência dos estudos realizados pelos órgãos técnicos de cada país signatário, a implementação desse acordo chegue a bom termo e se possa ganhar, assim, uma barreira efetiva contra ao crime organizado, que ignora fronteiras e soberanias nacionais.

Entre 4 e 10 de outubro do ano passado, participei da Assembléia Geral da INTERPOL, que congregou seus 176 países-membros em Beijing, China. E, por felicidade, vejo que as principais recomendações daquele conclave relativamente ao Mercosul estão contempladas no acordo de Buenos Aires. Em Beijing, o plenário da Assembléia Geral aprovou todas as sugestões e decisões do Grupo de Trabalho do Mercosul, especialmente as adotadas em sua primeira reunião realizada em Buenos Aires, em junho de 1995.

Sr. Presidente, a nossa indústria automobilística concentra em São Paulo seu maior parque fabril. Ali circulam e estão registrados 10,3 milhões de veículos, ou seja, a metade da nossa frota nacional. O diretor do Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN de São Paulo, meu colega e amigo, delegado de polícia Enos Belochi Jr., propôs àquela indústria que incorpore aos veículos os chips chamados "tag", uma espécie de etiqueta eletrônica. E encontrou grande receptividade através de rádio-frequência, em uso há muitos anos em países mais desenvolvidos, além do baixo custo desses dispositivos. O preço final de um "tag" poderia ser menor que 5 dólares, no volume de utilização previsto. A idéia foi levada pelos técnicos de São Paulo aos demais dirigentes de DETRANS, recentemente.

É fácil imaginar o que representaria, em termos de controle de fronteiras, assim como de prevenção e recuperação nos casos de furto ou roubo de veículos, contar-se com um sistema eletrônico de registro do tipo "tag". A repressão eficaz repercutiria imediatamente sobre o narcotráfico e o contrabando de armas e munições, pois é sabido que veículos furtados ou roubados funcionam como "moeda" entre traficantes e contrabandistas. Além disso, com a inibição do furto e do roubo, os prêmios de seguros poderiam ser diminuídos, beneficiando grande número de novos segurados.

Não se pode precisar com exatidão quantos veículos furtados ou roubados cruzam nossas fronteiras. No Brasil, estima-se que o número não seja tão expressivo quanto se imagina, relativamente ao total de delitos dessa natureza, pois há indícios de que apenas cinco por cento dos veículos nessa situação são levados para países do Mercosul e para

a Bolívia. Seriam de 10 a 20 mil, no ano passado, período em que, apenas na região metropolitana da Grande São Paulo, ocorreram 90.215 furtos e roubos daquele tipo. O índice de localização não chega a atingir 40%, devido a um amplo esquema de crime organizado e destinado a desaparecer com os 60% restantes, seja através de fraudes em documentos e chassis, seja por meio dos "desmanches", uma praga internacional.

No caso das fronteiras, a interceptação de veículos é importante, quando menos seja pelo efeito psicológico inibidor. Além disto, há o aspecto relacionado ao tráfico de entorpecentes e de armas, como já se comprovou em inúmeros casos. Por exemplo, a Polícia Federal descobriu através do desmantelamento de uma quadrilha especializada no roubo de carros importados em São Paulo e comandada por um casal preso em flagrante com 13,2 quilos de cocaína, armas, munições e microcomputadores, que tais veículos eram trocados por US\$ 15 mil ou por 5 quilos de cocaína cada um, no Paraguai. Por sua vez, a Polícia Civil Paulista, ao efetuar uma das maiores apreensões de maconha registradas no Estado, isto é, três toneladas armazenadas num sítio, em tabletes prensados de três quilos cada um, verificou que a droga também fora trocada por veículos furtados e roubados e levados àquele país.

Por sua vez, a delegação argentina presente ao Simpósio lembrou que o controle de fronteiras é um tema permanente na agenda dos mandatários dos países integrantes do Mercosul. Externou também sua preocupação com a dificuldade em adotar medidas que conduzam à solução dos problemas que se vem agravando, em especial as atividades ilegais em Cidade do Leste, Foz do Iguaçu e em Porto Iguaçu. Ressaltou o papel das empresas seguradoras para facilitar a adoção de medidas de controle efetivo como "uma meta irrenunciável para os seguradores participantes desta comunidade do Sul". Quanto ao furto e roubo de veículos, assinalou tratar-se de tipos de delito sumamente importantes, "sendo um dos negócios ilícitos que movimenta mais somas em dinheiro." Na Argentina, a porcentagem de veículos furtados ou roubados relativamente à produção "é altamente significativo e o índice de recuperação é baixo, ao redor de 20%". O modus operandi do crime organizado no setor é semelhante àquele verificado no Brasil, com "puxadores", receptadores, "desmanches" etc. - Isto é, toda uma estrutura, que começa no furto ou roubo do veículo, passa pelo seu uso em assalto a mão armada, no tráfico de drogas e no contrabando. A representação

argentina formulou apelo para que se unam esforços numa campanha solidária entre autoridades políticas, forças de segurança e companhias seguradoras, objetivando a adoção daquelas medidas. Além disso, acentuou que, no âmbito dessas companhias, a prevenção dos prejuízos passa por uma melhor formação de profissionais, pois há gerentes de mercado que desconhecem a ameaça e "continuam assumindo riscos que, em larga escala, resultam catastróficos no final. "Ainda para controlar os efeitos negativos dos riscos, há a necessidade de elaboração de estatísticas, a nível de responsável do mecanismo de prêmios e castigos", utilização da rede bancária para a cobrança de seguros; classificação de algumas exclusões da cobertura e eliminação de outras.

A representação paraguaia frisou que o problema "se converteu, nos últimos tempos, em uma verdadeira catástrofe" para quase todos os países e que, no Paraguai, a "situação é altamente crítica devido a três motivos principais: o elevado valor das unidades roubadas; o elevado nível das prioridades e baixos limites dos contratos de resseguros; as dificuldades de diversas naturezas para a recuperação das unidades". Esse quadro obriga as seguradoras paraguaias a adotar medidas sérias para salvaguardar os próprios interesses, tais como "modificação das taxas tarifárias; observação de valores seguráveis; exigências de dispositivos anti-roubo, coberturas excepcionais para veículos com maior probabilidade de sinistro; métodos de co-seguros para atomizar as despesas com sinistros; urgente pedido de apoio às autoridades encarregadas do controle; e prevenção e recuperação dos veículos roubados". Disse ainda que o desaparecimento por furto ou roubo "tem muito a ver com o controle de fronteiras, a maior parte das quais, como a do Chaco, ocupada por áreas desérticas que se limitam, por sua vez com áreas dos países fronteiriços muito pouco controladas por sua extensão e escassa população, situação que se converte em obstáculos inarredáveis para a recuperação dos veículos roubados". As estatísticas oficiais indicam uma média de dois mil veículos furtados ou roubados por ano no Paraguai, em 1994 e 1995. O controle, a prevenção e a recuperação exigem medidas de emergência e estreita cooperação entre os países integrantes do Mercosul, envolvendo as autoridades encarregadas do controle de fronteiras e as empresas seguradoras. Quanto a esse controle, a delegação paraguaia ressaltou que existem acordos sobre o transporte intermacional terrestre e manifestou seu desejo de que sejam eles cumpridos em plenitude. Acrescentou que, den-

tro de um esquema de prevenção se encontra a Lei nº 608, ainda não regulamentada, que cria o sistema de matrícula e identificação do veículo, mediante o qual também se identifica o proprietário ou o possuidor.

Estas, Sénhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, as informações que tenho a oferecer à Casa, as quais apresento na condição de participante brasileiro, indicado que fui pelo Senado, do Simpósio e Mesa de Negociação sobre Automóveis (Controle de Fronteiras, Prevenção e Recuperação), dentro do Encontro de Empresas de Seguros e Resseguros do Mercosul, realizado em Assunção Paraguai.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - O Sr. Senador José Eduardo Dutra enviou à Mesa projeto, cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 235, inciso III, alínea a, item 3, do Regimento Interno, deve ter início na hora do expediente.

A proposição será anunciada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A Presidência designa para a Sessão Deliberativa Ordinária a realizar-se amanhã, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1996 (nº 221/95, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto da Resolução (42) 3 da Assembléia Geral do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), adotada em sua 42ª sessão, em 12 de dezembro de 1989, pela qual se introduz emenda ao parágrafo 1º do artigo VI de seu Estatuto Orgânico, tendo

Parecer favorável, sob nº 361, de 1996, da Comissão

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

- 2 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1996 (nº 232/95, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Convênio de Sede da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA), celebrado no Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1995, tendo

Parecer favorável, sob nº 362, de 1996, da Comissão

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

- 3 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1996 (nº 222/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, em Brasília, em 26 de maio de 1995, tendo

Parecer favorável, sob nº 363, de 1996, da Comissão

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h36min.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. BERNARDO CABRAL NA SESSÃO DE 28-6-96, QUE SE REPUBLICA POR SOLI- CITAÇÃO DO PARLAMENTAR.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, no ano passado, desta mesma tribuna, anunciei à Casa uma série de estudos que eu me havia proposto, no desempenho de meu mandato de Senador, a fim de que houvesse uma contribuição partida de quem recebeu uma representação, associada a uma equipe de assessores técnicos do mais alto nível.

Essa foi a razão de termos dado à publicidade o livro sobre a bacia hidrográfica, recursos hídricos ligados à Amazônia brasileira, quando ressaltei a cooperação do Professor Arnaldo Augusto Setti, que chefia a equipe, a contribuição do Itamarati e de outros companheiros que integravam então o hoje extinto Partido Progressista. Aquela obra tomou o número da série 001.

Hoje, quero anunciar a este Senado, e também será distribuído à Câmara dos Deputados, um trabalho intitulado "O Município e a Cidadania". É uma seleção de textos para o administrador público e o cidadão, que vai ter, pelo menos, 500 páginas e que traduz uma grande ânsia que sempre existiu por parte daqueles que, exercitando a sua atividade no Município, seja como prefeito, seja como vereador, não têm ao seu alcance uma bibliografia que não seja esparsa.

Lembro-me, quando do primeiro trabalho intitulado "O Papel das Hidrovias no Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica Brasileira", de que logo se transmitiu ao grande público que aquela

era uma obra, um trabalho para consulta, uma vez que não se tinha condições, senão pela variedade que gira em torno do assunto, de uma consulta compacta.

Ainda hoje um companheiro meu, o Dr. Mário Frota, que foi Deputado Federal durante 12 anos, dizia-me que um de seus filhos teve muita dificuldade, no começo do ano passado, para fazer um trabalho que lhe havia sido encomendado, recomendado, imposto pela sua escola, sobre hidrovia, e não conseguia fazê-lo até o instante dessa obra publicada com a contribuição do Senado.

Agora, Sr. Presidente, na orientação que me tracei, trago para os Srs. Senadores, eu diria, o trabalho mais alentado que já se fez sobre município e cidadania. A seleção de textos que aqui foi feita, e que não poderia ser apenas trabalho de uma só pessoa, começou quando o meu chefe de gabinete, Dr. Alexandre Ladeira, dava-me a idéia de que era preciso não só partir para um trabalho que englobasse a seleção, a ordenação e a edição de textos, como mostrar àqueles que seriam candidatos a vereadores e prefeitos, numa hora em que o autor não tivesse interesse nisso - que é exatamente o meu caso.

Debruçado nisso, convidei o Dr. Arnaldo Augusto Setti, Luiz Antonio da Rocha e a minha subchefe de gabinete, Drª Eusanete Lucas Sant'Anna, uma vez que o desastre automobilístico afastava, como afastou, durante quase quatro meses, o Dr. Alexandre Ladeira, e começamos a trabalhar sobre isso.

Sem falsa modéstia, com a prática que sempre tive em termos de legislação, começamos a fazer uma compilação. E este é apenas o trabalho, que se diria como um espelho na chamada linguagem jornalística. Na próxima semana, provavelmente, já estará sendo distribuído entre os eminentes Senadores, menos para enriquecê-los, uma vez que já são dotados de capacidade para tanto, uma contribuição àqueles companheiros que conosco convivem aqui no dia-a-dia.

E é assim, Sr. Presidente, que cada vez me dou conta de que um mandato desempenhado com seriedade - e vou ler para V. Exª o que será a apresentação - sempre resultará em algo útil.

Na apresentação, digo o seguinte:

Preocupado com a absoluta necessidade do pleno exercício da cidadania para a consolidação da democracia brasileira, orientei a minha Assessoria Técnica no sentido de ultimar um trabalho destinado ao interior do Estado do Amazonas - onde é mais eloquente a realidade da vida amazonense - denominando-o de O Município e a Cidadania.

Tal orientação sinalizava para a utilização de textos consagrados de respeitáveis instituições e autores, além da coleta de informações de ordem prática e institucional, que, de qualquer sorte, consegui colocar em alguns anexos que acompanham esta obra.

Destarte, do conceito jurídico do município, passando por sugestões sobre estruturação de uma prefeitura; suas relações intergovernamentais; participação popular; rotina administrativa; processo legislativo; sistema municipal de saúde: planejamento municipal; questão da propriedade - e até mesmo a intervenção no município -, poderão tanto o administrador público quanto o cidadão dispor de subsídios para a efetiva participação no processo político.

Ao final desta apresentação, agradeço às entidades que prestaram a colaboração, notadamente o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM.

Devo dizer, Sr. Presidente, que se deu rigoroso cumprimento do disposto no art. 49 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que é aquela que não permite que se utilize um trabalho pessoal que não tenha sido autorizado pela repartição ou autor competente.

Com isso, trago para o debate, para a informação, para a consulta uma obra que considero, menos por dela ter participado, e mais pelo caudal que aqui se encontra, o mais alentado trabalho sobre o município e a cidadania.

Com esta comunicação, espero que o interior do Estado do Amazonas possa, brevemente, ter, em cada uma de suas prefeituras, em cada Câmara de Vereadores, um trabalho que permita fazer consulta para não haver incidência de erros.

Por fim, Sr. Presidente, registro, mais uma vez, os meus agradecimentos a todos aqueles que acompanharam comigo a feitura dele, O Município e a Cidadania.

(*) RESOLUÇÃO N° 52, DE 1996

RETIFICAÇÃO

Retificação feita por deliberação do Plenário, na Sessão de 3-7-96 na Resolução nº 52, de 1996, publicada no DO de 28-6-96, Seção 1, página 11649, na alínea g do art. 2º, onde se lê: g) condições de pagamento: - do principal: o empréstimo deverá ser amortizado mediante o pagamento de quarenta e seis prestações semestrais, consecutivas e, tanto quanto possível, iguais, no valor aproximado de US\$ 3,260,869.57 (três milhões, duzentos e sessenta mil, oitocentos e sessenta e nove dólares norte-

americanos e cinqüenta e sete centavos) cada uma, com vencimento em 8 de junho e 8 de dezembro de cada ano. A primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deva ser efetuado o pagamento de juros, uma vez transcorridos seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo e a última até 8 de dezembro de 2021;

Lela-se:

g) condições de pagamento: - do principal: o empréstimo deverá ser amortizado pelo mutuário mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais. A primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deva ser efetuado o pagamento de juros, uma vez transcorridos seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo e a última até 8 de dezembro de 2021;

(*) Retificação feita por deliberação do Plenário, na Sessão de 3-7-96.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 840, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, tendo em vista o que consta dos Processos nº 019.915/95-0 e nº 000.020/96-6, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº 42, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº 53, de 1993, e considerando a decisão do Tribunal de Contas da União, publicada no **Diário Oficial** da União de 7 de novembro de 1994, resolve nomear MARIA CRISTINA MAIA PEREIRA MENDES para o cargo vago de Analista Legislativo – Nível III, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Biblioteconomia, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e de cessão para o Senado, conforme termos do Ofício nº 030/96-PRESI, de 31 de janeiro de 1996, daquele órgão.

Senado Federal, 3 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 841, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995,

tendo em vista o que consta dos Processos nºs 019.915/95-0 e 000.020/96-6, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº 42, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº 53, de 1993, e considerando a decisão do Tribunal de Contas da União, publicada no **Diário Oficial** da União de 7 de novembro de 1994, responde nomear MARIA IZETE DE ARAÚJO para o cargo vago de Analista Legislativo – Nível III, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Biblioteconomia, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e de cessão para o Senado, conforme termos do Ofício nº 735/95-PRESI, de 21 de dezembro de 1995, daquele órgão.

Senado Federal, 3 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 842, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, tendo em vista o que consta do Processo nº 002.866/96-0, e de acordo com a Resolução do Senado Federal nº 42, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº 53, de 1993, resolve nomear ANA LÚCIA GOMES DE MELO para o cargo de Técnico Legislativo – Nível II, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade de Datilografia, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Presidente nº 357, de 1992, publicado no **Diário Oficial** da União, Seção I, de 22 de setembro de 1992, com prazo de validade prorrogado pelo / to da Comissão Diretora nº 18, de 31 de agosto de 1994.

Senado Federal, 3 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 843, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009.542/96-5, resolve aposentar, voluntariamente, LUIZ ANTONIO DE PAIVA, Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Bra-

sil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993, e na Resolução SF nº 74, de 1994, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.480/96, publicada em 7-6-96, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 3 de julho de 1996. – Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 844, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 9801/96-0, resolve designar a servidora MARGARETH ARAÚJO LIMA, matrícula 4931, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especiali-

dade de Biblioteconomia, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Materiais Especiais, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Biblioteca, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1996.

Senado Federal, 3 de julho de 1996. – Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 845, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 009.754/96-2, resolve exonerar, a pedido, ANDRÉA CHAGAS CERQUEIRA do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Lauro Campos, a partir de 1º de julho de 1996.

Senado Federal, 3 de julho de 1996. – Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

MESA
Presidente José Samey - PMDB - AP
1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho - PSDB - AL
2º Vice-Presidente Júlio Campos - PFL - MT
1º Secretário Odacir Soares - PFL - RO
2º Secretário Renan Calheiros - PMDB - AL
3º Secretário Levy Dias - PPB - MS
4º Secretário Ermandes Amorim - PMDB - RO
Suplentes de Secretário
Antônio Carlos Valadares - PSB - SE Eduardo Suplicy - PT - SP Ney Suassuna - PMDB - PB Emilia Femandes - PTB - RS
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma - PSL - SP
Corregedores - Substitutos (Eleitos em 16-3-95)
1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS 2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE 3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior - PMDB - AC Waldeck Omellas - PFL - BA Emilia Femandes - PTB - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - ES Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder Eclo Alvares - PFL - ES
Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Wilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS
LIDERANÇA DO PMDB
Líder Jáder Barbalho
Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda
LIDERANÇA DO PFL
Líder Hugo Napoleão
Vice-Líderes Edison Lobão
Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Juçá
LIDERANÇA DO PSDB
Líder Sérgio Machado
Vice-Líderes Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira Lúcio Coelho
LIDERANÇA DO PPB
Líder Epitacio Cafeteira
Vice-Líder Esperidião Amin
LIDERANÇA DO PT
Líder José Eduardo Dutra
Vice-Líder Benedita da Silva
LIDERANÇA DO PTB
Líder Valmir Campelo
Vice-Líder
LIDERANÇA DO PDT
Líder Júnia Marise
Vice-Líder Sebastião Rocha
LIDERANÇA DO PSB
Líder Ademir Andrade
LIDERANÇA DO PPS
Líder Roberto Freire
LIDERANÇA DO PSL
Líder Romeu Tuma

**COMISSÃO REPRESENTATIVA
DO CONGRESSO NACIONAL
(Mandato: de 2 a 31 de julho de 1996)**

SENADO FEDERAL

Titulares

1. Renan Calheiros
2. Ernandes Amorim

1. Antônio Carlos Magalhães
2. Odacir Soares

1. José Roberto Arruda

PPB + PT + PTB + PDT + PSB + PSL + PPS

1. José Eduardo Dutra
2. Epitácio Cafeteira

PMDB

Suplentes

1. Ney Suassúria
2. Nabor Júnior

1. Júlio Campos

2. Hugo Napoleão

1. Sérgio Machado

1. (vago)
2. (vago)

PFL

PSDB

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Titulares

1. Álvaro Gaudêncio Neto
2. Carlos Magno
3. Hugo Rodrigues da Cunha
4. Pedrinho Abrão

PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN

1. Eliseu Padilha
2. Fernando Diniz
3. Geddel Vieira Lima

1. Jofran Frejat
2. José Rezende
3. Márcio Reinaldo Moreira

PSDB

1. Antônio Aureliano
2. Antônio Carlos Pamunzio
3. Marconi Perillo

1. Chico Vigilante
2. Pedro Wilson

1. Severiano Alves

PT

Suplentes

1. Paulo Gouveia
2. Paes Landim
3. Philemon Rodrigues
4. Ursicino Queiroz

1. Eudoro Pedrosa

2. Hélio Rosas

3. Lídia Quinan

1. Benedito Domingos
2. Valdemar Costa Neto
3. Wigberto Tartuce

1. Aécio Neves
2. Arnaldo Madeira
3. Ubiratan Aguiar

1. Gilney Viana
2. Maria Laura

1. Eurípedes Miranda

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

PFL

1. Élcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Marina Silva

PDT

1. Darcy Ribeiro

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PT

1. Arlindo Porto

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCÔ DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *2
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSÚNA	RB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEbet	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/76	8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/48
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605.

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
CASILDO Maldaner	SC-2141/47
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
MAURO MIRANDA	GO-2091/97
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
VAGO	
PFL	
ROMERO JUCA	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
VAGO	
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
CARLOS WILSON	PE-2451/57
OSMAR DIAS	PR-2121/22
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/87
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
IRIS REZENDE	GO-2031/37
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
RAMEZ TEbet	MS-2221/27
JADER BARBALHO	PA-3051/63
NEY SUASSUNA	PB-4345/46
	1-VAGO
	2-PEDRO SIMON
	3-GILVAN BORGES
	4-CARLOS BEZERRA
	5-GILBERTO MIRANDA
	6-CASILDO MALDANER
	7-VAGO
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
	1-ELCIO ALVARES
	2-JOÃO ROCHA
	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
	4-HUGO NAPOLEÃO
	5-JOSÉ AGRIPINO
	6-FREITAS NETO
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
JEFFERSON PERES	AM-2061/67
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
	1-BENI VERAS
	2-ARTUR DA TÁVOLA
	3-PEDRO PIVA
	4-VAGO
PPB	
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
	1-EPITÁCIO CAFETEIRA
	MA-4073/74
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
	1-BENEDITA DA SILVA
	RJ-2171/77
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2921/27
	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA
	PR-4089/60
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
	1-JUNIA MARISE
	MG-4751/52
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
	1-ADEMIR ANDRADE
	PA-2101/02
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
	1-VAGO

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme OF. 105/98-SF/GSRFRE e o OF. 099/98-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
 FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	8-VAGO
PFL	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FREITAS NETO	PI-3131/37
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
PSDB	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
CARLOS WILSON	PE-2451/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB	
VAGO	1-VAGO

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)**TITULARES****SUPLENTES****PMDB**

RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		

PFL

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VILSON KLEINUBING	SC-2041/42	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/58		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		

PSDB

CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		

PPB

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
--------------------	------------	------------------	------------

PT

EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
-----------------	------------	----------------	------------

PTB

JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/80	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
------------------------	------------	------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
---------------	------------	--	--

PSB / PPS

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		
----------------------	------------	--	--

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: faltou indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3936 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAIA
VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
	PMDB
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	7-VAGO
	PFL
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/3086
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199
	PSDB
JOSÉ IGNACIO FERREIRA	ES-2021/2027
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012
PEDRO PIVA	SP-2351/2353
	PPB
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057
	PDT
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247
	PTB
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
	PT
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397
	PSB
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107
	PPS / PSL
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162
	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL / CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3138/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA +1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47

PSDB

GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/38	2-CARLOS WILSON	PE-2451/67
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
--------------------	------------	------------------	------------

PT

BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/67
-------------------	------------	----------------	------------

PTB

EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
------------------	------------	------------------	------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/69
-----------------	------------	-----------------	------------

PSB / PPB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
----------------	------------	----------------------	------------

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3269/3496

SALA N° 07 - ALA SEN. AL EXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3548

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**
(Designada em 23-4-93)

Presidente: Deputado PAULO BORNAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	Marcos Pinto Roberto Requiro
PFL	Joel de Hollanda Júlio Caropus
PSDB	Geraldo Melo
PPB	
PTB	

Oumar Dia³
PP
PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto Paulo Bornhausen	Acácio Uesó José Carlos Vieira
PMDB	
Paulo Ritzel Valdir Colatto	Elias Abrahão Rivaldo Macari
PSDB	
Franco Montoro	Yeda Crusius
PPB	
Petter Júior ⁴	João Pizzolatti
PP	
Dilceu Spertino	Augustinho Preto
PT	
Miguel Rossetto	Luis Maluf

- 1 Pedro Simões substituído por Marcos Pinto, em 2-10-93.
 2 Filiado ao PSDB em 22-6-93.
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-93.
 4 Júlio Redecker substituído por Petter Júior, em 1°-2-95.

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte.	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS